



Número do Processo

023631/2019

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ASSUNTO

CONTRATAÇÃO LOCAÇÃO DE VEÍCULOS SEM MOTORISTA - ELEIÇÕES 2020.

INTERESSADOS

SETRA - SEÇÃO DE TRANSPORTES

PROCESSOS ANEXADOS



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação de serviço de locação de veículos sem motorista.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	Seção de Transportes - SETRA	Data	16/12/2019
Responsável pela Demanda	João Rafael Souto dos Santos		

2 Contexto

2.1 Motivação

A presente contratação se faz necessária para dar suporte logístico, principalmente à STI, nas viagens a serviço de equipes técnicas para execução de atividades relacionadas às Eleições 2020.

2.2 Resultados Esperados

Garantir execução de atividades em Zonas Eleitorais do Interior, essenciais à realização do pleito eleitoral 2020.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEJE	<ul style="list-style-type: none">• objetivo estratégico 01- Aperfeiçoamento da Gestão de custos• ação estratégica 01 – Aprimorar compatibilização do orçamento anual com o planejamento estratégico• ação estratégica 02 – Melhorar a qualidade do gasto público.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

PLS	<ul style="list-style-type: none">• indicador a que se vincula – Veículos.• ação sustentável – Eliminar despesas com manutenção.
Objetivos Organizacionais	<ul style="list-style-type: none">• objetivo organizacional 01.

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

[] Menos de 1 ano [X] De 1 a 3 anos [] Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso do objeto da demanda ou serão beneficiadas

[] Uma Unidade [X] Duas unidades [] Três unidades [] Mais de Três unidades

2.6 Expectativa de entrega

Imediatamente após a assinatura do contrato.

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	João Rafael Souto dos Santos
Telefone	(85) 3453 3757
E-mail	<i>joaorafael@tre-ce.jus.br</i>
Nome do servidor (substituto)	Antonio Ronaldo de Almeida Farias
Telefone	(85) 3453 3757
E-mail	<i>ralmeida@tre-ce.jus.br</i>

4 Integrante Técnico na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	João Rafael Souto dos Santos
Telefone	(85) 3453 3757

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 16/12/2019 15:21:36
Por: JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

E-mail	<i>joaorafael@tre-ce.jus.br</i>
Nome do servidor (substituto)	Antonio Ronaldo de Almeida Farias
Telefone	(85) 3453 3757
E-mail	<i>ralmeida@tre-ce.jus.br</i>



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 199595/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 16/12/2019 15:21:36</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 16 de Dezembro de 2019.

PAD nº 23631/2019



De acordo com a indicação do integrante técnico.

Indico a servidora Giovanna Luna Araújo Vinhas como integrante administrativo para composição da equipe de Planejamento da Contratação.

Informo que a demanda está conforme o Plano Anual de Aquisições 2020 do TRE/CE (Portaria nº 1168/2019 - Anexo I - Grupo 7).

Retorne-se à COAPA/SETRA, para providências relativas à elaboração dos Estudos Preliminares e do Termo de Referência.

BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO


SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 199727/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 16/12/2019 16:46:28</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ESTUDOS PRELIMINARES

CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

1 Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Contextualização

A presente contratação se faz necessária para viabilizar a logística de transportes relacionada, principalmente, ao suporte da STI/COELE aos procedimentos essenciais à realização do pleito eleitoral 2020.

1.2 Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	FRANCISCO GLADSON MURITIBA FERNANDES
Integrante Técnico	JOÃO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS
Integrante Administrativo	GIOVANNA LUNA DE ARAÚJO VINHAS

1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Item 1: Veículo do tipo *sedan* compacto, comportar, no mínimo, 5 (cinco) passageiros (incluído o motorista), com 5 (cinco) portas, incluída a do bagageiro, ano/fabricação 2019 ou superior.

Item 2: Veículo do tipo *sedan* compacto, transmissão automática, comportar, no mínimo, 5 (cinco) passageiros (incluído o motorista), com 5 (cinco) portas, incluída a do bagageiro, ano/fabricação 2019 ou superior.

1.3.1 Requisitos Funcionais

Possuir motor a gasolina ou bicomustível, cilindrada mínima de 1.0l, ar condicionado.

1.3.2 Requisitos Não Funcionais

Película de proteção solar.

1.3.3 Requisitos Externos

Não se aplica.

1.4 Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Produto/Serviço 01	Locação de veículos SEDAN compacto
Fornecedor	Localiza Rent a CAR
Descrição	Locação de sedan
Valor Estimado	R\$ 119,33 por diária
Observações	



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Produto/Serviço 02	Locação de veículos SEDAN compacto automático
Fornecedor	Pontual Rent a Car
Descrição	Locação de veículos SEDAN compacto automático
Valor Estimado	R\$ 225,00 por diária
Observações	

[...]

1.5 Contratações Públicas Similares

Produto/Serviço 01	Locação de Veículos – Sedan Compacto
Instituição Pública	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Fornecedor	Pontual Rent a Car
Descrição	Locação de veículo tipo <i>sedan</i>
Valor Estimado	R\$103,09 por diária
Observações	-----

Produto/Serviço 01	Locação de Veículos – Sedan Compacto
Instituição Pública	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Cultura
Fornecedor	Localiza Rent a CAR SA
Descrição	Locação de veículo tipo <i>sedan</i>
Valor Estimado	R\$119,33 por diária
Observações	-----

Produto/Serviço 04	Locação de veículos SEDAN compacto automático
Instituição Pública	Conselho Regional de Nutricionistas – 6ª Região
Fornecedor	Localiza Rent a CAR SA
Descrição	Locação de veículo tipo <i>sedan automático</i>
Valor Estimado	R\$133,00 por diária
Observações	-----

1.6 Custos Totais da Demanda

Solução	Item (insumos, serviços, garantia)	Custo Total Estimado
Produto/Serviço 01 - Sedan Compacto	Preço 1	R\$ 112.265,00
	Preço 2	R\$ 129.950,00
	Preço Médio (Total)	R\$ 121.107,69



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Produto/Serviço 02 - Sedan Compacto Automático	Preço 1	R\$ 28.994,00
	Preço 2	R\$ 49.050,00
		R\$
	Total	R\$ 39.022,00
Produto/Serviço 03 - Nome produto/serviço 03		R\$
		R\$
		R\$
	Total	R\$

1.7 Escolha e Justificativa do Objeto

Este TRE/CE não dispõe, em seu patrimônio, da quantidade suficiente de veículos para prestar o devido suporte às atividades relacionadas às eleições. Nesse caso, caracterizado pelo deslocamento simultâneo de vários servidores aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, a fim de prestar o auxílio necessário ao desenvolvimento dos procedimentos eleitorais.

1.8 Parcelamento do Objeto

Não se aplica.

1.9 Adjudicação do Objeto

Não se aplica.

1.9.1 Descrição do Objeto

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, por quilometragem livre.

1.9.2 Alinhamento do Objeto

Viabilizar a logística de transportes relacionada, principalmente, ao suporte da STI/COELE aos procedimentos essenciais à realização do pleito eleitoral 2020.

1.9.3 Benefícios Esperados

Atendimento de parte das demandas de logística de transportes das Eleições 2020.

1.9.4 Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

A demanda prevista é idêntica à que se pretende contratar.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

1.9.10. Condições de habilitação, com requisitos mínimos no atestado de capacidade técnica, excluir a exigência de participação de ME e EPP.

1.10 Adequação do Ambiente

Não se aplica

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	
Infraestrutura Elétrica	
Logística de Implantação	
Espaço Físico	
Mobiliário	
Impacto Ambiental	

1.11 Orçamento Estimado

Item 1

Preço de Mercado: R\$ 112.265,00.

Preços Públicos: R\$ 129.950,00.

Item 2

Preço de Mercado: 49.050,00.

Preço Público: R\$ 28.994,00

2 Sustentação de Contrato

2.1 Recursos Materiais e Humanos

2.2 Continuidade do Fornecimento

2.3 Transição Contratual

3 Estratégia para Contratação

3.1 Natureza do Objeto

3.2 Modalidade e Tipo de Licitação

3.3 Classificação e Indicação Orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de	Valor
-------------	-----------------------------	--------------------	--------------

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 23/12/2019 09:43:03

Por: JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

PROBABILIDADE	5 muito alta				Risco Extremo	
	4 alta			Risco Alto		
	3 média					
	2 baixa		Risco Médio			
	1 muito baixa					
		1 muito baixo	2 baixo	3 médio	4 alto	5 muito alto
		IMPACTO				

Dessa forma, os riscos com maiores dimensões de probabilidade e impacto terão maior classificação de prioridade, em relação àqueles com menores consequências e probabilidades.

A tabela abaixo estabelece a estrutura para tratamento dos riscos de acordo com o nível de criticidade:

Nível do risco	Orientação para tratamento do risco	Escalonamento	Responsabilização
Extremo 20..25	É necessária ação imediata para ativamente gerenciar o risco e limitar a exposição da instituição.	Escalonamento para os gestores das unidades de nível executivo (Presidência e Corregedoria)	Presidente ou Corregedor
Alto 12..19	Análise de custo-benefício é necessária para avaliar alternativas para tratar o risco.	Escalonamento para os gestores das unidades administrativas de nível estratégico (Diretoria-Geral e Secretarias)	Diretor-Geral, Secretário ou Representante de Polo Administrativo.
Médio 5..11	Monitoramento regular é necessário para garantir que a exposição ao risco é gerenciada efetivamente e que os resultados são acompanhados.	Escalonamento para os gestores das unidades administrativas de nível tático (Coordenadorias)	Coordenador ou Gestor de Programa
Baixo	Efetivamente gerenciável através de procedimentos rotineiros e	Monitoramento e gerenciamento pelos	Chefe de Seção, Chefe de Cartório Eleitoral, Líder de



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

1..4	apropriados controles internos.	gestores das unidades administrativas de nível operacional (Seções e Cartórios Eleitorais)	Projeto ou Gestor de Contrato.
------	---------------------------------	--	--------------------------------

5 Declaração de Viabilidade ou não da contratação



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores

#	Nome
1	Nome: Pontual Rent a car Site na web: http://www.pontualrentacarce.com.br/ Telefone: 30350466 Email: pontualrentacar@hotmail.com Contato:
2	Nome: Localiza Site na web: https://www.localizahertz.com/brasil Telefone: 0800 979 2000 Email: centraldereservas@localiza.com.br Contato:
3	Nome: Movida Site na web: https://www.movida.com.br/ Telefone: 0800 606 8686 Email: Contato:
4	
5	
6	
7	
8	
9	



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Anexo B - Contratações Públicas Similares



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Anexo C - Memórias de Cálculos

Item 1

Preço 1: 1089 diárias x 103,09 = R\$112.265,00

Preço 2: 1089 diárias x 119,33 = R\$129.950,00

Preço médio: R\$ 121.107,69

Item 2

Preço 1: 218 diárias x 133,00 = R\$ 28.994,00

Preço 2: 218 diárias x 225,00 = R\$ 49.050,00

Preço médio: R\$ 39.022,00.

Preço estimado global: R\$160.129,69.



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 203941/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 23/12/2019 09:43:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEÇÃO DE TRANSPORTES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

1.2 Os veículos serão dispostos em 2 (dois) itens, a saber:

1.2.1 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.2.2 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.3 Será permitida a sublocação de até 50% (cinquenta por cento) da demanda de veículos prevista neste Termo de Referência.

1.4 CATSER: 4014

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Este TRE/CE não dispõe, em seu patrimônio, da quantidade suficiente de veículos para prestar o devido suporte às atividades relacionadas às eleições. Nesse caso, caracterizado pelo deslocamento simultâneo de vários servidores aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, a fim de prestar o auxílio necessário ao desenvolvimento dos procedimentos eleitorais.

2.2 A presente aquisição compõe o Planejamento Integrado das Eleições 2020.

3. QUANTIDADES ESTIMADAS

3.1 Quantidades estimadas para o item 1:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
VISTORIAS TÉCNICAS SAD	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1	50

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
SUPORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE)	VIGÊNCIA CONTRATUAL	6	300

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	14	100
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	14	153
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	28	476
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 1	1.089 DIÁRIAS
-----------------------	---------------

3.2 Quantidades estimadas para o item 2:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	4	28
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	4	44
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	8	136

NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10
-----------------------	---------------------	----------	-----------

TOTAL ESTIMADO ITEM 2	218 DIÁRIAS
------------------------------	--------------------

3.3 As quantidades de diárias indicadas acima meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

3.4 A execução das diárias relativas ao evento NAT - VIAGEM 4 está condicionada à ocorrência do segundo turno das eleições 2020.

4. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA os veículos, informando a quantidade, as datas de entrega e devolução (esta poderá ser antecipada ou estendida) e a relação dos servidores designados pela Administração para conduzi-los.

4.1.1 As requisições de veículos serão atendidas respeitando-se os seguintes prazos:

Prazo para Entrega	Quantidade de Veículos
12 (doze) horas	de 1 a 5
24 (doze) horas	de 6 a 10
48 (quarenta e oito) horas	de 11 a 20
72 (setenta e duas) horas	de 21 a 50

4.1.2 O prazo terá início na hora da solicitação.

4.1.3 Quando a quantidade de veículos solicitada pelo TRE-CE for superior à disponibilidade da CONTRATADA, esta disponibilizará veículos similares ou superiores aos descritos para atender à demanda, sem alteração do valor da diária. Caberá ao gestor do contrato a análise da situação.

4.2 A CONTRATADA enviará, a cada solicitação, ao gestor do contrato, a relação dos veículos que serão disponibilizados contendo: marca, modelo, ano, motorização, cor, combustível, capacidade do tanque e placas.

4.3 A manutenção dos veículos será responsabilidade da CONTRATADA, independente do local onde se encontre o veículo.

4.3.1 As ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, que informará o procedimento a ser adotado (indicação de oficina ou substituição do veículo).

4.3.2 Quando não for possível o deslocamento do veículo, as despesas com guincho, independente do procedimento adotado, correrão por conta da CONTRATADA.

4.3.3 A CONTRATADA providenciará a imediata substituição do veículo, por defeito de qualquer ordem, por outro similar, na hipótese de a manutenção corretiva perdurar por mais de 6 (seis) horas, segundo avaliação dos responsáveis indicados pela locadora para o conserto ou reparo, conforme tabela de horários:

Localização do Veículo	Prazo para Substituição
Até 200 km de Fortaleza	6 (seis) horas

De 201 a 350 km de Fortaleza	9 (nove) horas
Acima de 350 km de Fortaleza	12 (doze) horas

4.3.3.1 Os prazos em horas iniciarão a partir da solicitação de substituição pelo gestor do contrato.

4.3.3.2 Quando o prazo encerrar-se após as 18 horas, este ficará automaticamente estendido até as 8 (oito) horas do dia subsequente, ainda que recaia em sábado, domingo ou feriado.

4.4 Os veículos deverão possuir SEGURO TOTAL, com os seguintes valores mínimos de cobertura:

Responsabilidade civil facultativa – Danos materiais	R\$ 30.000,00
Responsabilidade civil facultativa – Danos corporais	R\$ 30.000,00

4.4.1 Em caso de danos, as franquias máximas a serem pagas pelo TRE-CE serão:

Sinistros (colisão, incêndio etc)	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Vidros dianteiro e traseiro	R\$ 100,00 (cem reais)
Vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores	R\$ 60,00 (sessenta reais)

4.5 A CONTRATADA deverá entregar os veículos limpos, com a documentação devidamente regularizada e com tanque cheio aos servidores designados pelo TRE-CE.

4.5.1 A CONTRATADA verificará, previamente, se os veículos disponibilizados estão em perfeitas condições de uso e providenciará, quando necessários, os reparos devidos.

4.5.2 Os veículos serão devolvidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE com o tanque cheio.

4.5.3 A CONTRATADA deverá estar disponível para entregar e/ou receber veículos nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados.

4.5.3.1 Quando for necessário atendimento nos domingos e feriados, será acertado horário específico para os atendimentos das solicitações da CONTRATANTE.

4.6 No ato da entrega do veículo ao servidor designado pelo TRE-CE, a CONTRATADA emitirá termo de vistoria.

4.6.1 No termo de vistoria conterà o *check-list* do veículo, a quilometragem inicial e final, a data da entrega e da devolução e a assinatura do condutor.

4.6.2 O termo será emitido em 2 (duas) vias, 1 (uma) para CONTRATADA e 1 (uma) para o condutor.

4.6.3 Serão adotados os mesmos critérios de verificação nas vistorias de entrega e de devolução dos veículos.

4.7 Haverá tolerância de até 2 (duas) horas na devolução do veículo. Ultrapassando este período poderá ser cobrado no máximo 1/10 da diária a cada hora ou fração excedente, até o limite de 1 (uma) diária.

4.8 Os veículos serão locados com quilometragem livre.

4.9 Havendo infrações de trânsito, a CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE a respectiva Notificação de Autuação no prazo máximo de (02) dois dias úteis após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.10 Os pedidos de pagamento em razão de avarias que, porventura, decorram da utilização dos veículos pela CONTRATANTE deverão ser acompanhados, no mínimo, por 3 (três) orçamentos, contendo a descrição detalhada dos serviços e peças com os respectivos valores.

4.10.1 O valor a ser pago será o do menor orçamento.

4.10.2 Para fins de ressarcimento dos danos, a CONTRATADA apresentará nota fiscal dos serviços executados e/ou peças adquiridas, ressaltando a necessidade de identificação da placa do veículo.

5. JULGAMENTO

5.1 Será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor valor da diária para cada item (1.2.1 e 1.2.2 supra).

5.2 No valor da diária deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 A CONTRATANTE deverá:

- I. acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação do serviço, pelo servidor Gestor do Contrato ou outro designado pela autoridade competente;
- II. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Gestor do Contrato;
- III. documentar as ocorrências havidas;
- IV. aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;
- V. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;
- VI. efetuar os pagamentos devidos.

6.2 A CONTRATADA deverá:

- I. manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas Termo de Referência, sob pena de multa e rescisão contratual;
- II. prestar os serviços objetos da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;
- III. indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a CONTRATADA, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- IV. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados;
- V. apresentar Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, detalhando o valor total dos serviços prestados no período;

7. PAGAMENTO

7.1 Após verificado que os veículos se encontram de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

7.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

7.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

8. PENALIDADES

8.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

8.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos neste Termo de Referência, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2(dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

8.4 As sanções estabelecidas nos itens 8.2.a, 8.2.d, 8.2.e e 8.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquela previstas no item 8.2.b, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

8.5 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

8.7 Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia de Recolhimento da União, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9. VIGÊNCIA E PREÇO

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

9.2 O preço contratado será fixo e irrevogável. Define-se como preço o valor unitário da diária.

10. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

10.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

10.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

10.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência.

10.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

Fortaleza, 23 de dezembro 2019

João Rafael Souto dos Santos
Chefe da Seção de Transporte

Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretário de Administração



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 203956/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 23/12/2019 09:48:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 23 de Dezembro de 2019.

PAD nº 23631/2019



De acordo com os docs. nº 203941/2019 e 203956/19.

À Diger, para análise do Termo de Referência.

ELZA PATRICIA BARRETO DE SOUZA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, EM EXERCÍCIO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 204003/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ELZA PATRICIA BARRETO DE SOUZA <i>Assinado eletronicamente em 23/12/2019 10:02:37</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de exame jurídico do Termo de Referência, objeto do documento PAD nº 203.956/2019, visando à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

Ressalta-se que essa informação segue o padrão adotado pela Portaria DIGER n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios.

A seguir, a análise jurídica:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM/NÃO	DOC. PAD.	OBSERVAÇÃO
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	Pad nº 23.631/2019	
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	Doc PAD nº 199.595/2019	DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA
3. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	Doc PAD nº 203.941/2019	ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
4. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	SIM	Doc PAD nº 203.941/2019	



ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA	SIM/NÃO	DOC. PAD.	OBSERVAÇÃO
5. Objeto descrito de forma sucinta e clara?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 1)	
6. Finalidade e justificativa da contratação?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 2)	
7. Especificação dos elementos que caracterizam o objeto?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Itens 3 e 4)	
8. Obrigações da Contratada?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 6.2)	
9. Prazos, condições e local de entrega e/ou instalação do serviço?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 4)	
10. Obrigações da Contratante?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 6.1)	
11. Critério de escolha?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 5)	
12. Das condições do pagamento?	Sim	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 7)	
13. Penalidades?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 8)	Conforme orientação do Sr. Diretor-Geral, ajustar a redação da Cláusula Oitava, subitem 8.7 do Termo de Referência, para a seguinte: “Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo”;



			e também a redação do subitem 8.2, "c", para: "multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;"
14. Vigência do contrato?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 9)	
15. Fiscalização do Contrato e indicação dos Gestores	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 10)	
16. Assinaturas do Termo de Referência pelo Gestor e Secretário?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 204.003/2019	
17. Catálogo de Materiais (CATMAT)/ Catálogo de Serviços (CATSER)?	SIM	Doc PAD nº 203.956/2019 (Item 1)	

Feita a análise, verifica-se que o documento, salvo melhor juízo, atende parcialmente às exigências contidas na Lei n.º 8.666/1993 e na Portaria TRE/CE n.º 1.240/2009, assim, **sugere-se a aprovação do Termo de Referência, desde que atendidas as ressalvas apontadas no tópico 13 da presente lista de verificação.**

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

De acordo:

Lílian Rebouças de Araújo
Assessora-Chefe da Asdir, em exercício
Mat. n.º 77.412

Francisco José Primo Bitu
Técnico Judiciário
Mat. n.º 12.364



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 204562/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	FRANCISCO JOSE PRIMO BITU <i>Assinado eletronicamente em 26/12/2019 10:15:06</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	LILIAN REBOUCAS DE ARAUJO <i>Assinado eletronicamente em 26/12/2019 10:20:40</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 23.631/2019

DESPACHO

Acolho a sugestão da ASDIR e **aprovo**, desde já, o termo de referência contido no doc. n.º 203.956/2019, conforme art. 7º, §2º, I, da Lei n.º 8.666/1993, **desde que corrigidas as ressalvas apontadas pela ASDIR.**

À SETRA, para efetuar as correções sugeridas e **atualizar minuta, sempre que houver alterações no termo de referência principal.**

Em seguida, à COLIC, para providências relativas à contratação.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 204623/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 26/12/2019 10:38:16</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEÇÃO DE TRANSPORTES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

1.2 Os veículos serão dispostos em 2 (dois) itens, a saber:

1.2.1 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.2.2 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.3 Será permitida a sublocação de até 50% (cinquenta por cento) da demanda de veículos prevista neste Termo de Referência.

1.4 CATSER: 4014

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Este TRE/CE não dispõe, em seu patrimônio, da quantidade suficiente de veículos para prestar o devido suporte às atividades relacionadas às eleições. Nesse caso, caracterizado pelo deslocamento simultâneo de vários servidores aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, a fim de prestar o auxílio necessário ao desenvolvimento dos procedimentos eleitorais.

2.2 A presente aquisição compõe o Planejamento Integrado das Eleições 2020.

3. QUANTIDADES ESTIMADAS

3.1 Quantidades estimadas para o item 1:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
VISTORIAS TÉCNICAS SAD	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1	50

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
SUPORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE)	VIGÊNCIA CONTRATUAL	6	300

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	14	100
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	14	153
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	28	476
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 1	1.089 DIÁRIAS
-----------------------	---------------

3.2 Quantidades estimadas para o item 2:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	4	28
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	4	44
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	8	136

NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10
-----------------------	---------------------	----------	-----------

TOTAL ESTIMADO ITEM 2	218 DIÁRIAS
------------------------------	--------------------

3.3 As quantidades de diárias indicadas acima meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

3.4 A execução das diárias relativas ao evento NAT - VIAGEM 4 está condicionada à ocorrência do segundo turno das eleições 2020.

4. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA os veículos, informando a quantidade, as datas de entrega e devolução (esta poderá ser antecipada ou estendida) e a relação dos servidores designados pela Administração para conduzi-los.

4.1.1 As requisições de veículos serão atendidas respeitando-se os seguintes prazos:

Prazo para Entrega	Quantidade de Veículos
12 (doze) horas	de 1 a 5
24 (doze) horas	de 6 a 10
48 (quarenta e oito) horas	de 11 a 20
72 (setenta e duas) horas	de 21 a 50

4.1.2 O prazo terá início na hora da solicitação.

4.1.3 Quando a quantidade de veículos solicitada pelo TRE-CE for superior à disponibilidade da CONTRATADA, esta disponibilizará veículos similares ou superiores aos descritos para atender à demanda, sem alteração do valor da diária. Caberá ao gestor do contrato a análise da situação.

4.2 A CONTRATADA enviará, a cada solicitação, ao gestor do contrato, a relação dos veículos que serão disponibilizados contendo: marca, modelo, ano, motorização, cor, combustível, capacidade do tanque e placas.

4.3 A manutenção dos veículos será responsabilidade da CONTRATADA, independente do local onde se encontre o veículo.

4.3.1 As ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, que informará o procedimento a ser adotado (indicação de oficina ou substituição do veículo).

4.3.2 Quando não for possível o deslocamento do veículo, as despesas com guincho, independente do procedimento adotado, correrão por conta da CONTRATADA.

4.3.3 A CONTRATADA providenciará a imediata substituição do veículo, por defeito de qualquer ordem, por outro similar, na hipótese de a manutenção corretiva perdurar por mais de 6 (seis) horas, segundo avaliação dos responsáveis indicados pela locadora para o conserto ou reparo, conforme tabela de horários:

Localização do Veículo	Prazo para Substituição
Até 200 km de Fortaleza	6 (seis) horas

De 201 a 350 km de Fortaleza	9 (nove) horas
Acima de 350 km de Fortaleza	12 (doze) horas

4.3.3.1 Os prazos em horas iniciarão a partir da solicitação de substituição pelo gestor do contrato.

4.3.3.2 Quando o prazo encerrar-se após as 18 horas, este ficará automaticamente estendido até as 8 (oito) horas do dia subsequente, ainda que recaia em sábado, domingo ou feriado.

4.4 Os veículos deverão possuir SEGURO TOTAL, com os seguintes valores mínimos de cobertura:

Responsabilidade civil facultativa – Danos materiais	R\$ 30.000,00
Responsabilidade civil facultativa – Danos corporais	R\$ 30.000,00

4.4.1 Em caso de danos, as franquias máximas a serem pagas pelo TRE-CE serão:

Sinistros (colisão, incêndio etc)	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Vidros dianteiro e traseiro	R\$ 100,00 (cem reais)
Vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores	R\$ 60,00 (sessenta reais)

4.5 A CONTRATADA deverá entregar os veículos limpos, com a documentação devidamente regularizada e com tanque cheio aos servidores designados pelo TRE-CE.

4.5.1 A CONTRATADA verificará, previamente, se os veículos disponibilizados estão em perfeitas condições de uso e providenciará, quando necessários, os reparos devidos.

4.5.2 Os veículos serão devolvidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE com o tanque cheio.

4.5.3 A CONTRATADA deverá estar disponível para entregar e/ou receber veículos nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados.

4.5.3.1 Quando for necessário atendimento nos domingos e feriados, será acertado horário específico para os atendimentos das solicitações da CONTRATANTE.

4.6 No ato da entrega do veículo ao servidor designado pelo TRE-CE, a CONTRATADA emitirá termo de vistoria.

4.6.1 No termo de vistoria conterà o *check-list* do veículo, a quilometragem inicial e final, a data da entrega e da devolução e a assinatura do condutor.

4.6.2 O termo será emitido em 2 (duas) vias, 1 (uma) para CONTRATADA e 1 (uma) para o condutor.

4.6.3 Serão adotados os mesmos critérios de verificação nas vistorias de entrega e de devolução dos veículos.

4.7 Haverá tolerância de até 2 (duas) horas na devolução do veículo. Ultrapassando este período poderá ser cobrado no máximo 1/10 da diária a cada hora ou fração excedente, até o limite de 1 (uma) diária.

4.8 Os veículos serão locados com quilometragem livre.

4.9 Havendo infrações de trânsito, a CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE a respectiva Notificação de Autuação no prazo máximo de (02) dois dias úteis após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.10 Os pedidos de pagamento em razão de avarias que, porventura, decorram da utilização dos veículos pela CONTRATANTE deverão ser acompanhados, no mínimo, por 3 (três) orçamentos, contendo a descrição detalhada dos serviços e peças com os respectivos valores.

4.10.1 O valor a ser pago será o do menor orçamento.

4.10.2 Para fins de ressarcimento dos danos, a CONTRATADA apresentará nota fiscal dos serviços executados e/ou peças adquiridas, ressaltando a necessidade de identificação da placa do veículo.

5. JULGAMENTO

5.1 Será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor valor da diária para cada item (1.2.1 e 1.2.2 supra).

5.2 No valor da diária deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 A CONTRATANTE deverá:

- I. acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação do serviço, pelo servidor Gestor do Contrato ou outro designado pela autoridade competente;
- II. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Gestor do Contrato;
- III. documentar as ocorrências havidas;
- IV. aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;
- V. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;
- VI. efetuar os pagamentos devidos.

6.2 A CONTRATADA deverá:

- I. manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas Termo de Referência, sob pena de multa e rescisão contratual;
- II. prestar os serviços objetos da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;
- III. indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a CONTRATADA, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- IV. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados;
- V. apresentar Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, detalhando o valor total dos serviços prestados no período;

7. PAGAMENTO

7.1 Após verificado que os veículos se encontram de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

7.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

7.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

8. PENALIDADES

8.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

8.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos neste Termo de Referência, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2(dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

8.4 As sanções estabelecidas nos itens 8.2.a, 8.2.d, 8.2.e e 8.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquela previstas no item 8.2.b, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

8.5 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

8.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9. VIGÊNCIA E PREÇO

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

9.2 O preço contratado será fixo e irrevogável. Define-se como preço o valor unitário da diária.

10. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

10.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

10.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

10.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência.

10.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

Fortaleza, 23 de dezembro 2019

João Rafael Souto dos Santos
Chefe da Seção de Transporte

Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretário de Administração



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 205488/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 30/12/2019 10:52:54</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 2 de Janeiro de 2020.



À
SEÇÃO DE COMPRAS

para cotação de preços.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 000013/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 02/01/2020 07:54:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ



COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 018/2020

ORIGEM:	SEÇÃO DE COMPRAS	
	Coordenadoria: COLIC	Secretaria: SAD
DESTINO:	COORD. LICITAÇÕES E CONTRATOS	
DATA:	05/02/2020	

_____ protocolo _____

Sr.^a Coordenadora,

Envia-se, para providências, a cotação de preços realizada visando a formação do valor estimado para a contratação objeto do PAD nº 23631/2019, “**Locação de veículos sem motorista – Eleições 2020**”, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, arts. 7º, § 2º, inc. II, 15, inc.V, § 1º e 40, § 2º, inc. II, e com a Instrução Normativa nº 5/2014, alterada pela IN nº 7/2014 e IN nº 03/2017 do SLTI/MPDG e acórdão do TCU nº 805/2016 – Plenário.

Após a análise das especificações do objeto, a cotação de preços teve início através da publicação do termo de referência na *homepage* deste Tribunal, a fim de atender aos princípios da transparência e publicidade.

Buscando priorizar os parâmetros previstos nos incisos I e II do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, “Painel de Preços” e “contratações similares de outros entes públicos”, de acordo com orientação do TCU, por meio do Acórdão n.º 1445/2015 (TC 034.635/2014-9), foram pesquisadas **contratações públicas similares**, sendo admitidas para análise somente as mais recentes, considerando o disposto no art.. 2º, II, da mesma Instrução Normativa: “(...) *em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta dias) dias anteriores à data da pesquisa de preços*”.

No que se refere à pesquisa de preços públicos, informa-se que houve extrema dificuldade em se encontrar propostas para os itens demandados, sobretudo ante as exigências do Termo de Referência, especialmente no que se refere ao **ano de fabricação - 2019 ou superior**. Apesar de todos os esforços, não foram encontradas contratações idênticas, mas apenas similares, através do sistema “Banco de Preços”, conforme relatórios anexados ao PAD.

Desta forma, para o **item 1** foi utilizado um preço válido, contudo com ano de fabricação inferior (2018), no intuito de buscar um equilíbrio do valor médio de referência, considerando-se os resultados das propostas recebidas.

Para o **item 2**, além da dificuldade relacionada ao **ano de fabricação**, pesou também, como entrave na busca por valores públicos, a exigência de **transmissão automática**. Neste aspecto, após exaustiva pesquisa, foram encontrados alguns resultados de valores públicos, mas com motorização mínima de 1.5 ou superior, conforme resultados anexos. Por esta razão, no cálculo do preço médio deste item, utilizou-se um valor para motorização 1.5, também no mesmo objetivo de busca por equilíbrio no resultado do preço médio, sempre em benefício deste Tribunal.

Através do SISCOMP – Sistema de Suporte às Compras, desenvolvido por este Tribunal para a formação de banco de fornecedores, com empresas participantes de licitação em outros órgãos, foi realizada pesquisa com fornecedores, em nível nacional, totalizando o envio de 87 e-mails, com o recebimento de quatro (4) orçamentos e diversas respostas negativas.

Por fim, informa-se que para a obtenção dos valores médios de referência, utilizou-se uma cesta de preços aceitáveis, com valores públicos e de fornecedores, tendo como base o Acórdão TCU nº 2.170/2007 – Plenário.

Segue planilha de valores e dados, com a demonstração do preço de referência, sendo utilizada como metodologia de cálculo a média aritmética simples, conforme previsto no art. 2º, §2º, da IN nº 7/2014, do SLTI/MPOG, considerando os preços válidos. O valor destacado em **vermelho** não compôs a referida média, tendo sido considerado bastante elevado em relação aos demais.

Segue, ainda, planilha com informações dos fornecedores que enviaram orçamentos, bem como relatório dos quadros societários consultados no SICAF e páginas com informação de “fornecedor não cadastrado”, conforme orientação do Acórdão TCU 3195/2017 – 2ª Câmara.

Até o final da cotação de preços, o termo de referência não sofreu alterações.

Respeitosamente,

Francisco Wagner da Silva Santos
Matrícula 67889

De acordo:

Raquel Cordeiro Gadelha Santos
Coordenadoria de Licitações e Contratos

ANEXOS

PLANILHA DE PREÇOS						
Item	Descrição	Qtde Diárias	Vr. Diária	Vr. Médio da Diária	Vr. Global	Empresa/Órgão
1	Veículo tipo Sedan 1.0, sem motorista	1089	R\$ 89,0000	R\$ 168,5000	R\$ 96.921,0000	Banco de Preços - Ministério da Defesa – Comando do Exército (Modelo 2018 ou superior)
			R\$ 150,0000		R\$ 163.350,0000	ABRIL TOUR
			R\$ 210,0000		R\$ 228.690,0000	LOCALIZA
			R\$ 225,0000		R\$ 245.025,0000	PONTUAL
			R\$ 380,0000		R\$ 413.820,0000	ROYAL
VALOR MÉDIO GLOBAL					R\$ 183.496,5000	
2	Veículo tipo Sedan 1.0, sem motorista, transmissão automática	218	R\$ 110,0000	R\$ 198,4425	R\$ 23.980,0000	Banco de Preços - Ministério da Defesa – Comando do Exército (Motorização 1.5)
			R\$ 180,0000		R\$ 39.240,0000	ABRIL TOUR
			R\$ 278,7700		R\$ 60.771,8600	LOCALIZA
			R\$ 225,0000		R\$ 49.050,0000	PONTUAL
			R\$ 480,0000		R\$ 104.640,0000	ROYAL
VALOR MÉDIO GLOBAL					R\$ 43.260,4650	
EMPRESAS QUE COTARAM						
RAZÃO SOCIAL		CNPJ		E-MAIL		FONE/END.
ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO		32.287.521/0001-81		abriltour@terra.com.br		Rua 22, 69 – Galeria Pátio 22, Sala 11, setor oeste – Goiânia-GO – Telefone: (62) 3093.7878
LOCALIZA RENT A CAR S/A		16.670.085/0001-55		ronald.marques@localiza.com		Av. Bernardo Vasconcelos, 377 – Cachoeirinha – Belo Horizonte/MG Fone: (85) 9.8204.6348
RBR TRANSPORTE E LOCADORA EIRELI		10.932.538/0001-98		licitacao@royalreceptivo.com.br comercial@royalreceptivo.com.br		Rua C 25, 430 – QD 65 A – Lt. 14 – SI 03 – Setor Novo Horizonte – Goiânia-GO
PONTUAL RENT A CAR LTDA.		02.803.284/0001-80		pontualrentacar@hotmail.com		Av. Francisco Sá, 3636. Lj 09. Fortaleza/CE. Tel. (85) 3035.0466/999040020



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 016584/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	FRANCISCO WAGNER DA SILVA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 05/02/2020 13:53:24</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 05/02/2020 14:08:31</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



RELATÓRIO DE EMAILS ENVIADOS

DATA: 20/01/2020 14:12

PRODUTO(S): CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS, EXCETO TAXI

ASSUNTO: Solicitação de Orçamento - Veículos sem Motorista

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
A F DE MATOS - ME	(85) 3044-6933	-	WILTOR	a.f.dematos@hotmail.com
A. IGOR FURTADO LIMA EVENTOS - ME	(88) 3671-1801	-	-	a.m.r-assessoria@hotmail.com
A. K. B. DE BASILIO ME	(85) 99919-7580	-	-	kleber-brit@hotmail.com
A.A.J LOURENCO & CIA LTDA	(91) 3246-4886	-	-	clean.master@ig.com.br
ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	(62) 3093-7878	-	-	abriltour@terra.com.br
AGL RENT A CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	(85) 3087-7454	85 99863609	FRANKLIN JR.	agl@aglvans.com.br
AIR FIVE TURISMO E EVENTOS LTDA - ME	(61) 3347-7749	-	-	silvana@airfive.com.br
ALDEOTA LOCAÇÃO E TRANSPORTES LTDA	(85) 3281-1455	-	GADELHA	aldeota@aldeotalocacao.com.br, comercial@aldeotalocacao.com.br
AM BRASIL LOCAÇÕES LTDA - ME	(85) 99773-2090	-	-	mateus.brasil@ambrasillocoes.com.br
AVM EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME	(81) 3487-2768	-	-	lucioflaviofragoso@hotmail.com
A3 TURISMO E RECEPTIVO	(85) 3295-4196	-	-	comercial@a3receptivo.tur.br
CARSTEN SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME	(14) 3262-4344	14 32624667	-	rennan@carsten.com.br
CASABLANCA RENT A CAR LTDA	(85) 3466-6006	85 9953 3222	-	andre.costa@casablancarentacar.com.br
CEARÁ MOTOR LTDA	(85) 3455-6444	-	-	cearamotor@cearamotor.com.br, luciafernandes@cearamotor.com.br

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
CECOL - CENTRO DE COMERCIO E LOCACAO LTDA - ME	(86) 3233-9133	-	-	felixneto29@hotmail.com
COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA - ME	86 32217481	-	-	eulaliofurtado@ig.com.br
CONSTROI - CONSTRUÇOES E SERVICOS DE LOCACAO LTDA - ME	85 86343184	-	-	constroi.servicos@hotmail.com
CRISNA CAROLINA DA SILVA SANTOS - ME	83 32531480	-	-	thaineeventos@yahoo.com.br
DAVID ELIAS DO NASCIMENTO E SA CAVALCANTE - ME	85 3211-1421	85 3252.1120	-	dlix@hotmail.com
D.E REBOUCAS EIRELI - EPP	86 32148181	86 32148153	-	d.e.reboucas@bol.com.br
DMR PROJETOS E VIAGENS LTDA - EPP	41 30534981	-	-	comercial@dmrprojetos.com.br
ECC RENT A CAR LTDA.	85 3133-4141	-	MARILIA MONTEIRO	eccrepresentacoes@eccrentacar.com.br
EGEL LOCACAO DE VEICULOS LTDA	85 3133-7625	-	PAULO REBOUCAS	egel@terra.com.br, egel.empresendimentos@terra.com.br
ELV -EMPRESA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	85 - 3133-7614	-	-	elv_locacao@terra.com.br
ERIKA MARIA LEITE BARROSO - ME	85 32531798	-	-	ppproducao@hotmail.com
FACILITA LOCACAO DE VEICULOS LTDA - ME	85 34912900	-	-	facilitalocacao@hotmail.com
FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO GOMES - ME	61 34614415	-	-	mauriston2009@hotmail.com
FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES DA SILVA - ME	85 32190055	-	-	shoprentacar1@ig.com.br
FRANCISCO E SILVA CAPIISTRANIO - ME	94 37873322	-	-	brunamota.pa@gmail.com
FSC LOCACAO DE VEICULOS LTDA ME	85 32635519	-	FRANKLIN COUTINHO	lemonde@lemonderentacar.com.br
G E DE O JUNIOR PROMOCOES E EVENTOS - ME	84 33149188	-	-	genildome@bol.com.br
GLORIA TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME - ME	98 32434343	-	-	gloriatransportes@hotmail.com

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
GT INTERSERVICE EIRELI - EPP	17 34722355	-	-	gt.interservice@hotmail.com
HUGO PIRES TORRES JERONIMO LEITE - ME	83 32475444	-	-	eurolicit@gmail.com
IMASTER SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - ME	61 30835117	-	-	mundialserviceclean@gmail.com
INDIOS CONSTRUÇOES, EVENTOS E SERVICOS LTDA - EPP	88 996550330	-	-	indiosepp@hotmail.com
ISAMAR COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	61 30410890	-	-	bb@bbras.com.br
ITAPARICA EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA - EPP	87 81181467	-	-	silvio_cootec@hotmail.com
J L M DE ALMEIDA EPP	86 32143127	-	-	joselael@ig.com.br
JF-LOCADORA LTDA ME	87 30314014	-	-	jflocadoraltda@gmail.com
JMB TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA	81 32053650	-	BRUCE SILVA	brunolippo@terra.com.br
JOVIC COMERCIAL E SERVICOS LTDA - EPP	62 39210452	-	-	jovicgoiania@gmail.com
JULIA TUR LOCADORA DE VEICULOS E TURISMO EIRELI - ME	613356.0478	-	-	jamalawada96@gmail.com
KLC TRANSPORTES, LOCAÇÃO E COMERCIO LTDA - EPP	11 33842316	-	-	klclicitacoes@uol.com.br
L & B CONSULTORIA EIRELI - ME	85 32785443	-	-	elinebm@gmail.com
LITORAL TRANSPORTES LTDA ME	(79) 3241-1134	-	ADRIANA OLIVEIRA,	litoraltransporte@bol.com.br
LOC MAIS LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA ME	32323821	-	3232.3821 - Morais	locmais.rentacar@hotmail.com
LOCADORA DE VEICULOS	85 32422788	-	ALICE	fenixrentcar@uol.com.br
LOCADORA DE VEICULOS CATAVENTO LTDA - EPP	85 3281.6178	-	-	alholanda@hotmail.com
LOCALIZA RENT A CAR S/A	31 32477895	-	RONIE DIAS	centraldereservas@localiza.com.br

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
LOCAR SERVICOS LTDA ME	86 32320643	-	Vitor	locarservicos@hotmail.com
LOCARFLEX - LOCACAO DE VEICULOS	32969039	-	-	locarflex@hotmail.com
LOGCON LTDA - ME	88 34271000	-	-	logconltda@hotmail.com
LSA LOCACAO DE VEICULOS E SERVICOS LTDA	(85) 3242 0868	(85) 3242 5103	RAQUEL	brasil@brasillocadora.com.br
MA LOCACOES E TRANSPORTES LTDA - ME	87 38621016	-	-	ma_consult@hotmail.com
MACIEL CONSTRUTORA LTDA - ME	85 32761655	-	-	operacionalmaciel@gmail.com
MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA	83 32243495	-	-	carla_maisviagens@hotmail.com
MONTE SINAI TURISMO E EVENTOS LTDA - ME	61 30363318	-	-	reservas@prismaturismo.com.br
NS TELEINFORMATICA LTDA - ME	41 33775444	-	-	licita@nstelecom.com.br
OSWALDO SERGIO FERNANDES RODRIGUES - ME	85 32211493	85 87925017	-	marcas_locadora@hotmail.com
PORTENTO CONSTRUCOES LTDA - EPP	83 32233800	-	-	portento@terra.com.br, L1Natal@portentopb.com.br
PP RENT A CAR E TRANSPORTES LTDA - EPP	92 33611662	92 33614043	-	porentacartransporte@yahoo.com.br, pplimpezaeconservacao@yahoo.com.br
PRISMA VIP SERVICE LOCADORA LTDA. - ME	61 33610999	-	-	prismaviplocadora@gmail.com
QUAGLIATO NOGUEIRA TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - EPP	85 32677000	-	-	davidanogueira@hotmail.com
R M DE SOUSA MENDONCA - ME	85 30327147	-	-	rm.servicos@hotmail.com
RAIA MAO-DE-OBRA, SERVICOS E LOCACAO DE BENS LTDA.	85 96619601	-	-	marcelobraga33@hotmail.com
RHP EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	85 32577533	-	MOISES OLIVEIRAadm@rhplocadora.com.br CEL.: 99843836	
RIBAL LOCADORA DE VEICULOS LTDA - EPP	61 34252525	-	-	ribal.comercial@gmail.com

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
RICARTE REBOUCAS LOCACAO DE VEICULOS LTDA - EPP	85 31337608	-	-	ricarteloc@terra.com.br
RODOCYMAR TRANSPORTES LTDA - EPP	91 32501021	-	-	rodocymar@yahoo.com.br
RODRIGO MENEZES ARARIPE - ME	85 32197788	-	-	shoprentacar1@ig.com.br
ROMA CARGO LOGISTICA LTDA	51 33473500	-	-	comercial.poa@romacargo.com.br
SAMIRA SEND PEREIRA DOS SANTOS E SILVA - ME	87 88478886	-	-	solange-fis@hotmail.com
SELCOI - SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA - ME	79 32177817	-	-	selcoi@ig.com.br
T Y JERONIMO E SILVA - EPP	86 99842661	-	-	tylocacoes@hotmail.com
TOTAL SOLUCOES COMERCIO E SERVICOS - EIRELI - ME	85 3473.5338	-	-	totalsolucoes.ce@gmail.com
TRANSPORTADORA	61 35629337	-	-	transfiuza@yahoo.com.br
UNILOC - LOCACAO E TRANSPORTES LTDA - ME	87 38611499	-	-	uniloc.adm@gmail.com
VIA AZUL TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA ME	11 55112189	-	-	orcamento@viaazulmudancas.com.br
VITOR ALVES CARDOSO NETO EIRELI	89 34751167	-	CARDOSO	gerencialvalenca@gmail.com
VOCARE CENTRUM TELEATENDIMENTO EIRELI - ME	48 36250881	-	-	vocarecentrum@gmail.com
3R - LOCACAO DE VEICULOS E TURISMO LTDA-ME	(61) 3041-4284	(61) 3041-4284	-	3rturismo@globomail.com

Total Fornecedores: 82

Total Email Enviados: 87



Abril Tour Viagens e Turismo

Embratur: 13340-00.41-3

Email: abriltour@terra.com.br

CNPJ: 37.287.521/0001-81

PROPOSTA

A Tribunal Regional Eleitoral - CE

1. Identificação do licitante:

• Razão Social: ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA

• CNPJ : 37.287.521/0001-81

• Endereço completo: Rua 22, 69 Galeria Pátio 22 sala 11, setor oeste Goiânia GO CEP: 74120-130

• Telefone: (62) 30937878

celular: (62) 99614 3815

e-mail: abriltour@terra.com.br

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Diária	Valor Total
1	Veículo tipo Sedan compacto, no mínimo, motor 1.0, sem motorista	1089	R\$ 150,00	R\$ 163.350,00
2	Veículo tipo Sedan compacto, no mínimo, motor 1.0, sem motorista, transmissão automática	218	R\$ 180,00	R\$ 39.240,00
VALOR TOTAL				R\$ 202.590,00

1. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Goiânia-GO, 30 de janeiro de 2020.

Atenciosamente,

Lineu Lino Lemos
RG: 3723228 DGPC/GO

Rua 22 nº 69, Lj. 11 Galeria PÁTIO 22 – Setor Oeste , Goiânia – GO
Fone/fax: (62) 30937878

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ALUGUEL DE CARROS PARA PESQUISA DE MERCADO

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATANTE			
RAZÃO SOCIAL:	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA	CÓDIGO:	
CONTATO:	Wagner Santos	CARGO:	Seção de Compras
E-MAIL:	wagnersantos@tre-ce.jus.br	TELEFONE:	(85)3453-3734 / 3453-3735
ENDEREÇO:	R JAIME BENEVOLO, 21, PREDIO	BAIRRO:	CENTRO
CIDADE:	FORTALEZA	ESTADO:	CE
CNPJ:	06.026.531/0001-30		

Fica expressamente consignado que a presente proposta é apresentada a pedido deste órgão da Administração, exclusiva e especificamente para atender a por ele alegada finalidade de identificar as atuais condições técnicas e comerciais do mercado de "locação de veículos", para, em seguida, estruturar e instaurar procedimento licitatório para formalizar contratação. As condições técnicas e comerciais ofertadas na presente proposta, nominadamente os "preços", não se prestam a formalizar contratação direta, em que a licitação possa ser dispensada, não ficando, portanto, autorizada pela Localiza a emissão automática de notas de empenho de despesa a partir e com base nas condições nela colocadas.

DADOS DA EMPRESA: LOCALIZA RENT A CAR S/A, pessoa jurídica de direito privado sediada em Belo Horizonte, MG, à Av. Bernardo Vasconcelos, 377 - CNPJ 16.670.085/0001-55

1. Preços e Quantidades

Produto	Item	Modelo (s)	Volume	Valor Unitário R\$	Vigência (AD=dias / AM=meses)	Valor global total R\$	Franquia de km
ALUGUEL DIÁRIO	1	Prisma 1.0 / Logan 1.0 / Ka Sedan 1.0 / Versa 1.0	1089	R\$ 210,00	1	R\$ 228.690,00	LIVRE
ALUGUEL DIÁRIO	2	Hyundai HB20S 1.6 / VW Virtus Comfortline / Renault Captur 1.6 / Nissan Versa 1.6 / GM Cobalt 1.8 / Toyota Etios 1.5 / Ford Ecosport 1.5 / Nissan Kicks 1.6 / Ford Ka Sedan 1.5 / Renault Duster 1.6 / Citroen C4 Cactus 1.6	218	R\$ 278,77	1	R\$ 60.771,86	LIVRE

2. Multa de trânsito

Sendo o contrato firmado exclusivamente entre Contratada e Contratante, o condutor não faz parte do mesmo. Por esse motivo o ressarcimento de eventuais "multas de trânsito" através de **reembolso a contratada**, é de responsabilidade exclusiva da Contratante, uma vez que:

- A grande parte das Locadoras paga as multas no período que contempla o desconto adquirido por pagamento antecipado;
- A Localiza trata as multas de trânsito tempestivamente de forma que o Contratante não tenha os prazos de recurso prejudicados. O Contratante possui 02 prazos de defesa, sendo o 1º prazo no ato do recebimento da notificação e o 2º prazo quando a notificação passa a ser multa;

3. Coberturas de Risco

Do Carro Casco

No Valor Unitário está inclusa a cobertura de risco do carro Casco em caso de furto, roubo, incêndio ou colisão.

Terceiros

Fica convencionado que no oferecimento feito aqui o CONTRATANTE possui as coberturas (i) de risco para danos corporais causados a terceiros, no limite máximo de R\$ 100.000,00; (ii) de risco para danos materiais causados a bens de terceiros, no limite máximo de R\$ 50.000,00; e (iii) de risco para danos morais causados a terceiros, no limite máximo de R\$ 5.000,00. Quando houver danos materiais causados a terceiros, o Contratante arcará com a indenização por custos operacionais até o limite de R\$ 1.000,00, sempre que comprovadamente for o responsável, causador do dano.

4. Entrega definitiva dos carros

O prazo para entrega de veículos 0km será de 90 dias, sendo facultado o direito de requerer em prazo inferior a este o carro substituto até que seja concluída a entrega do veículo definitivo.

A Contratada fará jus à substituição do carro alugado, em caráter definitivo, sempre que o veículo estiver próximo de completar 365 dias da emissão de sua nota fiscal ou quando atingir quilometragem superior à 30.000km, exceto os veículos que se enquadrarem no grupo P (vide site localiza) que serão substituídos quando estiverem próximos de completar 730 dias, por um veículo do mesmo grupo tarifário.

5. Carro Substituto

O Contratante fará jus à substituição do carro alugado, em caráter temporário, sempre que o tempo de indisponibilidade do carro efetivo seja superior a 24 horas, por um veículo do mesmo grupo tarifário. Caso não haja disponibilidade do grupo contratado no momento da substituição, a Localiza se reserva o direito de realizar a substituição com um carro de outra categoria, conforme a disponibilidade da agência.

Assim que o carro efetivo do contrato estiver disponível, o Contratante deverá devolver o carro substituto no local indicado pela Localiza, no prazo máximo de 24 horas, sob pena de serem cobradas diárias adicionais do carro substituto com base na "tabela balcão" da Localiza vigente, inclusive a diária de tolerância.

6. Do uso dos carros

A instalação de adesivos, pinturas especiais, equipamentos ou acessórios no carro alugado está sujeita à autorização prévia, por escrito, da Localiza. A retirada dos mesmos e a recuperação do carro ao seu estado original são de responsabilidade do Contratante. Guarda do carro alugado: a Localiza recomenda que os carros alugados sejam estacionados apenas em locais privados, evitando-se as vias públicas por questão de maior segurança contra roubo, furto e/ou avarias.

7. Faturamento e Pagamento

Para cada carro alugado, a cada período de 30 dias a partir de sua entrega, será emitida uma fatura referente ao aluguel, às proteções, eventuais quilômetros excedentes e demais despesas.

No momento da devolução do carro alugado, serão cobradas as diárias do carro, contadas a partir da última fatura emitida, sendo o valor devido calculado proporcionalmente ao valor integral de 1 (um) mês (Valor Mensal Unitário- Preços e Quantidades), pro rata die.

Caso a Localiza deixe de cobrar qualquer obrigação do Contratante, independentemente do motivo, nos prazos estipulados nestas Condições, isto não significará a desoneração do Contratante e nem renovação, podendo a Localiza cobrar os valores devidos mesmo após o encerramento do Contrato de Aluguel de Carros.

8. Validade da proposta

Prazo Validade Proposta: 60 dias.

A disponibilidade dos carros só será garantida mediante contrato assinado por ambas as partes, oriundo de uma licitação.

O Contratante é responsável pelo pagamento da locação e de todos adicionais e extras até a efetiva devolução do carro.

É vedada a divulgação destas condições a terceiros.

Fortaleza, 30 janeiro, 2020

Pela Localiza:

Nome: **RONALD MARQUES**
Cargo: REPRESENTANTE DE VENDAS
Telefone: (85) 98204-6348
E-mail: ronald.marques@localiza.com



PROPOSTA DE PREÇOS - TRE/CE

PROPOSTA DE PREÇO

Nome da Empresa: Pontual Rent a Car **CNPJ:** 02.803.284/0001-80

Endereço: Av. Francisco Sá, 3636 Loja 09 - Carlito Pamplona

CEP: 60310052

Fone: (85) 30350466 **FAX:** (85) 30350466

E-mail comercial: pontualrentacar@hotmail.com

Validade da proposta: 60 dias

Conta Corrente n.º: 24499-6

Banco: Bradesco

N.º da Agência: 0649

Proposta de preços para serviços de locação de veículos sem motorista.

ITEM	Descrição	Un.	Qtde. Estimada de Diárias	Valor Unitário da Diária (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diárias	1089	225,00	245.025,00
02	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	218	225,00	49.050,00

Fortaleza 29 de Janeiro de 2020.


Marcos Antonio de Carvalho
Sócio - Gerente
RG. 924247-85
CPF. 362047733-72
CNPJ. 02.803.284/0001-80

PONTUAL RENT A CAR

Rua Francisco Sá, 3636 Loja 09 - Carlito Pamplona - Fortaleza - Ceará - CEP: 60310-052

Fone: (85) 30350466 - CNPJ: 02.803.284/0001-80

E-mail: pontualrentacar@hotmail.com

PROPOSTA COMERCIAL

Ao
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEÇÃO DE TRANSPORTES

Proponente:	RBR Transporte e Locadora EIRELI (Royal Receptivo)
CNPJ:	10.932.538/0001-98
Endereço:	RUA C 25, Nº 430, QD 65 A, LT 14, SL 03, SETOR NOVO HORIZONTE, GOIANIA – GO.
Site:	www.royalreceptivo.com.br
E-mail:	licitação@royalreceptivo.com.br ou comercial@royalreceptivo.com.br
Telefones:	(62) 4103-3019 ou (61) 9 8270-4999.
Dados Bancários:	Banco Itaú (341); Agência: 0542; Conta Corrente: 13400-2.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

Após análise do Termo de Referência, propomos a execução do serviço conforme detalhado abaixo:

Após análise do Termo de Referência, propomos a execução do serviço conforme detalhado abaixo.							
ITEM	ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO	QTD VEICULOS	QTD DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VISTORIAS TÉCNICAS SAD	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1	50	R\$ 380,00	R\$ 19.000,00
	SUPORTE TECNICO DE INFORMATICA (HARDWARE/SOFTWARE)		VIGÊNCIA CONTRATUAL	6	300	R\$ 380,00	R\$ 114.000,00
	NAT – VIAGEM 1		JULHO/2020	14	100	R\$ 380,00	R\$ 38.000,00
	NAT – VIAGEM 2		AGOSTO/2020 SETEMBRO/2020	14	153	R\$ 380,00	R\$ 58.140,00
	NAT – VIAGEM 3		SETEMBRO/2020 OUTUBRO/2020	28	476	R\$ 380,00	R\$ 180.880,00
	NAT – VIAGEM 4		OUTUBRO/2020	1	10	R\$ 380,00	R\$ 3.800,00
TOTAL GERAL – ITEM 1					1.089		R\$ 413.820,00

ITEM	ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO	QTD VEICULOS	QTD DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	NAT – VIAGEM 1	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	JULHO/2020	4	28	R\$ 480,00	R\$ 13.440,00
	NAT – VIAGEM 2		AGOSTO/2020 SETEMBRO/2020	4	44	R\$ 480,00	R\$ 21.120,00
	NAT – VIAGEM 3		SETEMBRO/2020 OUTUBRO/2020	8	136	R\$ 480,00	R\$ 65.280,00
	NAT – VIAGEM 4		OUTUBRO/2020	1	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00
TOTAL GERAL – ITEM 2					218		R\$ 104.640,00

Valor Total da proposta R\$ 518.460,00 (Quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta reais), conforme detalhado acima.

Observações:

Os preços ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos, incluídas as despesas de frete até os locais de prestação dos serviços, os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e demais despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato.

Os veículos ofertados possuirão proteção SEGURO TOTAL conforme especificado no Termo de Referência:

Responsabilidade civil facultativa – Danos materiais	R\$ 30.000,00
Responsabilidade civil facultativa – Danos corporais	R\$ 30.000,00

Franquias:

Sinistros ((colisão, incêndio etc)	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Vidros dianteiro e traseiro	R\$ 100,00 (cem reais)
Vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores	R\$ 60,00 (sessenta reais)



Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Goiania, 31 de Janeiro de 2020.



RBR Transporte e Locadora EIRELI

CNPJ: 10.932.538/0001-98

Neskeens Naves de Mendonça

CPF: 827.904.691-72

Wagner Santos

De: "FRANKLIN - AGLVANS FORTALEZA" <aglvans@msn.com>
Data: segunda-feira, 20 de janeiro de 2020 14:13
Para: "SISCOMP TRE-CE" <compras@tre-ce.jus.br>
Assunto: RE: Solicitação de Orçamento - Veículos sem Motorista

Boa tarde!

Nossa empresa trabalha somente com locação de veículos com motorista.

Att.

Franklin Junior

(85) 98888-3609 (OI) **WhatsApp**
(85) 99983-3609 (TIM)

www.aglvans.com.br

De: SISCOMP TRE-CE <compras@tre-ce.jus.br>
Enviado: segunda-feira, 20 de janeiro de 2020 14:11
Para: agl@aglvans.com.br <agl@aglvans.com.br>
Assunto: Solicitação de Orçamento - Veículos sem Motorista

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

CNPJ: 06.026.531/0001-30

Solicitação de orçamento.

Solicitamos orçamento de locação de veículos sem motorista, conforme descrito no Termo de Referência em anexo. Esperamos contar com sua proposta e desde já agradecemos por sua atenção. Qualquer dúvida ou esclarecimento, estamos à disposição.

Atenciosamente,
SEÇÃO DE COMPRAS
compras@tre-ce.jus.br
(85)3453-3734 / 3453-3735

Horário de Funcionamento TRE-CE: 13:00 às 19:00h (segunda a quinta-feira) e 08:00 às 15:00h (sexta-feira).

Wagner Santos

De: "Brasil Locadora" <brasil@brasilloadora.com.br>
Data: segunda-feira, 20 de janeiro de 2020 15:05
Para: "SISCOMP TRE-CE" <compras@tre-ce.jus.br>
Assunto: Re: Solicitação de Orçamento - Veículos sem Motorista

Boa tarde,

Por serem veículos sedan automáticos não teremos condições de fazer proposta.

Atenciosamente,

Aleksander Rangel

Em seg., 20 de jan. de 2020 às 14:13, SISCOMP TRE-CE <compras@tre-ce.jus.br> escreveu:
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

CNPJ: 06.026.531/0001-30

Solicitação de orçamento.

Solicitamos orçamento de locação de veículos sem motorista, conforme descrito no Termo de Referência em anexo. Esperamos contar com sua proposta e desde já agradecemos por sua atenção. Qualquer dúvida ou esclarecimento, estamos à disposição.

Atenciosamente,
SEÇÃO DE COMPRAS
compras@tre-ce.jus.br
(85)3453-3734 / 3453-3735

Horário de Funcionamento TRE-CE: 13:00 às 19:00h (segunda a quinta-feira) e 08:00 às 15:00h (sexta-feira).

Wagner Santos

De: "Ecc Representações" <eccrepresentacoes@eccrentacar.com.br>
Data: segunda-feira, 20 de janeiro de 2020 15:08
Para: "SISCOMP TRE-CE" <compras@tre-ce.jus.br>
Assunto: RES: Solicitação de Orçamento - Veículos sem Motorista

Boa tarde ,

No momento não estamos trabalhando com licitações .

Grata pela compreensão ,

Marilia Monteiro
Comercial
Fone : 85 31334141
Celular : 85 988787083



De: SISCOMP TRE-CE [mailto:compras@tre-ce.jus.br]
Enviada em: segunda-feira, 20 de janeiro de 2020 15:11
Para: eccrepresentacoes@eccrentacar.com.br
Assunto: Solicitação de Orçamento - Veículos sem Motorista

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

CNPJ: 06.026.531/0001-30

Solicitação de orçamento.

Solicitamos orçamento de locação de veículos sem motorista, conforme descrito no Termo de Referência em anexo. Esperamos contar com sua proposta e desde já agradecemos por sua atenção. Qualquer dúvida ou esclarecimento, estamos à disposição.

Atenciosamente,
SEÇÃO DE COMPRAS
compras@tre-ce.jus.br
(85)3453-3734 / 3453-3735

Horário de Funcionamento TRE-CE: 13:00 às 19:00h (segunda a quinta-feira) e 08:00 às 15:00h (sexta-feira).

FRANCISCO WAGNER DA SILVA SANTOS

458.702.093 **Campo CNPJ da Empresa
inválido.**[Consulta](#)[Cadastro](#)[Segurança](#)[Sair](#)

Consultar Quadro e Participação Societária / Administrativa

Critérios de Seleção

* Tipo de Consulta

☐

Quadro Societário /
Administrativo de Fornecedor

☐

Participação de Sócio /
Administrador PJ

☐

Participação de Sócio /
Administrador PF

* CNPJ da Empresa

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

PESQUISAR**REALIZAR NOVA PESQUISA****VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL**



**Campo CNPJ da Empresa
inválido.**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 130.057.586-72
Nome: EUGENIO PACELLI MATTAR
Carteira de Identidade: MG-4.491 Órgão Expedidor: SSP/MG
Data de Expedição: 18/05/2011 Data de Nascimento: 08/01/1953
Filiação Materna: ALZIRA COUTINHO MATTAR
Estado Civil:
CEP: 31.150-000
Endereço: AVENIDA BERNARDO DE VASCONCELOS, 377 - CACHOEIRINHA
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (31) 32479824
Email: ALANA.BARACHO@LOCALIZA.COM

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 077.594.077-18
Nome: MAURICIO FERNANDES TEIXEIRA
Carteira de Identidade: 10191281-4 Órgão Expedidor: IFP/RJ
Data de Expedição: 20/06/2016 Data de Nascimento: 18/02/1978
Filiação Materna: BEATRIZ LOPES FERNANDES TEIXEIRA
Estado Civil:
CEP: 30.140-120
Endereço: RUA DOS INCONFIDENTES, 443 - APTO 1202 - FUNCIONARIOS
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (11) 00000000
Email: alana.baracho@localiza.com

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: 052.289.496-82
Nome: DANIEL GUERRA LINHARES
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 13/08/1981
Filiação Materna: TANIA GUERRA LINHARES
Estado Civil:
CEP: 30.310-702
Endereço: RUA MONTES CLAROS, 1515 - APTO 702 - ANCHIETA
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (31) 33422679
Email:

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: 828.794.438-49
Nome: HEROS DI JORGE
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 03/01/1957
Filiação Materna: MARGARIDA MARASCO DI JORGE
Estado Civil:
CEP: 30.150-331
Endereço: RUA MARANHÃO, 1488 - APTO 2202 - FUNCIONARIOS
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (31) 00000000
Email:

Dados do Sócio/Administrador 5

CPF: 231.678.618-94
Nome: BRUNO SEBASTIAN LASANSKY
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 20/07/1980
Filiação Materna: OLGA MIRTA CONTAROVSKY
Estado Civil:
CEP: 30.170-050
Endereço: RUA MATIAS CARDOSO, 236 - APTO 2802 - SANTO AGOSTINHO
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (31) 00000000
Email:

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 6

CPF: 027.602.306-43
Nome: JOAO HILARIO DE AVILA VALGAS FILHO
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 18/02/1977
Filiação Materna: MARIA MARGARIDA DE ALMEIDA VALGAS
Estado Civil:
CEP: 04.576-020
Endereço: RUA GEORGE OHM, 330 - 131 SMART - BROOKLIN
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (31) 92017475
Email:

Dados do Sócio/Administrador 7

CPF: 292.158.848-07
Nome: ELVIO LUPO NETO
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 14/12/1980
Filiação Materna: SUELY DO CARMO MASCIA LUPO
Estado Civil:
CEP: 30.160-042
Endereço: RUA RIO DE JANEIRO, 2573 - APT 301 - LOURDES
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (11) 00000000
Email:

Dados do Sócio/Administrador 8

CPF: 941.450.836-87
Nome: SUZANA FAGUNDES RIBEIRO DE OLIVEIRA
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 05/10/1973
Filiação Materna: MARIA AMALIA MAGALHAES FAGUNDES
Estado Civil:
CEP: 30.170-132
Endereço: RUA SAO PAULO, 2189 - APT 602 - LOURDES
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (31) 00000000
Email:

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 9

CPF: 286.993.558-74
Nome: ANDRE LUIZ LOPES PETENUSSI
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 12/09/1980
Filiação Materna: FATIMA HELENA LOPES PETENUSSI
Estado Civil:
CEP: 05.541-030
Endereço: RUA TRAJANO REIS, 777 - APTO 93A - JD DAS VERTENTES
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (11) 00000000
Email:



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.803.284/0001-80
Razão Social: PONTUAL RENT A CAR LTDA
Nome Fantasia: PONTUAL RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 362.047.733-72 Participação Societária: 99,00%
Nome: MARCOS ANTONIO DE CARVALHO
Carteira de Identidade: 924247/85 Órgão Expedidor: SSPCE
Data de Expedição: 04/10/1988 Data de Nascimento: 09/06/1967
Filiação Materna: EDITE DE BARROS CARVALHO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 295.213.783-87
Nome: EUGENIA GLAYDES DO NASCIMENTO CARVALHO
Carteira de Identidade: 94002241976 Órgão Expedidor: SSPCE
Data de Expedição: 31/05/2016

CEP: 60.040-500
Endereço: RUA BOMFIM SOBRINHO, 540 - APT 1002B - FATIMA
Município / UF: Fortaleza / Ceará
Telefone: (85) 00000000 Telefone: (85) 99040020
Email: MARCOS4002008@HOTMAIL.COM

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF:	362.039.553-53	Participação Societária:	1,00%
Nome:	LEONILIA MARIA DE CARVALHO		
Carteira de Identidade:	2008260006-0	Órgão Expedidor:	SSPCE
Data de Expedição:	12/07/2012	Data de Nascimento:	16/03/1966
Filiação Materna:	EDITE DE BARROS CARVALHO		
Estado Civil:	Solteiro(a)		
CEP:	60.011-110		
Endereço:	RUA JUSTINIANO DE SERPA, 588 - APTO 101 - FARIAS BRITO		
Município / UF:	Fortaleza / Ceará		
Telefone:	(85) 32230266		
Email:	PONTUALRENTACAR@HOTMAIL.COM		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.932.538/0001-98
Razão Social: RBR TRANSPORTE E LOCADORA EIRELI
Nome Fantasia: ROYAL RECEPTIVO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 827.904.691-72 Participação Societária: 100,00%
Nome: NESKEENS NAVES DE MENDONCA
Carteira de Identidade: 01755193616 Órgão Expedidor: DETRANDF
Data de Expedição: 02/09/2014 Data de Nascimento: 04/10/1979
Filiação Materna: APARECIDA NAVES DE SOUSA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 965.407.881-34
Nome: ELISA SANTOS ANDRADE DE MENDONCA
Carteira de Identidade: 4458364 Órgão Expedidor: SPTC GO
Data de Expedição: 07/03/2018

CEP: 73.005-108
Endereço: QUADRA 10 CONJUNTO H CASA, 57 - SOBRADINHO
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (61) 32020218
Email: navesnet@hotmail.com



Relatório de Cotação: cotação rápida 837

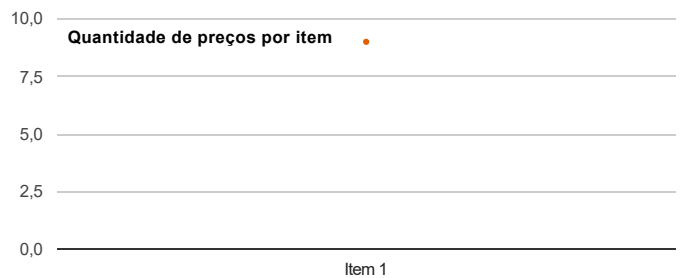
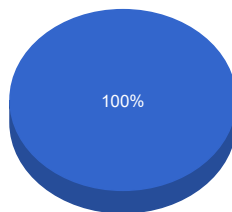
Pesquisa realizada entre 24/01/2020 15:02:14 e 24/01/2020 15:02:00

Relatório gerado no dia 24/01/2020 15:02:38 (IP: 187.4.152.91)

ITEM	PREÇOS	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
1) locação de veículos - leves / pesados	9	1 Unidade	89,00	R\$ 89,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste 7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército 10ª Brigada de Infantaria Motorizada 7º Grupo de Artilharia de Campanha	NºPregão:22019 UASG:160181	10/12/2019	R\$ 89,00
Valor Unitário				R\$ 89,00
Média dos Preços Obtidos: R\$ 89,00				
Valor Global:				R\$ 89,00

Valor do item em relação ao total

● 1) locação de...



Detalhamento dos Itens

Item 1: locação de veículos - leves / pesados			R\$ 89,00
Quantidade	Descrição	Observação	
1 Unidade	locação diária de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometrag em livre, ano de fabricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. (a diária do alugue l do veículo é de 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento ou da retirada do veículo, com até uma hora de tolerância para d evolução).		
Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor			R\$ 89,00

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar do Nordeste
7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército
10ª Brigada de Infantaria Motorizada
7º Grupo de Artilharia de Campanha

Objeto: Locação de Veículos..

Descrição: **Locação de Veículos - Leves / Pesados** - Locação Diária de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometragem livre, ano de fabricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. (A Diária do aluguel do veículo é de 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento ou da retirada do veículo, com até uma hora de tolerância para devolução).

CatSer: **4014** - Transporte de pessoal para o trajeto Itu/SP São Paulo/SP Itu/SP com ônibus executivo de capacidade mínima para 46 (quarenta e seis) passageiros e com toalete a bordo.

Data: 10/12/2019 09:01

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: N°Pregão:22019 / UASG:160181

Lote/Item: /5

Ata: [Link Ata](#)

Adjudicação: 13/12/2019 08:42

Homologação: 13/12/2019 09:00

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 977

Unidade: Unidade

UF: PE

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
00.437.311/0001-12 * VENCEDOR *	PORTENTO CONSTRUCOES LTDA	R\$ 89,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: "Locação DIARIA de veículo de passeio , motor a gasolina ou bicomustível, potência igual ou superior a 1.0cc., com ar condicionado, trava eletrica, vidro eletrico, alarme, direção hidraulica quilometragem livre, ano de fabricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motoris ta e sem combustivel. MODELO VW / GOL 1.0" (A Diária do aluguel do Veículo é de 24(vinte e quatro) horas a partir do recebimento ou da retirada do veículo co m uma hora de tolerancia para devolução)		
Estado: PB	Cidade: João Pessoa	Endereço: R JOSERY SERRANO, 123
		Telefone: (83) 3223-3800
		Email: portento@terra.com.br
11.649.002/0001-22	VIEIRA LOCACOES DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LT	R\$ 98,50
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Locação "DIARIA" de veículo tipo Passeio motor 1.0, ano/modelo 2018/2018 , da marca VW ,modelo GOL combustível flex, 04 portas, 05 passageir os, ar condicionado ; trava e vidros elétricos, retrovisores elétricos, som , radio AM/FM ,MP3 , com quilometragem livre a disposição 24 horas por dia. Todos os e quipamentos de segurança exigidos por Lei. Com combustível por conta da Contratante e condutor e manutenção por conta do contratado, equipado com tod os os itens mínimos de segurança obrigatórios pela legislação de trânsito brasileira.		
Endereço: ,		
21.756.495/0001-53	SANEAPE LOCACOES LTDA - ME	R\$ 98,52
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Locação Diária de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometragem livre, ano de f abricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. (A Diária do aluguel do veículo é de 24(vinte e quatro) horas, a part ir do recebimento ou da retirada do veículo, com até uma hora de tolerância para devolução).		
Endereço: AV DANTAS BARRETOS, 2291	Nome de Contato: ROBERTA	Telefone: (81) 3088-9720
		Email: saneapelocacoes@saneape.com.br
12.326.061/0001-22	M.R.H. LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME	R\$ 98,52
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Locação "Diária" de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometragem livre, ano de fabricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. MARCA/FABRICANTE/MODELO/ANO: GOL / VW / 1.0 / 2018		
Estado: BA	Cidade: Salvador	Endereço: AV TANCREDO NEVES, 274
		Telefone: (71) 3450-0412
		Email: perpetuasergio@hotmail.com
00.635.189/0001-99	ITALIAN ALIMENTOS LTDA - EPP	R\$ 120,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Locação Diária de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometragem livre, ano de f abricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. (A Diária do aluguel do veículo é de 24(vinte e quatro) horas, a part ir do recebimento ou da retirada do veículo, com até uma hora de tolerância para devolução).		
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: Q QN 508 CONJ 01 LOTE, 01
		Telefone: (61) 3458-6786
		Email: amadeu@ipeduc.com.br

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR				VALOR DA PROPOSTA FINAL
06.798.516/0001-00	EGEL LOCACAO DE VEICULOS LTDA				R\$ 123,00
Marca: Marca não informada					
Fabricante: Fabricante não informado					
Descrição: Locação Diária de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometragem livre, ano de fabricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. (A Diária do aluguel do veículo é de 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento ou da retirada do veículo, com até uma hora de tolerância para devolução). Validade da proposta: 60 dias, a contar da data de sua apresentação.					
Estado: CE	Cidade: Fortaleza	Endereço: R GN TERTULIANO POTYGUARA, 478	Telefone: (85) 3133-7609	Email: jeanelorena@hotmail.com	
11.940.483/0001-20	ARENA RENT A CAR LOCACOES LTDA - ME				R\$ 150,00
Marca: Marca não informada					
Fabricante: Fabricante não informado					
Descrição: Locação Diária de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometragem livre, ano de fabricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. (A Diária do aluguel do veículo é de 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento ou da retirada do veículo, com até uma hora de tolerância para devolução).					
Estado: RN	Cidade: Natal	Endereço: R COMPOSITOR JOSE LUIZ, 22	Nome de Contato: Jussier Martins da Silva	Telefone: (84) 3302-7618	Email: contato@arenarentacar.com.br
40.976.334/0001-10	WELL RENT A CAR LTDA - EPP				R\$ 180,00
Marca: Marca não informada					
Fabricante: Fabricante não informado					
Descrição: Locação Diária de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometragem livre, ano de fabricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. (A Diária do aluguel do veículo é de 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento ou da retirada do veículo, com até uma hora de tolerância para devolução).VW/ GOL 1.0 TL MBV					
Estado: PB	Cidade: João Pessoa	Endereço: AV PRES EPITACIO PESSOA, 2995	Telefone: (83) 3244-1001	Email: wellcar@wellcar.com.br	
04.201.934/0001-42	FAST TURISMO E TELECOMUNICACOES LTDA - EPP				R\$ 300,00
Marca: Marca não informada					
Fabricante: Fabricante não informado					
Descrição: Locação "Diária" de veículo de passeio 1.0, com ar condicionado, trava elétrica, vidro elétrico, alarme, direção hidráulica, quilometragem livre, ano de fabricação igual ou superior a 2018, 4 portas, com seguro total sem franquia e sem motorista. (A Diária do aluguel do veículo é de 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento ou da retirada do veículo, com até uma hora de tolerância para devolução) - Chevrolet Onix 1.0, VW Gol 1.0, Renault Kwid 1.0 ou Renault Sander 1.0 e Fiat Mobi 1.0					
Estado: DF	Cidade: Brasília	Endereço: ST HOTELEIRO NORTE QUADRA, 01	Telefone: (61) 3361-1523	Email: fast.car.diretoria@gmail.com	



Relatório de Cotação: cotação rápida 344

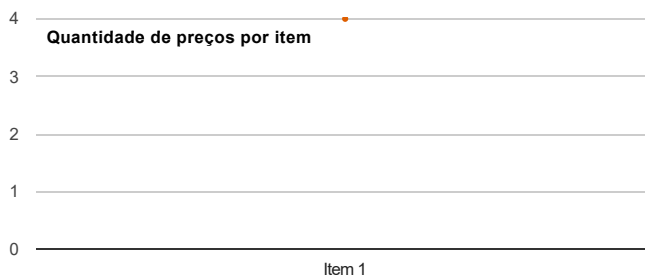
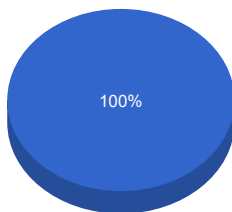
Pesquisa realizada entre 03/02/2020 14:11:26 e 03/02/2020 14:11:04

Relatório gerado no dia 03/02/2020 14:16:24 (IP: 187.4.152.91)

ITEM	PREÇOS	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
1) locação de veículos - leves / pesados	4	1 Unidade	110,00	R\$ 110,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Departamento de Educação e Cultura do Exército Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento Academia militar das Agulhas Negras	NºPregão:622019 UASG:160249	25/09/2019	R\$ 110,00
Valor Unitário				R\$ 110,00
Média dos Preços Obtidos: R\$ 110,00				
Valor Global:				R\$ 110,00

Valor do item em relação ao total

● 1) locação de...



Detalhamento dos Itens

Item 1: locação de veículos - leves / pesados

R\$ 110,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	aluguel de veículo tipo automóvel sedan executivo especial (corolla, cruze, fluence, focus, ou similar), sem motorista, diária por quilometragem livre, motorização mínima 1.8, bicomustível, câmbio automático, descaracterizado sem nenhum adesivo e cor neutra, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidro elétrico, trava elétrica, 4 portas, no mínimo 2 airbags frontais, abs, capacidade interna para 5 pessoas e capacidade mínima do porta-malas para 3 malas grandes e 2 pequenas. com proteção contra colisão, incêndio, roubo, furto e perda total do veículo locado, danos e ou avarias causados ao veículo por colisões e/ou acidentes, bem como contra terceiros, cobertura física e material, e outros encargos necessários à execução dos serviços, além de assistência técnica de 24hs, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência. - só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia flex, nos termos da lei nº 9.660, de 1998. - só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas resoluções conama nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata..	

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA

Comando do Exército

Departamento de Educação e Cultura do Exército

Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento

Academia militar das Agulhas Negras

Data: 25/09/2019 10:00**Modalidade:** Pregão Eletrônico**SRP:** SIM**Identificação:** N°Pregão:622019 / UASG:160249**Lote/Item:** /2**Ata:** [Link Ata](#)**Adjudicação:** 25/09/2019 14:53**Homologação:** 26/09/2019 09:00**Fonte:** www.comprasgovernamentais.gov.br**Quantidade:** 120**Unidade:** DIARIA**UF:** RJ**Objeto:** Contratação de serviços de locação de veículos sem condutor, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência..

Descrição: **Locação de Veículos - Leves / Pesados** - Aluguel de veículo tipo AUTOMÓVEL SEDAN INTERMEDIÁRIO (Novo Ka Sedan, Logan, Voyage, HB20S ou similar), SEM MOTORISTA, diária por quilometragem livre, motorização mínima 1.5, bicomustível, câmbio manual ou automático, descaracterizado sem nenhum adesivo e cor neutra, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidro elétrico, trava elétrica, 4 portas, no mínimo 2 airbags frontais, ABS, capacidade interna para 5 pessoas e capacidade mínima do porta-malas para 2 malas grandes e 1 pequena. Comproteção contra colisão, incêndio, roubo, furto e perda total do veículo locado, danos e ou avarias causados ao veículo por colisões e/ou acidentes, bem como contra terceiros, cobertura física e material, e outros encargos necessários à execução dos serviços, além de assistência técnica de 24hs, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência. - Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia flex, nos termos da Lei n° 9.660, de 1998. - Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n° 08/1993, n° 17/1995, n° 272/2000 e n°242/1998 e legislação superveniente...

CatSer: 4014 - Transporte de pessoal para o trajeto Itu/SP São Paulo/SP Itu/SP com ônibus executivo de capacidade mínima para 46 (quarenta e seis) passageiros e com toalete a bordo.

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

06.071.701/0001-06 AMAV'S TURISMO LTDA - ME

R\$ 110,00

* VENCEDOR *

Marca: Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado

Descrição: Aluguel de veículo tipo AUTOMÓVEL SEDAN INTERMEDIÁRIO (Novo Ka Sedan, Logan, Voyage, HB20S ou similar), SEM MOTORISTA, diária por quilometragem livre, motorização mínima 1.5, bicomustível, câmbio manual ou automático, descaracterizado sem nenhum adesivo e cor neutra, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidro elétrico, trava elétrica, 4 portas, no mínimo 2 airbags frontais, ABS, capacidade interna para 5 pessoas e capacidade mínima do porta-malas para 2 malas grandes e 1 pequena. Comproteção contra colisão, incêndio, roubo, furto e perda total do veículo locado, danos e ou avarias causados ao veículo por colisões e/ou acidentes, bem como contra terceiros, cobertura física e material, e outros encargos necessários à execução dos serviços, além de assistência técnica de 24hs, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência. - Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia flex, nos termos da Lei n° 9.660, de 1998. - Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n° 08/1993, n° 17/1995, n° 272/2000 e n°242/1998 e legislação superveniente...

Estado:

DF

Cidade:

Brasília

Endereço:

SHC/S EQ 102/103 - BLOCO A - LOJAS 20 E, 22

Telefone:

(61) 3223-3046

Email:

rafael@amavsturismo.com

16.670.085/0001-55 LOCALIZA RENT A CAR SA

R\$ 111,00

Marca: Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado

Descrição: Locação de veículo tipo AUTOMÓVEL SEDAN INTERMEDIÁRIO (Novo Ka Sedan, Logan, Voyage, HB20S ou similar), SEM MOTORISTA, diária por quilometragem livre, motorização mínima 1.5, bicomustível, câmbio manual ou automático, descaracterizado sem nenhum adesivo e cor neutra, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidro elétrico, trava elétrica, 4 portas, no mínimo 2 airbags frontais, ABS, capacidade interna para 5 pessoas e capacidade mínima do porta-malas para 2 malas grandes e 1 pequena. Com seguro contra colisão, incêndio, roubo, furto e perda total do veículo locado, danos e ou avarias causados ao veículo por colisões e/ou acidentes, bem como contra terceiros, cobertura física e material, e outros encargos necessários à execução dos serviços, além de assistência técnica de 24hs, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência.

Estado:

MG

Cidade:

Belo Horizonte

Endereço:

AV BERNARDO DE VASCONCELOS, 377

Telefone:

(31) 3247-7866

Email:

michael.souza@localiza.com

10.716.021/0001-61 MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

R\$ 127,00

Marca: Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado

Descrição: Aluguel de veículo tipo AUTOMÓVEL SEDAN INTERMEDIÁRIO (Novo Ka Sedan, Logan, Voyage, HB20S ou similar), SEM MOTORISTA, diária por quilo metragem livre, motorização mínima 1.5, bicom bustível, câmbio manual ou automático, descaracterizado sem nenhum adesivo e cor neutra, com ar-condiciona do, direção hidráulica ou elétrica, vidro elétrico, trava elétrica, 4 portas, no mínimo 2 airbags frontais, ABS, capacidade interna para 5 pessoas e capacidade mínim a do porta-malas para 2 malas grandes e 1 pequena. Comproteção contra colisão, incêndio, roubo, furto e perda total do veículo locado, danos e ou avarias caus ados ao veículo por colisões e/ou acidentes, bem como contra terceiros, cobertura física e material, e outros encargos necessários à execução dos serviços, alé m de assistência técnica de 24hs, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência. - Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combu stível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia flex , nos termos da Lei n° 9.660, de 1998. - Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda ao s limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n° 08/1993, n° 17/1995, n° 272/2000 e n°242/1998 e legislação superven iente...

Estado:

PB

Cidade:

João Pessoa

Endereço:

AV JULIA FREIRE, 1351

Nome de Contato:

Solange Rosendo Gomes

Telefone:

(83) 3224-3495

03.085.134/0001-40 NORTESUL TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI

R\$ 225,58

Marca: Marca não informada**Fabricante:** Fabricante não informado

Descrição: Aluguel de veículo tipo AUTOMÓVEL SEDAN INTERMEDIÁRIO (Novo Ka Sedan, Logan, Voyage, HB20S ou similar), SEM MOTORISTA, diária por quilo metragem livre, motorização mínima 1.5, bicom bustível, câmbio manual ou automático, descaracterizado sem nenhum adesivo e cor neutra, com ar-condiciona do, direção hidráulica ou elétrica, vidro elétrico, trava elétrica, 4 portas, no mínimo 2 airbags frontais, ABS, capacidade interna para 5 pessoas e capacidade mínim a do porta-malas para 2 malas grandes e 1 pequena. Comproteção contra colisão, incêndio, roubo, furto e perda total do veículo locado, danos e ou avarias caus ados ao veículo por colisões e/ou acidentes, bem como contra terceiros, cobertura física e material, e outros encargos necessários à execução dos serviços, alé m de assistência técnica de 24hs, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência. - Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combu stível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia flex , nos termos da Lei n° 9.660, de 1998. - Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda ao s limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n° 08/1993, n° 17/1995, n° 272/2000 e n°242/1998 e legislação superven iente...

Endereço:

,



Fortaleza, 5 de Fevereiro de 2020.

À

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Para informar disponibilidade orçamentária.

Após, à SAD para manifestação acerca da contratação.

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 016613/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 05/02/2020 14:09:17</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Processo	23631/19
Objeto: Contratação empresa para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, objetivando dar suporte atividades ref. às eleições.	
Valor da Despesa	R\$ 226.756,96
Disponibilidade Orçamentária	R\$ 226.756,96
Saldo já utilizado para Dispensa (Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93)	X
SUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA	
Sim	X
Não	

ALOCAÇÃO DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO – PTRES	
084573 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa – P.O. 1	
084574 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa – P.O. 2	
084796 – Implantação do Sistema de Automação de Identificação Biométrica	
167864 – Pleitos Eleitorais	X
084801	
GRUPO DA DESPESA	
3 – Outras Despesas Correntes	X
4 – Investimento	
FONTE ORÇAMENTÁRIA	
0100 - Recursos Ordinários	X
0127 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário	
Outra:	

OBSERVAÇÕES


*339033-03/ FUN LOCVEI1



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 017695/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE JESUS MIRANDA DE OLIVEIRA <i>Assinado eletronicamente em 06/02/2020 15:45:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 06/02/2020 17:24:15</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

06/02/20 15:37

USUARIO : MARIA DE JESUS

DATA EMISSAO : 06Fev20

NUMERO : 2020PE000015

DATA LIMITE : 31Dez20

UG EMITENTE : 070007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

ESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

FAVORECIDO :

TAXA CAMBIAL :

OBSERVACAO / FINALIDADE

LOCAÇÃO DE VEÍCULO SEM MOTORISTA PARA DAR SUPORTE TRABALHOS DAS ELEIÇÕES.

SUBITEM: 33. PAD. 23.631/2019.

EVENTO	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	V A L O R
401081	1	167864	0100000000	339033		FUN LOCVEI1	226.756,96

LANCADO POR : 38168049349 - MARIA DE JESUS

UG : 070007 06Fev20 15:35


PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 017699/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 06/02/2020 17:24:06</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 6 de Fevereiro de 2020.



À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para os demais fins quanto à contratação.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 017899/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 06/02/2020 17:24:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PAD n.º 23631/2019

DESPACHO



À COLIC/SELIC, para elaborar minuta de Edital visando à contratação solicitada, conforme especificado no Termo de Referência (doc. nº 205488/2020), adotando-se a modalidade de pregão eletrônico e o preço de referência o constante no doc. nº 16584/2020.

Após, encaminhe-se à DIGER para análise jurídica do Edital (art. 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93) e ainda, caso oportuno e conveniente, autorização para a abertura do certame licitatório.

Fortaleza, 6 de fevereiro de 2020.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
Secretário de Administração



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 017916/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 06/02/2020 18:29:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 6 de Fevereiro de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Autorizada a elaboração do edital.

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 018073/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 06/02/2020 18:58:58</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020
Processo TRE/CE n.º 23631/2019**

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, através de seus Pregoeiros, instituídos pela Portaria n.º 3 de 03 de janeiro de 2020, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor valor total estimado por item, para locação de veículos sem motorista**, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 10.024/2019, Decreto 8.538/2015, Decreto 7.892/2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, demais normas pertinentes e ainda mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexo.

A Sessão Pública, por meio de Sistema Eletrônico, para a Abertura das Propostas, dar-se-á no dia de 5 de março de 2020, às 14:00h (catorze horas), ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data no edifício-sede do TRE-CE, localizado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, nesta Capital, CEP 60.050-080, ou em caso de problemas técnicos de acesso à Internet ou ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo II – Minuta do Contrato.

Anexo III – Termo de Referência.

Anexo IV – Preços de Referência.

Capítulo I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, observadas as quantidades de diárias e especificações abaixo e as do Anexo III – Termo de Referência.

1.2. Os veículos serão dispostos em 2 (dois) itens, a saber:

1.2.1 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.2.2 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, **transmissão automática**, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.3. QUANTIDADES ESTIMADAS:

1.3.1. Quantidades estimadas para o item 1:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
VISTORIAS TÉCNICAS SAD	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1	50

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
SUORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE)	VIGÊNCIA CONTRATUAL	6	300

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	14	100
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	14	153
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	28	476
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 1	1.089 DIÁRIAS
-----------------------	---------------

1.3.2. Quantidades estimadas para o item 2:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	4	28
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	4	44
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	8	136
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 2	218 DIÁRIAS
-----------------------	-------------

1.4. Será permitida a sublocação de até 50% (cinquenta por cento) da demanda de veículos prevista no Termo de Referência.

1.5. A especificação da contratação está detalhada no item 3 do Anexo III – Termo de Referência.

1.6. As quantidades de diárias indicadas acima meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

1.7. A execução das diárias relativas ao evento NAT - VIAGEM 4 está condicionada à ocorrência do segundo turno das eleições 2020.

1.8. Na hipótese de haver diferença na descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e nas especificações constantes no ANEXO III deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

Capítulo II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.3.4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do SISTEMA, nos termos do subitem 4.2.4. deste Edital, facultado ao TRIBUNAL se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da Lei.

2.5. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia atuará como provedor do SISTEMA, não se responsabilizando o TRIBUNAL por eventual desconexão sua ou dos licitantes ao SISTEMA, assim como por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.6. O LICITANTE responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SISTEMA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico. O TRE-CE também não se responsabilizará por eventual desconexão.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Capítulo III - DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Capítulo IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ofertado por item, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. No momento do envio da proposta, as licitantes deverão manifestar, no sistema eletrônico, por meio de declaração:

4.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.2.2. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.2.2.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.2.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.2.4. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.2.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.7. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.2.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.7. Após o encerramento da etapa de lances, a proposta de preços da(s) empresa(s) vencedora(s), datada e ajustada com os lances ofertados, de pleno acordo com todos os requisitos do item 4.8, deverá ser enviada exclusivamente como anexo através da função “Enviar anexo/planilha atualizada”, disponibilizada pela pregoeira na fase de aceitação, impreterivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser recusada pela pregoeira.

4.7.1. Os anexos deverão ser enviados em arquivo específico tipo “doc”, “odt”, “xls” ou “ods”, compatíveis com os aplicativos Microsoft Excel 97 e BrOffice 3.3.0, ou ainda, em formato não editável do tipo “.pdf”.

4.7.2. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.7.

4.8. O documento a ser anexado deverá vir sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá atender aos seguintes requisitos:

a) proposta definitiva de preços, com detalhamento do objeto, **cotação do valor unitário e total das diárias, por item**, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, expressos em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional;

b) validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;

c) declaração expressa de que todos os tributos, fretes, custos e demais despesas correm por conta da proponente e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos;

d) Indicação do nome da empresa (razão social), n.º do CNPJ/MF, endereço completo e nome do representante legal;

e) indicação do telefone/fax para contato, email comercial, bem como dados bancários da pessoa jurídica (conta corrente, agência e banco).

4.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.11. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e declarações assinaladas no sistema, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.12. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará procederá a abertura de processo administrativo, visando à apuração de responsabilidade das empresas que descumprirem as regras editalícias durante a

sessão pública. Considerar-se-á descumprimento ao prazo disposto no item 4.7, o envio de proposta que não atenda aos requisitos do item 4.8 e ainda, a inabilitação da licitante, tornando sem efeito as declarações exigidas no item 4.2, o que ensejam a aplicação da sanção especificada no item 11.1, conforme disciplina o artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019.

4.13. A(s) licitante(s) deverá(ão) utilizar o Anexo I deste Edital para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.

4.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tarifas e despesas incidentes, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o serviço a ser executado.

4.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Capítulo V - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A Pregoeira, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo avençado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

5.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Capítulo VI - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **menor valor total estimado por item**.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação aos que cobrirem a melhor oferta.

6.4. No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.11. Caso ocorra a desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando a pregoeira, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no link de avisos do compasnet, com envio do aviso ao endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.12. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.14. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.15. A Pregoeira convocará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e a decisão acerca da aceitação da proposta, solicitando a inclusão da proposta ajustada, exclusivamente na forma eletrônica, através da função “convocar anexo”, disponibilizada na ferramenta para a pregoeira.

6.16. Não serão aceitas propostas com os preços excessivos ou inexequíveis, considerando-se inexequíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, o que ocorrerá após a solicitação da pregoeira.

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.17.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.2. No caso de negociação proposta pela pregoeira no chat, aguardar-se-á o prazo de 15(quinze) minutos para que a licitante manifeste sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

6.17.3. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Capítulo VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor valor total estimado por item**, atendidas as especificações contidas neste Edital e seus anexos.

7.2. A pregoeira efetuará o julgamento da proposta, após o encerramento da etapa de lances e envio do anexo de proposta, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, a pregoeira divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o **menor valor total estimado por item**.

7.4. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem preços excessivos, inexequíveis ou irregularidades e defeitos que dificultem o julgamento.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 1 (uma) hora ou, dependendo da comprovação a ser solicitada, abrir o prazo de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas para análise dos preços pelo setor solicitante do bem ou serviço, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Sendo aceitável a proposta da licitante detentora da melhor oferta, deverá ser comprovada sua condição de habilitação, na forma do que determina o Capítulo VIII deste Edital.

7.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital e seus Anexos.

7.11. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.1. A negociação será proposta pela pregoeira no chat do Pregão Eletrônico e a licitante deverá se manifestar no prazo máximo de 15 (quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

7.12. Em caso de divergência entre as informações contidas no sistema eletrônico e na proposta específica, prevalecerão aquelas da proposta.

7.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem que não esteja prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

7.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo(a) Pregoeiro(a).

7.15. Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 5º, Lei nº 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

7.16. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.17. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

7.18. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto nº 5.450/2005 e na legislação pertinente.

Capítulo VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, habilitação parcial e qualificação econômico-financeira será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, sendo o resultado informado aos interessados na própria sessão e deverá ser constatado o seguinte:

8.1.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

8.1.2. Prova de regularidade com a Seguridade Social;

8.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

8.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.2. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.2.1. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

- 8.2.2. consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- 8.2.3. consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;
- 8.2.4. consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;
- 8.2.5. consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.3. Serão inabilitadas as licitantes que não comprovem a regularidade exigida no item 8.1 e que constem nos cadastros listados no item 8.2, que não apresentem atividade pertinente e compatível com o objeto e que possuam dentre os sócios, servidores e/ou dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

8.3.1. Com relação aos cadastros do item 8.2, somente serão inabilitadas as empresas que sofreram a aplicação da sanção fundamentada no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 87, IV da Lei 8.666/93, as quais impedem a licitante de contratar com toda a Administração Pública, ou, ainda aquelas apenadas pela Administração do órgão licitante, sob o fundamento do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, sendo neste caso o impedimento limitado ao âmbito do órgão aplicador da sanção.

8.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, ou ainda as declarações constantes nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.5 não estejam completas e corretas ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, será exigido o envio da documentação ou declarações, como anexo no sistema ou através do e-mail selic@tre-ce.jus.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação da Pregoeira.

8.5. Será exigido, ainda, para fins de habilitação os seguintes documentos, observadas as orientações do item 8.7, sob pena de inabilitação:

a) Declaração de que o mesmo cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;

b) Declaração de que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na presente licitação, exigida somente para as licitantes que optarem pela verificação da sua regularidade fiscal pelo SICAF, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;

c) Declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas.

8.6. Não há necessidade de que as microempresas e empresas de pequeno porte apresentem documentação referente à regularidade fiscal válida, em conformidade com o art. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Havendo alguma restrição, proceder-se-á na forma do subitem 8.6.1. Os demais documentos exigidos nos itens 8.2 e 8.5 deverão ser apresentados sem restrições.

8.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-CE, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.7. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada.

8.8. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

8.9. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e em seus anexos.

8.11. Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

8.12. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação do certame e decisão quanto à contratação. Na hipótese de existência de recursos, o processo virtual será encaminhado à Autoridade Superior competente deste TRE para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.13. O licitante deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação estipuladas nos itens 8.1, 8.2 e 8.5 do edital.

Capítulo IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.1.1. O sistema encaminhará automaticamente e-mail para as demais licitantes quando do registro das razões do recurso.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do seu direito de recurso e a adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

9.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

9.7. As decisões da Pregoeira e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema.

9.8. Julgados os recursos, a autoridade titular do órgão promotor do certame fará a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto no item 9.1 deste edital.

Capítulo X – DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

10.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993.

10.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital, independentemente de transcrição.

10.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias, sem justificativa, por escrito, aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente. Nesse caso, sujeita-se, a licitante vencedora, às penalidades aludidas no Capítulo XI deste Edital.

10.4. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no item 10.3 deste Capítulo.

10.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993.

10.6. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência de 12(doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.7 O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Capítulo XI – DAS PENALIDADES

11.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato – Anexo II deste edital.

Capítulo XII – DA RESCISÃO

Vide Cláusula Décima Segunda do Anexo II deste Edital

Capítulo XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Vide Cláusula Décima do Anexo II deste Edital

Capítulo XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

Vide Cláusula Quinta do Anexo II deste Edital

Capítulo XV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO TRE/CE

Vide Cláusula Sexta do Anexo II deste Edital

Capítulo XVI - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA LICITANTE VENCEDORA

Vide Cláusula Sétima do Anexo II deste Edital

Capítulo XVII – DO PAGAMENTO

Vide Cláusula Quarta do Anexo II deste Edital

Capítulo XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

18.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital, de outros assuntos relacionados a presente licitação, dúvida de interpretação ou omissão, deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a abertura da sessão eletrônica, sob pena de aceitação de todas as condições editalícias.

18.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, interposta por meio eletrônico, através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada à Pregoeira Oficial do TRE/CE.

18.3. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Tribunal, através da Pregoeira Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente por meio eletrônico.

18.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

18.5. A impugnação deverá ser interposta por meio eletrônico, por e-mail ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada à Pregoeira Oficial do TRE/CE.

18.6. Se acolhida petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.

18.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: acesso livre/pregões/agendados – Código UASG 070007 ou no link “visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos”.

Capítulo XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Edital.

19.2. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pela autoridade superior competente.

19.3. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), será o resultado da licitação submetido à Autoridade Superior, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

19.4. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

19.6. No caso de a empresa ser optante pelo “SIMPLES”, deverá apresentar com a nota fiscal e/ou documento equivalente, cópia autenticada do Termo de Opção ou de Isenção naquilo que estiver dispensado legalmente, sob pena de retenção na fonte, por parte deste Tribunal, do imposto de renda pessoa jurídica, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social e da contribuição para o PIS/PASEP, sobre os valores pagos a quaisquer pessoas jurídicas, consoante determina a Lei n.º 9.430/96, a Instrução Normativa Conjunta n.º 539/05 do SRF/STN/SFC e a Lei Complementar n.º 116 de 31/07/2003, art. 6º, §2º, II, c/c Decreto nº 11.591/2004 da Prefeitura de Fortaleza (Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN).

19.7. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e § 2º, inciso II, art. 65 da Lei n.º 9.648/98, os quais a licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas.

19.8. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, em especial na hipótese contida no art. 10, parágrafo único, I, do Decreto nº 8.538/2015.

19.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.10. Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.11. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

19.12. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

19.13. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas, na Rua Jaime Benévolo, nº 21, Térreo, Centro, Fortaleza – Ceará, pelo telefone: (85) 3453-3736 ou, ainda, pelo e-mail: selic@tre-ce.jus.br.

Fortaleza/CE, 10 de fevereiro de 2020

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Pregoeira

Hugo Pereira Filho
Diretor Geral

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020 - TRE/CE
ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Fone: _____ E-mail comercial: _____
Validade da proposta: _____ Prazo de entrega: _____
Conta Corrente n.º: _____ Banco: _____ N.º da Agência: _____

Proposta de preços para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as quantidades de diárias e especificações constantes no Termo de Referência e Edital do Pregão Eletrônico 12/2020 e seus anexos, conforme discriminado a seguir:

ITEM	Descrição	Un.	Qtde. Estimada de Diárias	Valor Unitário da Diária	Valor Total Estimado
1	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	1089	R\$..... .(.....)	R\$..... ..(.....)
2	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática , movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	218	R\$..... .(.....)	R\$..... ..(.....)

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 12/2020.

_____/_____, de _____ de 2020.

Nome do Representante Legal
RG. e CPF:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020 - TRE/CE
ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º /2020

Contrato de _____ que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por _____, RG n.º _____, CPF n.º _____, no uso da competência atribuída pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, estabelecida na _____, n.º _____, Bairro _____, telefone: _____, em _____/_____, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor _____, portador do RG n.º _____ - _____ e CPF n.º _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE _____, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 O presente contrato fundamenta-se:

- a) No Pregão Eletrônico ____/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º Decreto n.º 10.024/2019;
- b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
- constem no processo administrativo n.º _____;
 - não contrariem o interesse público;
- a) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
- b) Nos preceitos do Direito Público;
- c) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as especificações do Edital do P.E. Nº 12/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1. Pela contratação do serviço, objeto deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$._____ (.....), conforme discriminado na proposta de preços.

3.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídos todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

3.3. O valor estipulado no item 3.1 é irredutível.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Após verificado que os serviços se encontram de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

4.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

4.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012

4.4. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

4.5. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

4.6. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 4.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

4.7. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Receita Estadual e Municipal, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal.

4.8. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 4.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada fica obrigada a:

a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.

c) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;

e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93;

f) não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;

g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. O contratante compromete-se a:

a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;

b) promover, através de seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

c) notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;

d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;

- e) comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

7.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

7.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

7.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Vide item 10 do Termo de Referência anexo

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato.

9.2. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

10.2. Foi emitida em/...../....., a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número 2020NE000....., no valor de R\$ (.....) visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas no Termo de Referência;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas no Termo de Referência;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos no Termo de Referência, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

11.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4 As sanções estabelecidas nos itens 11.2.a, 11.2.d, 11.2.e e 11.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquela prevista no item 11.2.b, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

11.5 As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

11.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

11.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será desconto automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira (Das Penalidades).

12.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do contrato;

c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;

d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;

e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;

f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;

g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;

h) for utilizado este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.

12.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

12.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

- a) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;
- b) extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;
- c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

14.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar, às cláusulas deste Contrato e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/2020;
- b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante no documento n.º ____ do Processo n.º ____/2019;
- c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de de 2020.

CONTRATANTE

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020 - TRE/CE
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

1.2 Os veículos serão dispostos em 2 (dois) itens, a saber:

1.2.1 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.2.2 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.3 Será permitida a sublocação de até 50% (cinquenta por cento) da demanda de veículos prevista neste Termo de Referência.

1.4 CATSER: 4014

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Este TRE/CE não dispõe, em seu patrimônio, da quantidade suficiente de veículos para prestar o devido suporte às atividades relacionadas às eleições. Nesse caso, caracterizado pelo deslocamento simultâneo de vários servidores aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, a fim de prestar o auxílio necessário ao desenvolvimento dos procedimentos eleitorais.

2.2 A presente aquisição compõe o Planejamento Integrado das Eleições 2020.

3. QUANTIDADES ESTIMADAS

3.1 Quantidades estimadas para o item 1:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
VISTORIAS TÉCNICAS SAD	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1	50

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
-----------	---------	------------------------	-----------------------

SUPORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE)	VIGÊNCIA CONTRATUAL	6	300
---	--------------------------------	----------	------------

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	14	100
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	14	153
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	28	476
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 1	1.089 DIÁRIAS
------------------------------	----------------------

3.2 Quantidades estimadas para o item 2:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	4	28
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	4	44
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	8	136
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 2	218 DIÁRIAS
------------------------------	--------------------

3.3 As quantidades de diárias indicadas acima meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

3.4 A execução das diárias relativas ao evento NAT - VIAGEM 4 está condicionada à ocorrência do segundo turno das eleições 2020.

4. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA os veículos, informando a quantidade, as datas de entrega e devolução (esta poderá ser antecipada ou estendida) e a relação dos servidores designados pela Administração para conduzi-los.

4.1.1 As requisições de veículos serão atendidas respeitando-se os seguintes prazos:

Prazo para Entrega	Quantidade de Veículos
12 (doze) horas	de 1 a 5
24 (doze) horas	de 6 a 10
48 (quarenta e oito) horas	de 11 a 20
72 (setenta e duas) horas	de 21 a 50

4.1.2 O prazo terá início na hora da solicitação.

4.1.3 Quando a quantidade de veículos solicitada pelo TRE-CE for superior à disponibilidade da CONTRATADA, esta disponibilizará veículos similares ou superiores aos descritos para atender à demanda, sem alteração do valor da diária. Caberá ao gestor do contrato a análise da situação.

4.2 A CONTRATADA enviará, a cada solicitação, ao gestor do contrato, a relação dos veículos que serão disponibilizados contendo: marca, modelo, ano, motorização, cor, combustível, capacidade do tanque e placas.

4.3 A manutenção dos veículos será responsabilidade da CONTRATADA, independente do local onde se encontre o veículo.

4.3.1 As ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, que informará o procedimento a ser adotado (indicação de oficina ou substituição do veículo).

4.3.2 Quando não for possível o deslocamento do veículo, as despesas com guincho, independente do procedimento adotado, correrão por conta da CONTRATADA.

4.3.3 A CONTRATADA providenciará a imediata substituição do veículo, por defeito de qualquer ordem, por outro similar, na hipótese de a manutenção corretiva perdurar por mais de 6 (seis) horas, segundo avaliação dos responsáveis indicados pela locadora para o conserto ou reparo, conforme tabela de horários:

Localização do Veículo	Prazo para Substituição
Até 200 km de Fortaleza	6 (seis) horas
De 201 a 350 km de Fortaleza	9 (nove) horas
Acima de 350 km de Fortaleza	12 (doze) horas

4.3.3.1 Os prazos em horas iniciarão a partir da solicitação de substituição pelo gestor do contrato.

4.3.3.2 Quando o prazo encerrar-se após as 18 horas, este ficará automaticamente estendido até as 8 (oito) horas do dia subsequente, ainda que recaia em sábado, domingo ou feriado.

4.4 Os veículos deverão possuir SEGURO TOTAL, com os seguintes valores mínimos de cobertura:

Responsabilidade civil facultativa – Danos materiais	R\$ 30.000,00
Responsabilidade civil facultativa – Danos corporais	R\$ 30.000,00

4.4.1 Em caso de danos, as franquias máximas a serem pagas pelo TRE-CE serão:

Sinistros (colisão, incêndio etc)	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Vidros dianteiro e traseiro	R\$ 100,00 (cem reais)
Vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores	R\$ 60,00 (sessenta reais)

4.5 A CONTRATADA deverá entregar os veículos limpos, com a documentação devidamente regularizada e com tanque cheio aos servidores designados pelo TRE-CE.

4.5.1 A CONTRATADA verificará, previamente, se os veículos disponibilizados estão em perfeitas condições de uso e providenciará, quando necessários, os reparos devidos.

4.5.2 Os veículos serão devolvidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE com o tanque cheio.

4.5.3 A CONTRATADA deverá estar disponível para entregar e/ou receber veículos nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados.

4.5.3.1 Quando for necessário atendimento nos domingos e feriados, será acertado horário específico para os atendimentos das solicitações da CONTRATANTE.

4.6 No ato da entrega do veículo ao servidor designado pelo TRE-CE, a CONTRATADA emitirá termo de vistoria.

4.6.1 No termo de vistoria conterà o *check-list* do veículo, a quilometragem inicial e final, a data da entrega e da devolução e a assinatura do condutor.

4.6.2 O termo será emitido em 2 (duas) vias, 1 (uma) para CONTRATADA e 1 (uma) para o condutor.

4.6.3 Serão adotados os mesmos critérios de verificação nas vistorias de entrega e de devolução dos veículos.

4.7 Haverá tolerância de até 2 (duas) horas na devolução do veículo. Ultrapassando este período poderá ser cobrado no máximo 1/10 da diária a cada hora ou fração excedente, até o limite de 1 (uma) diária.

4.8 Os veículos serão locados com quilometragem livre.

4.9 Havendo infrações de trânsito, a CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE a respectiva Notificação de Autuação no prazo máximo de (02) dois dias úteis após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.10 Os pedidos de pagamento em razão de avarias que, porventura, decorram da utilização dos veículos pela CONTRATANTE deverão ser acompanhados, no mínimo, por 3 (três) orçamentos, contendo a descrição detalhada dos serviços e peças com os respectivos valores.

4.10.1 O valor a ser pago será o do menor orçamento.

4.10.2 Para fins de ressarcimento dos danos, a CONTRATADA apresentará nota fiscal dos serviços executados e/ou peças adquiridas, ressaltando a necessidade de identificação da placa do veículo.

5. JULGAMENTO

5.1 Será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor valor da diária para cada item (1.2.1 e 1.2.2 supra).

5.2 No valor da diária deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 A CONTRATANTE deverá:

- I. acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação do serviço, pelo servidor Gestor do Contrato ou outro designado pela autoridade competente;
- II. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Gestor do Contrato;
- III. documentar as ocorrências havidas;
- IV. aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;
- V. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;
- VI. efetuar os pagamentos devidos.

6.2 A CONTRATADA deverá:

- I. manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas Termo de Referência, sob pena de multa e rescisão contratual;
- II. prestar os serviços objetos da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;
- III. indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a CONTRATADA, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- IV. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados;
- V. apresentar Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, detalhando o valor total dos serviços prestados no período;

7. PAGAMENTO

7.1 Após verificado que os veículos se encontram de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

7.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

7.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

8. PENALIDADES

8.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

8.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos neste Termo de Referência, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2(dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

8.4 As sanções estabelecidas nos itens 8.2.a, 8.2.d, 8.2.e e 8.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquela previstas no item 8.2.b, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

8.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

8.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9. VIGÊNCIA E PREÇO

9.1O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

9.2 O preço contratado será fixo e irrevogável. Define-se como preço o valor unitário da diária.

10. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

10.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

10.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

10.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência.

10.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

Fortaleza, 23 de dezembro 2019

JOÃO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS
Chefe da Seção de Transporte

Benedito Sérgio Monte Silva Coelho

Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020 - TRE/CE
ANEXO IV – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	Descrição	Un.	Qtde. Estimada de Diárias	Valor Unitário da Diária	Valor Total Estimado
1	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	1089	R\$ 168,50	R\$ 183.496,50
2	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática , movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	218	R\$ 198,44	R\$ 43.260,46



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019392/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 10/02/2020 16:20:32</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



À COLIC

Para ciência e encaminhamento à Diretoria Geral, para análise do edital do Pregão Eletrônico nº 12/2020, e autorização de abertura do certame, se oportuno e conveniente, conforme prevê o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e o art. 10º da Portaria nº1240/2009 – TRE/CE.

Reiteramos que o novo edital foi elaborado com base no Decreto 10.024/2019, adotando o modo de disputa aberto, como a prática adotada nesta seção.

SELIC, 10 de fevereiro de 2020.

Maria de Fátima de Souza Ribeiro



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019398/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 10/02/2020 16:22:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 10 de Fevereiro de 2020.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para análise do edital.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019408/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 10/02/2020 16:30:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de exame da regularidade da minuta do edital [doc. Nº 19.392/2020], para efeito de autorização de abertura do certame licitatório, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista.

A seguir, segue a análise jurídica dos atos que compõem a referida minuta, constando os requisitos contidos na lista de verificação da AGU, conforme determinado na Portaria DGER nº 295/2018, e com esteio nas Leis nº 8.666/1993, com as devidas alterações, nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 5.450/2005, e no Manual de Licitações e Contratos do TCU, 4ª edição, Brasília 2010.

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico?	SIM	PAD nº 23.631/2019
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?	SIM	DOC. PAD nº 199.595/2019 [DOD]
3. Encontra-se prevista a exigência de amostra ou prova de conceito para algum item?	NÃO SE APLICA	
3.1 A exigência está clara, precisa e acompanhada de metodologia de análise?	NÃO SE APLICA	
3.2 A exigência está prevista na fase de aceitação, após a etapa de lances, e apenas para o vencedor?	NÃO SE APLICA	
4. A autoridade competente da unidade demandante justificou a necessidade da contratação e aprovou o Termo de Referência?	SIM	DOCs. PAD nº 203.956/2019 e nº 204.003/2019
4.1 No caso de contratação por registro de preços, a autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013?	NÃO SE APLICA	
5. A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara?	SIM	DOC. PAD nº 203.956/2019 Item 1
6. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório?	NÃO	Será o próximo passo
7. A autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?		Verificação na análise do edital



7.1 A equipe de apoio é formada, na sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público, preferencialmente, na entidade promotora da licitação?	SIM	
8. No caso de licitação para registro de preços a Administração realizou o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?	NÃO SE APLICA	
8.1 No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador?	NÃO SE APLICA	
8.2 No caso de existirem órgãos ou entidades participantes, a Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização?	NÃO SE APLICA	
8.3 A Administração confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, preços estimados e termo de referência?	NÃO SE APLICA	
9. Foi realizada ampla pesquisa de preços do objeto da licitação baseada em critérios aceitáveis na forma prevista na IN SLTI/MP n.º 5, de 27 de junho de 2014?	SIM	DOC. PAD n.º 16.584/2020
9.1 Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação?	NÃO SE APLICA	
9.2 Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade nas licitações de bens e serviços, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I (Portal de Compras Governamentais) e III (contratações similares de outros entes públicos) do art. 2º da IN SLTI/MP n.º 5, de 2014?	SIM	DOC. PAD n.º 16.584/2020
10. O procedimento licitatório possui a indicação do recurso próprio para a despesa, caso não seja SRP?	SIM	DOC. PAD n.º 17.695/2020
11. Há minuta de edital e anexos?	SIM	DOC. PAD n.º 19.392/2020
11.1 termo de referência;	SIM	DOC. PAD n.º 19.392/2020 ANEXO III
11.2 contrato ou documento assemelhado;	SIM	DOC. PAD n.º 19.392/2020 ANEXO II
11.3 ata de registro de preços, se for o caso.	NÃO SE	



	APLICA	
11.4 planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso (serviço).	NÃO SE APLICA	
12. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?	NÃO SE APLICA	
13. O edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado (total ou por item), incluindo, caso necessário, a apresentação da planilha de custos?	SIM	DOC. PAD n.º 19.392/2020 CAPÍTULO IV
14. O Edital estabelece prazo razoável de validade das propostas comerciais compatível com a duração do certame e dentro dos prazos previsto na legislação vigente?	SIM	DOC. PAD n.º 19.392/2020 CAPÍTULO IV
15. O edital fixa o prazo de envio de documentos complementares à habilitação de acordo com a IN n.º 1, de 26 de março de 2014 (mínimo 120 minutos), pela ferramenta de convocação de anexo?	SIM	DOC. PAD n.º 19.392/2020 CAPÍTULO VII
16. Foram consultados os decretos que dispõem sobre margem de preferência?	NÃO SE APLICA	
17. Foi prevista a aplicação dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e seu regulamento, o Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015?	SIM	DOC. PAD n.º 19.392/2020 O edital está de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, que prevê tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI (doc. PAD n.º 19.392/2020, Capítulo II, Subitem 2.2).
18. Os autos foram instruídos com parecer jurídico?	SIM	DOC. PAD n.º 204.562/2019 Análise do Termo de Referência pela ASDIR
18.1 Houve alteração sugerida pela assessoria jurídica, bem como o retorno dos autos para parecer conclusivo, caso aquela tenha requerido?	SIM	DOC. PAD n.º 205.488/2019
18.2 Houve algum ponto em que não foi aceita a recomendação da assessoria jurídica com a devida justificativa para tanto?	NÃO	

ANÁLISE DO EDITAL	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III,	SIM	Doc. n.º 19.392/2020



da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)? O TCU firmou entendimento no sentido de que, em licitação na modalidade pregão, “o orçamento estimado em planilhas e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital”, devendo estar necessariamente inserido no processo relativo ao certame, conforme exigido pela Lei 10.520/02 (art. 3º, III, c/c o art. 4º, III) e pelo Decreto 5.450/05 (art. 30, III), acessível a quem o solicitar, ficando a critério do gestor a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir “dita peça” no edital como anexo - Acórdão 1888/2010 - Plenário)		
2. Constam no Preâmbulo do edital o número de ordem em série anual, nome da repartição e o setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo de licitação, menção de ser regida pela Lei 8666/93, local, dia e hora para a sessão pública de abertura de propostas?	SIM	Doc. nº 19.392/2020
3. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc. nº 19.392/2020 Portaria nº. 3/2020
4. No edital Constam as condições para participação?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Capítulo II
5. No edital Constam as regras sobre o credenciamento para o Pregão?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Capítulo III
6. No edital estão presentes a forma de apresentação e critério de julgamento da proposta?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Capítulos IV a VII
7. No edital constam os critérios de Habilitação?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Capítulo VIII
8. No edital há previsão de instruções para a interposição de recursos administrativos?	SIM	Doc. nº 19.392/2020 Capítulo IX



9. No edital constam as Condições para assinatura do Contrato e sua vigência?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Capítulo X
10. No edital foram previstas penalidades e regras para sua aplicação?	SIM	Doc. Nº 19.392/2020 Cláusula Décima Primeira do Anexo II
11. No edital constam as condições de pagamento adequadas ao objeto a ser contratado?	SIM	Doc. nº 19.392/2020 Cláusula Quarta do Anexo II
12. No edital constam os Critérios de rescisão?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Cláusula Décima Segunda do Anexo II
13. No edital consta a cláusula sobre a Dotação Orçamentária?	SIM	Doc. nº 19.392/2020 Cláusula Décima do Anexo II
14. No edital foram previstas as Obrigações da empresa vencedora do certame?	SIM	Doc. nº 19.392/2020 Cláusula Quinta do Anexo II
15. No edital foram previstos os Deveres e Obrigações do TRE-CE?	SIM	Doc. nº 19.392/2020 Cláusula Sexta do Anexo II
16. No edital foram previstas as condições de recebimento?	SIM	Doc. nº 19.392/2020 Item 4 do Anexo III
17. No edital foram previstas as regras sobre impugnação e esclarecimentos sobre o edital?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Capítulo XVIII
18. No edital constam as minutas dos modelos de proposta e Contrato?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Anexos I e II
19. No edital constam as minutas do Termo de Referência e dos Preços de Referência?	SIM	Doc. nº 19.392/2020, Anexos III e IV

Assim, ante o exposto, examinada a minuta do edital do Pregão Eletrônico n.º 12/2020 [Doc. PAD nº 19.392/2020], nos termos do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria **sugere a aprovação da referida minuta, bem como a autorização para a abertura do certame licitatório.**

É o entendimento que se submete à consideração superior.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

De acordo.

Roberta Martins de Castro
Assessora-Chefe da Asdir
Mat. n.º 77.056

Francisco José Primo Bitu
Técnico Judiciário
Mat. n.º 12.364



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
ASSESSORIA DA DIRETORIA -
GERAL

ANÁLISE DE EDITAL

Processo PAD. n.º 23.631/2019



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 021009/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	FRANCISCO JOSE PRIMO BITU <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2020 16:19:55</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	ROBERTA MARTINS DE CASTRO <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2020 18:53:33</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

PAD N.º 23.631/2019

DESPACHO

R. h.

Realizada a análise das alterações do edital pela ASDIR [doc. 21.009/2020], nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, **aprovo a Minuta do Edital** [doc. 19.392/2020], bem como verifico estar o procedimento em consonância com as disposições da Lei Complementar n.º 101/00, visto que presente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro (art. 16, I e § 2º), encontrando-se a despesa adequada aos limites do orçamento anual deste Tribunal (art.16, II e § 1º, I), além de compatível com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (art.16, II e § 1º, II).

Assim, na qualidade de ordenador(a) de despesas por delegação (Portaria TRE/CE n.º 169/2019), e, ainda, diante da oportunidade e conveniência, **autorizo a abertura do certame licitatório**, na modalidade Pregão Eletrônico, com amparo na Lei n.º 10.520/2002 c/c Decretos n.º 3.555/2000 e nº 10024/2019 e em face dos princípios da eficiência e racionalidade administrativa que devem reger a atuação da Administração Pública.

Caso necessário alterar a data de abertura do certame, para que seja verificado o prazo previsto no art. 4º, V, da Lei n.º 10.520/2002, já está, de pronto, autorizada a sua abertura.

À SELIC, para as providências cabíveis.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL [assinatura no sistema]



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 021279/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2020 19:05:07</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 13 de Fevereiro de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para providências com relação à abertura de certame licitatório.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 021920/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 13/02/2020 14:50:05</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO CEARÁ

PUBLICADO NO DIÁRIO DE
JUSTIÇA ELETRÔNICA Nº 3

DATA: 06.01.2020

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PAD n.º 12/2020

PORTARIA N.º 3/2020

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso XVII, do Regulamento da Secretaria deste Tribunal, e considerando o exposto no PAD n.º 8/2019,

RESOLVE designar os servidores GIOVANNA LUNA ARAÚJO VINHAS, ANDRÉIA VASCONCELOS TOMAZ, MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA RIBEIRO, ALINY GUERRA VALE e MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO NOGUEIRA para atuarem como pregoeiros e equipe de apoio no exercício de 2020.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE

Fortaleza, 3 de janeiro de 2020

Assinatura manuscrita em azul do Diretor-Geral do TRE/CE.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00012/2020-000

1 - Itens da Licitação**1 - Locação de veículos - leves , pesados**

Descrição Detalhada: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 1089

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 183.496,50

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 10,00

Local de Entrega (Quantidade): Fortaleza/CE (1089)

2 - Locação de veículos - leves , pesados

Descrição Detalhada: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 218

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 43.260,46

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 10,00

Local de Entrega (Quantidade): Fortaleza/CE (218)

para emissão e validação dos certificados digitais, providos no âmbito da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) e certificados digitais SSL de servidore Novo Edital: 17/02/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: 1. Avenida do Centro Administrativo da Bahia, N. 150 - Salvador Paralela - SALVADOR - BAEntrega das Propostas: a partir de 17/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/03/2020, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUCIO ROBERTO DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDE - 14/02/2020) 070013-00001-2019NE000054

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020 - UASG 70013

Nº Processo: 15843/2019. Objeto: Contratação de serviço de locação de cerca metálica, toldos e sanitários químicos, incluindo instalação, manutenção, preventiva e corretiva, desmontagem e retirada destes, para utilização no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia no período de fechamento de cadastro eleitoral. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 17/02/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: 1. Avenida do Cab, Nr. 150 - Salvador - Ba, Paralela - Salvador/BA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70013-5-00009-2020. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/03/2020 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital está disponível no Comprasnet, bem como no site do Tribunal, no endereço www.tre-ba.jus.br. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (71) 3373-7318.

MILENA AUSTREGESILIO HEREDA
Pregoeira

(SIASGnet - 14/02/2020) 70013-00001-2019NE000054

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 - UASG 70007

Nº Processo: 23631/2019. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, observadas as quantidades de diárias e especificações do Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 17/02/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Jaime Benevolo, 21, Centro - Fortaleza/CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70007-5-00012-2020. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/03/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

ALINY GUERRA VALE
Equipe de Apoio

(SIASGnet - 14/02/2020) 70007-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
RETIFICAÇÃO

VER - SEI nº 08824.2019-4.
No extrato publicado no DJE Ano 2020 - nº 3078, de 14/01/2020, página 02, onde se lê: "Valor Total Estimado da Contratação: R\$ 7.000,00"; leia-se: "Valor Total Estimado da Contratação: R\$ 37.070,00

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 - UASG 70014

Nº Processo: 4617-29. Objeto: Prestação dos serviços de portaria para o imóvel que abriga os Cartórios Eleitorais de Teófilo Otoni/MG. . Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/02/2020 das 08h00 às 17h00. Endereço: Av. Prudente de Moraes, Nr. 100 - 6.andar, Bairro Cidade Jardim, Cidade Jardim - Belo Horizonte/MG ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70014-5-00010-2020. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/03/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ISABELA VENTURA GUIMARAES DE SOUZA
Analista Judiciário

(SIASGnet - 14/02/2020) 70014-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 65/2019

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 0003513-72.2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Solução de Infraestrutura Computacional Hiperconvergente, com armazenamento distribuído definido por software, incluindo serviços de implantação, migração, transferência tecnológica (hands-on) e garantia da solução por 60 (sessenta) meses

OSMAR NELSON ELLERY FROTA
Diretor-Geral

(SIDE - 14/02/2020) 070004-05606-2020NE999999

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Processo nº 0001553-47.2020.6.14.8000. Contratada: NOVIDADES CABANO COM. DE ART. DE PAPELARIA EIRELI - EPP , CNPJ nº 05.194.705/0001-00. Objeto: Empenho para cobrir despesa com material de consumo, por meio da ARP Nº 5/2020 TRE/PA, PE nº 21/2019. Nota de Empenho: 2020NE000244 de 07/02/2020. Valor global: R\$ 22.388,30. PTRES: 167864; ND 339030. Referência: ARP Nº 5/2020 - TRE-PA. Autorizado em 06/02/2020 por OSMAR NELSON ELLERY FROTA, Diretor-Geral (0962713).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

AVISO DE PENALIDADE

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA através da Portaria nº 17/2020 TRE-PB/PTRE/DG, expedida em 04/02/2020, resolve aplicar à empresa ACROPOLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 11.233.325/0001-30, a penalidade de Multa Compensatória no percentual de 2% (dois por cento), conforme cláusula 15.4.3, do Contrato nº 28/2017, totalizando o montante de R\$ 10.245,02 (Dez mil, duzentos e quarenta e cinco reais e dois centavos), com fundamento no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e na Lei nº 8.666/1993 em razão da inexecução parcial do pactuado no Contrato nº 23/2015 TRE/PB., consoante Parecer ASJUR nº 660 e 673/2019.

HELDER SILVA BARBOSA
Diretor Geral do TRE-PB
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2020 - UASG 70010

Nº Processo: 0031071352019. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de limpeza e conservação de imóveis, com supervisão e fornecimento de materiais e demais insumos necessários à execução dos serviços nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral na Mesorregião do Sertão, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/02/2020 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhaes, 1.160 - 4º Andar - Sala 408, Graças - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00005-2020. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/03/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOANA D ARC SIMOES DE BARROS
Pregoeira

(SIASGnet - 14/02/2020) 70010-00001-2020NE000054

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2020 - UASG 70010

Nº Processo: 0031065-28.2019. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de limpeza e conservação de imóveis, com supervisão e fornecimento de materiais e demais insumos necessários à execução dos serviços nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral na Mesorregião do Agreste, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/02/2020 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhaes, 1.160 - 4º Andar - Sala 408, Graças - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00007-2020. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/03/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOANA D ARC SIMOES DE BARROS
Pregoeira

(SIASGnet - 14/02/2020) 70010-00001-2020NE000054

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2020 - UASG 70010

Nº Processo: 0031066-13.2019. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de limpeza e conservação de imóveis, com supervisão e fornecimento de materiais e demais insumos necessários à execução dos serviços nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral na Capital, Região Metropolitana do Recife (RMR) e Zona da Mata do Estado de Pernambuco, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/02/2020 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhaes, 1.160 - 4º Andar - Sala 408, Graças - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00006-2020. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/03/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOANA D ARC SIMOES DE BARROS
Pregoeira

(SIASGnet - 14/02/2020) 70010-00001-2020NE000054

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, informa à empresa LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. (CNPJ: 00.660.928/0001-00), consoante o disposto no art. 41, da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010 e alterações posteriores, o registro, junto ao SICAF, da penalidade prevista no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, consistente na sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, pelo período de 01(um) ano, cumulada com multa de mora no valor total de R\$ 4.850,44 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos), nos termos do art. 86, II e III, respectivamente, ambos da Lei 8.666/93, conforme decisão constante dos autos do Processo PJE Nº 0600474-48.2019.6.18.0000.

PEDRO DE ALCÂNTARA DA SILVA MACÊDO
Relator

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO

CESSIONÁRIA: Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação - Associação Reabilitar, CNPJ nº 07.995.466/0001-13. CEDENTE: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. OBJETO: Cessão, a título de empréstimo, de urnas eletrônicas e de Sistema Eletrônico de Votação, com vistas à realização de eleição parametrizada, no dia 21 de fevereiro de 2020, em local definido pela Cessionária. FUNDAMENTO LEGAL: Res. TRE/PI n.º 22.685/2007 e Res. TRE/PI n.º 157/2009. VIGÊNCIA: Inicia-se a partir da data de assinatura até a entrega da mídia contendo o resultado final da eleição parametrizada. DATA DA ASSINATURA: 14/02/2020. ASSINAM: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho pelo Cedente e a Sra. Hardiane Parente Hardi Martins pela Cessionária.



057ª Zona Eleitoral	16
Editais	16
063ª Zona Eleitoral	17
Sentenças	17
066ª Zona Eleitoral	18
Sentenças	18
078ª Zona Eleitoral	20
Sentenças	20
Editais	21
079ª Zona Eleitoral	21
Editais	21
092ª Zona Eleitoral	22
Editais	22
093ª Zona Eleitoral	23
Sentenças	23
116ª Zona Eleitoral	23
Editais	23
123ª Zona Eleitoral	24
Editais	24

PRESIDÊNCIA

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL

Atos do Diretor Geral

Avisos

AVISO DE LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 12/2020. Objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as especificações do edital e seus anexos. Edital disponível a partir do dia 17/02/2020. Entrega das propostas a partir de 17/02/2020. Abertura das propostas: 05/03/2020, às 14:00h, horário de Brasília. Local: sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. Fortaleza, 14/02/2020.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Coordenadoria de Processamento

Pauta de Julgamento

PAUTA 18/2020

Decorridas 24 (vinte e quatro) horas da publicação desta pauta, será julgado, na primeira sessão desimpedida, o seguinte processo, ficando as partes intimadas que, caso não julgado, será incluído em nova pauta, salvo na hipótese em que o julgamento seja expressamente adiado para primeira sessão seguinte, nos termos do art. 18 da Resolução TSE nº 23.478/2016 c/c art. 935 da Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil).

RECURSO ELEITORAL Nº 34923 - CLASSE 30 (349-23.2016.6.06.0048)

ORIGEM: Nova Russas-CE (48ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: Juiz José Vidal Silva Neto

RECORRENTE: CÍCERO JOSÉ FERREIRA CHAVES, Candidato ao cargo de Vereador

ADVOGADO(S): José Bonfim de Almeida Junior - OAB: 15.545/CE; Leonardo Wandemberg Lima Batista - OAB: 20623/CE; Rafael de Oliveira Nóbrega - OAB: 21.738/CE; Jean Victor Nunes Saraiva - OAB: 34405/CE; José Alberto da Silva - OAB: 3629/CE; Bonfim - Sociedade Individual de Advocacia - OAB: 1079/CE

ASSUNTO: DIREITO ELEITORAL - Eleições - Prestação de Contas - Prestação de Contas - De Candidato - Cargos - Cargo - Vereador

COROLLA 2013
XEi, autom., 2.0,
branco. 3033.0999/
3044.0998

WORLD CAR
MULTIMARCAS

ETIOS

ETIOS 2018
Sedan, XS, automáti-
co, 1.5, cor cinza.
Contato 3033.0999.

WORLD CAR
MULTIMARCAS

ETIOS 2013
Único dono. IPVA
pago. 99985.5764

HILUX

HILUX 2016
SRX, autom., 2.8,
branca. worldcarce.
com.br 3033.0999.

WORLD CAR
MULTIMARCAS

VOLKSWAGEN

AMAROK

AMAROK 2014
14/14. Trend, 4x4,
branco, completo.
Confira! 3455.6151.

CEARÁ MOTOR
Você mais feliz

FOX

FOX 2016
15/16. Novo Fox,
Rock in Rio, prata.

SAVEIRO

SAVEIRO 2019
1.6, cor prata. www.
worldcarce.com.br
Fone 3033.0999.

WORLD CAR
MULTIMARCAS

SPACEFOX

SPACEFOX 2013
Trend, 1.6, preto.
worldcarce.com.br
Tel. 3033.0999.

WORLD CAR
MULTIMARCAS

UP!

UP! 2017
16/17. Black White
Red, cor branco,
compl. 3455.6151.

CEARÁ MOTOR
Você mais feliz

VOYAGE

VOYAGE 2018
Trendline, 1.6, prata.
www.worldcarce.
com.br 3033.0999.

WORLD CAR
MULTIMARCAS

VOYAGE 2017
16/17. Cor branco,
completo. Confira!
Tel. 3455.6151.

CEARÁ MOTOR
Você mais feliz

Os anúncios de
empregos
devem obedecer à
Norma da CLT pela
qual é vedado:

"Publicar ou fazer
publicar anúncio de
emprego no qual
haja referência ao
sexo, à idade, à cor
ou situação familiar,
salvo quando a
natureza da
atividade a ser
exercida, pública e
notoriamente,
assim o exigir."
(Art. 373A, inciso I).

PROFISSIONAIS QUE SE
OFERECEM

OFEREÇO-ME CO-
MO Motorista par-
ticular, com expe-
riência. Fone:
98848.1401.

ACOMPANHO PA-
CIENTES em Hos-
pitais. 98796.8775

PROFISSIONAIS DA ÁREA
ALIMENTAÇÃO

PRECISA- SE DE
cozinheiro(a) com
experiência. Tel.
3223.5529.

SAÚDE, BELEZA

RAIGOS. CONTRA-
TA manicure(o) e
cabeleireiro(a).
Tel. 99921.2876.

PRECISO CABELEI-
REIRA(O). e mani-
cure(o). Fone:
98602.6161.

OUTRAS FUNÇÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2020

PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
O Cartório do 2º Ofício de Tauá/CE, por sua Substituta, Larissa Tayná Carvalho Benevides, TORNA PÚBLICO aos confrontantes e a quem interessar possa, que a empresa EFC PARTICIPAÇÕES S/A, representada por seus diretores, devidamente qualificados perante esta serventia, requereu a retificação da descrição do imóvel do qual é titular, processada nos termos dos arts. 212 e 213 da Lei nº 6.015/73, com requerimento Prenotado sob nº 21.663, relativa à Matrícula 3.223, do Livro 2-M, Folhas 134, do 2º Ofício de Tauá – Registro de Imóveis, imóvel denominado de "Flores da América", município de Tauá/CE, em decorrência da qual o imóvel passou a ter área total de: 16.6734ha (dezesseis hectares, sessenta e sete ares e trinta e quatro centiares) e Perímetro de 2113,43m, a seguir caracterizada: IMÓVEL FLORES DA AMÉRICA, Área 16.673ha e Perímetro 2113,43m: Inicia-se a descrição deste perímetro, no ponto P-01, de coordenadas N=9.336.732,17m e E=358.584,16m; deste segue confrontando com a propriedade de ARAÚJO & SOBERIRA LOTEAMENTOS LTDA – CNPJ/Nº 12.219.230/0001-25, conforme Matrícula sob nº 5.988 do Cartório 2º Ofício de Registro de Imóveis de Tauá, Ceará, com azimute de 156°28'44" por uma distância de 161,25m, até o ponto P-02, de coordenadas N=9.336.584,32m e E=358.648,51m; deste segue confrontando com a propriedade da COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF, CNPJ/Nº 33.541.368/0014-30, conforme Matrícula sob nº 6.331, do Cartório 2º Ofício de Registro de Imóveis de Tauá, Ceará, com azimute de 158°02'58" por uma distância de 259,82m, até o ponto P-03, de coordenadas N=9.336.343,33m e E=358.745,64m; deste segue confrontando com a CE-363/FAIXA DE DOMÍNIO, com azimute de 255°01'34" por uma distância de 392,53m, até o ponto P-04, de coordenadas N=9.336.241,91m e E=358.366,44m; deste segue com azimute de 253°39'38" por uma distância de 123,94m, até o ponto P-05, de coordenadas N=9.336.207,05m e E=358.247,50m; deste segue com azimute de 254°16'43" por uma distância de 129,06m, até o ponto P-06, de coordenadas N=9.336.172,08m e E=358.123,27m; deste segue com azimute de 251°59'12" por uma distância de 101,67m, até o ponto P-07, de coordenadas N=9.336.140,64m e E=358.026,59m; deste segue com azimute de 243°35'34" por uma distância de 38,88m, até o ponto P-08, de coordenadas N=9.336.123,34m e E=357.991,76m; deste segue com azimute de 255°58'53" por uma distância de 30,62m, até o ponto P-09, de coordenadas N=9.336.115,93m e E=357.962,06m; deste segue confrontando com a FAIXA DE DOMÍNIO DA BR-020, com azimute de 45°16'16" por uma distância de 875,66m, até o ponto P-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão representadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como DATUM o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM, Engenheiro/Responsável Técnico: Paulo Viana de Moraes – CREA/RNP nº 1902146620, ART/CE CE20190512632-CE. Os confrontantes e/ou eventuais interessados poderão se dirigir ao Cartório do 2º Ofício de Imóveis de Tauá/CE, situado na Rua Dondon Feitosa, 131, Centro, Tauá, Ceará, de segunda à sexta-feira no horário de 07h às 16h, para, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 213, da Lei nº 6.015/73, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados da data desta publicação: 1) impugnar fundamentadamente; 2) anuir expressamente ou 3) deixar transcorrer o prazo, aceitando a descrição acima referida. Decorrido o prazo legal sem impugnações, presumir-se-á a anuência do(s) confrontantes/interessados, dando-se por deferida a retificação pretendida. Tauá/CE, 10 de fevereiro de 2020, Larissa Tayná Carvalho Benevides, Substituta.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as especificações do edital e seus anexos. Abertura das propostas: 05/03/2020, às 14:00h. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: (85)3453.3736 de 14 às 19h ou www.tre-ce.jus.br. Aliny Guerra Vale – Seção de Licitações

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO CEARÁ – SIMEC ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital ficam convocados os associados regulares do SIMEC para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada no dia 09 de março de 2020, às 18h30, em primeira convocação e trinta minutos, após, em segunda, na Avenida Barão de Studart, 1980 no salão aberto – cobertura do Edifício Casa da Indústria - FIEC, Aldeota, nesta Capital, para deliberar a seguinte pauta: Exame, discussão, aprovação das contas de gestão referente ao Exercício Financeiro de 2019. Fortaleza, 17 de fevereiro de 2020
José Sampaio de Souza Filho
Presidente

Assunto: Aviso de Licitação - TRE/CE - Pregão Eletrônico nº 12/2020

De: SELIC <selic@tre-ce.jus.br>

Data: 17/02/2020 14:19

CC: SELIC <selic@tre-ce.jus.br>, scomp@tre-ce.jus.br, setra@tre-ce.jus.br

BCC: abriltour@terra.com.br, ronald.marques@localiza.com, licitacao@royalreceptivo.com.br, comercial@royalreceptivo.com.br, pontualrentacar@hotmail.com

Com o objetivo de aumentar a publicidade dos certames licitatórios do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (UASG 70007), venho comunicar que acontecerá no dia **05 de março de 2020**, às 14:00h, a abertura do **Pregão Eletrônico nº 12/2020**. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as especificações do Edital e seus anexos.

O Edital está disponível no sítio www.tre-ce.jus.br, tendo sido publicado o aviso de licitação no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE-CE e na página de classificados do Jornal Diário do Nordeste, nesta data.

Obs: Fornecedores contactados por cópia oculta.

Atenciosamente,

Seção de Licitações - TRE/CE

Telefone: (85) 3453-3736

VoIP 3736

Fatima

De: "Michael Souza" <michael.souza@localiza.com>
Data: segunda-feira, 24 de fevereiro de 2020 14:57
Para: <selic@tre-ce.jus.br>
Assunto: Pedido de esclarecimentos: TRE CE - pe nº 12/2020

Boa tarde, prezada sra. pregoeira Maria de Fátima!

Com o objetivo de esclarecer dúvidas em relação ao edital do pregão eletrônico nº 12/2020 para locação de veículos, destaca-se que, em conformidade com o inciso III do Art. 15 na Lei de Licitações nº 8.666/93 estabelece que as compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

Dentro deste contexto, temos **09 (nove)** pontos para esclarecimento a seguir:

1. DO PARENTESCO COM SERVIDOR PÚBLICO

Entendemos que relação de parentesco entre o Secretario Especial vinculado ao Ministério da Economia não se enquadra na vedação exposta no Capítulo II do Edital.

Está correto nosso entendimento?

2. DO SELO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

Apesar de estar voltada para a Administração Pública, a Lei de Desburocratização nº 13.726/2018 trouxe grandes avanços nos procedimentos e um deles que podemos destacar é a autenticação com selo digital.

Atualmente o cartório emite a procuração e outros documentos com o selo de autenticação eletrônico, que pode ser constado junto ao portal do Tribunal de Justiça do Estado. Caso a entidade ou alguma licitante tenha dúvida sobre a legalidade do documento, cabe ainda a possibilidade da realização de diligência, onde a empresa responderá sob as penas da Lei.

Ademais, a mesma lei, possibilita ainda que a Licitante apresente a declaração de autenticidade onde se responsabiliza sob as penas da lei que o documento apresentado é verídico.

É correto o entendimento que, desde que atendido todos as especificidades da legalidade, a cópia do documento que possua o selo de autenticação eletrônico juntamente com a declaração de autenticidade pela licitante será aceita para participar?

3. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

Não encontramos no instrumento convocatório a confirmação que o certame será um Registro de Preços.

Diante disso e considerando que se trata de um Pregão Presencial, considerando ainda o 65 § 1º da Lei nº 8.666/93, **é correto o entendimento que a contratante solicitará no mínimo 75% dos veículos licitados?**

4. SOBRE A AUSÊNCIA EXIGÊNCIA DE ATESTADOS NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Destaca-se que não se encontra no Capítulo VIII do edital a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica. Observa-se que **é possível a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional** como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam **de menor complexidade**.

Ressalta-se que o objeto desta licitação possui complexidade considerável e de impacto relevante para o cumprimento das Eleições 2020, sendo pertinente que o TRE/Contratante resguarde a segurança na contratação de fornecedores capacitados para a plena execução do serviço.

É sabido que a Administração Pública busca assegurar a qualidade na execução do serviço através da exigência de requisitos de qualificação técnica como condição de habilitação dos licitantes. A discricionariedade do gestor público na definição de critérios relativos à qualificação técnica no momento da habilitação deve-se atentar sempre para que as exigências não sejam desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame, nem tampouco trazer insegurança para a Contratante. Outro não é o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b):

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.” (Grifo nosso)

Diante disso, não foi encontrada, nos documentos da habilitação, a exigência de comprovação por atestados de capacidade técnica compatíveis em característica, quantitativo e prazo, assim como diz o Inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93.

Ademais, conforme o Acórdão 2924/2019 Plenário TCU, a administração pública não exigir que tais atestados tenham quantitativo mínimo superior a 50% do estimado para a contratação no certame.

Não obstante, a exigência de Atestados de Capacidade Técnica estão diretamente ligados a **Isonomia e Igualdade de disputa** entre licitantes que possuem iguais capacidade de atendimento, afastando ainda, empresas aventureiras.

Diante disso, gentileza informar sobre a alteração desta exigência que visa trazer segurança a contratante e, isonomia e igualdade as licitantes, **acrescentando no instrumento convocatório a exigência que a licitante comprove por atestados de capacidade técnica compatíveis em característica, prazo e quantidade equivalente a 50% do volume de diárias estimadas no certame.**

5. DOS ACESSÓRIOS ESPECIAIS PARA DEMANDA EVENTUAL

Nas especificações dos veículos, encontramos uma exigência que **não é prática no mercado de locação eventual por diárias.**

A alta rotatividade da frota alugada impede de garantir que o eventual carro que tenha insulfilme instalado seja o mesmo para uma futura reserva. Eventualmente, uma locadora que possua uma frota muito pequena (em torno de 30 carros) pode conseguir a instalação de insulfilme em todos eles, porém, destacamos que tal exigência **não é praxe do mercado** e prejudica a maioria das locadoras em detrimento de algumas poucas.

Nas locações mensais contínuas por 12 meses, a locadora consegue instalar acessórios nos carros, pois a Contratante e a Locadora têm a certeza que aquele carro específico será utilizado no atendimento. Importante destacar que, em conformidade com o inciso III do Art. 15 na Lei de Licitações nº 8.666/93 as compras, sempre que possível, **deverão submeter-se às condições semelhantes às do setor privado.** Ademais, as locadoras atendem também a outros clientes empresariais, inclusive Pessoas Físicas.

Diante disso, visando a ampliação da disputa e a economicidade para o TRE, gentileza informar se será aceito veículo **preferencialmente** com insulfilme?

6. DO LOCAL DE DISPONIBILIDADE DO CARRO

5.1. O início dos serviços será em Fortaleza-CE?

5.2. No que se refere à entrega e devolução dos veículos, visando otimizar tal processo, consequentemente a redução dos custos a serem incluídos nos valores da diárias e aumentar a participação das empresas que não disponibilizam serviço de “leva e busca” de veículos, gentileza se manifestar quanto a possibilidade da Contratante efetuar a retirada/entrega dos veículos nas unidades da locadora. Esta condição reduziria drasticamente os valores das diárias praticados pelas empresas, pois, deve-se considerar o custo de mão de obra de funcionários que serão contratados especificamente para isso.

7. DO PRAZO DE DISPONIBILIDADE DO CARRO

O item 4.1.1 na página 21/26 do edital informa sobre o prazo para disponibilização dos veículos.

Considerando a ampla participação de outras locadoras, considerando ainda que as locadoras (inclusive as locais) funcionam no horário comercial de segunda a sexta feira e no sábado de 08 horas às 12 horas, não atuando aos domingos, visando ainda maior agilidade e um atendimento com qualidade, gentileza informar se os horários para disponibilização de veículos acima exposto atende ao TRE.

Com o Princípio da Eficiência e da Continuidade do Serviço Público, os órgãos tem adotado uma prática razoável e comum ao constar nas licitações que a Locadora será comunicada com antecedência mínima de 48 horas do pedido do carro.

Gentileza informar se é correto o entendimento que o Tribunal buscará sempre se antecipar para que o prazo de disponibilidade do carro seja no mínimo:

Prazo para disponibilização	Quantidade de veículos
48 (quarenta e oito) horas	de 1 a 5
72 (setenta e duas) horas	de 6 a 10
96 (noventa e seis) horas	de 11 a 20
96 (noventa e seis) horas	de 21 a 50

8. Sobre a HORA EXTRA DO VEÍCULO:

O item 4.7 na página 22/26 do edital informa sobre as horas extras, contudo, os parâmetros ali expostos são incomuns ao mercado de locação de veículos.

As diárias dos veículos são de 24 (vinte e quatro) horas com quilometragem livre, observando que não existe meio-diária e que a prática do mercado de locação é que as horas excedentes até 05 (cinco) horas serão consideradas hora-extra; As horas excedentes da diária do automóvel serão pagas proporcionalmente, considerando que o valor unitário desse excedente será de 1/5 (um quinto) do valor da diária. A partir da quinta hora será considerado o valor integral de uma diária; **Favor se manifestar expressamente sobre a aceitação formal desta entidade.**

9. ABASTECIMENTO PARA DEVOLUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

O item 4.5 na página 22/26 do edital informa que a locadora deve disponibilizar os veículos limpos e totalmente abastecidos, sendo a responsabilidade da Contratante o abastecimento e motoristas do veículo, porém é omissa sobre a limpeza na devolução e substituição do carro.

Gentileza informar se é correto o entendimento que, **na devolução ao final do contrato e nas substituições para manutenção, o carro será devolvido para a locadora limpo e com o tanque abastecido como fora recebido?**

Atenciosamente,

Michael Souza

Gerência Segmento Setor Público

+55 (31) 3247-7866

localizahertz.com

The logo for Localiza Hertz, featuring a green square with a white stylized 'L' icon and the text 'Localiza Hertz' in white and yellow.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos.

This message and its attachments may contain confidential or privileged information and can not be forwarded without previous authorization of the sender. If you are not the recipient or an authorized person to receive it, we inform that its use, disclosure, copying or storage is prohibited.

Este mensaje, incluyendo sus adjuntos, puede contener información privilegiada y/o de carácter confidencial, no pudiendo ser retransmitido sin la autorización del remitente. En el caso que Usted no sea el destinatario o la persona autorizada para recibirlo, informamos que está prohibido su uso, divulgación, fotocopia o archivo.



Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2020.



À
SEÇÃO DE TRANSPORTES

Para manifestação sobre o Pedido de Esclarecimentos da Empresa LOCALIZA, Doc. PAd nº 27715/2020.

A abertura do certame está agendada para o dia 5 de março, às 14h

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 027721/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 27/02/2020 14:23:01</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Senhora Chefe,

Encaminho esclarecimentos acerca de pontos relacionados à execução contratual.

Em relação ao atestado de capacidade técnica, nunca fora solicitado para esse tipo de contratação, pela nossa experiência, acreditamos que a limitação da sublocação consegue, em parte, afastar empresas "aventureiras" do processo licitatório.

No que se refere à película de proteção solar, há decisão de Grupo de Trabalho deste TRE/CE que ratificou sua necessidade, especialmente, em razão da preservação da saúde dos servidores.

A retirada dos veículos será sempre em local determinado pela contratada, desde que na cidade de Fortaleza/CE.

Quanto ao prazo para retirada dos veículos, pretende-se garantir atendimento hábil em situações de extrema urgência, considerando a realização das eleições evento de extrema importância, com prazos inegociáveis. Nesse mesmo sentido, justificam-se as retiradas em finais de semana e feriados, que podem ocorrer em pontos que funcionam 24h ou em horário marcado.

A divisão do valor da hora extra segue o raciocínio do horário comercial de atendimento: 10h.

Na devolução, os veículos serão apenas abastecidos.

Atenciosamente,

JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS
SEÇÃO DE TRANSPORTES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 028214/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JOAO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 27/02/2020 17:40:54</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Seção de Licitação - TRE/CE

De: "Seção de Licitação - TRE/CE" <selic@tre-ce.jus.br>
Data: segunda-feira, 2 de março de 2020 14:22
Para: "Michael Souza" <michael.souza@localiza.com>
Cc: <selic@tre-ce.jus.br>
Anexar: documento_pad_028214_2020.pdf
Assunto: Re: Pedido de esclarecimentos: TRE CE - pe nº 12/2020

Prezado(a) Licitante,

segue, em anexo, resposta da Seção de Transportes (SETRA), aos seus pedidos de esclarecimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 12/2020.

Atenciosamente,

Seção de Licitações
TRE/CE
85-3453-3736

From: Michael Souza
Sent: Monday, February 24, 2020 2:57 PM
To: selic@tre-ce.jus.br
Subject: Pedido de esclarecimentos: TRE CE - pe nº 12/2020

Boa tarde, prezada sra. pregoeira Maria de Fátima!

Com o objetivo de esclarecer dúvidas em relação ao edital do pregão eletrônico nº 12/2020 para locação de veículos, destaca-se que, em conformidade com o inciso III do Art. 15 na Lei de Licitações nº 8.666/93 estabelece que as compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

Dentro deste contexto, temos **09 (nove)** pontos para esclarecimento a seguir:

1. DO PARENTESCO COM SERVIDOR PÚBLICO

Entendemos que relação de parentesco entre o Secretário Especial vinculado ao Ministério da Economia não se enquadra na vedação exposta no Capítulo II do Edital.

Está correto nosso entendimento?

2. DO SELO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

Apesar de estar voltada para a Administração Pública, a Lei de Desburocratização nº 13.726/2018 trouxe grandes avanços nos procedimentos e um deles que podemos destacar é a autenticação com selo digital.

Atualmente o cartório emite a procuração e outros documentos com o selo de autenticação eletrônico, que pode ser constatado junto ao portal do Tribunal de Justiça do Estado. Caso a entidade ou alguma licitante tenha dúvida sobre a legalidade do documento, cabe ainda a possibilidade da realização de diligência, onde a empresa responderá sob as penas da Lei.

Ademais, a mesma lei, possibilita ainda que a Licitante apresente a declaração de autenticidade onde se responsabiliza sob as penas da lei que o documento apresentado é verídico.

É correto o entendimento que, desde que atendido todos as especificidades da legalidade, a cópia do documento que possua o selo de autenticação eletrônico juntamente com a declaração de autenticidade pela licitante será aceita para participar?

3. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

Não encontramos no instrumento convocatório a confirmação que o certame será um Registro de Preços.

Diante disso e considerando que se trata de um Pregão Presencial, considerando ainda o 65 § 1º da Lei nº 8.666/93, **é correto o entendimento que a contratante solicitará no mínimo 75% dos veículos licitados?**

4. SOBRE A AUSÊNCIA EXIGÊNCIA DE ATESTADOS NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Destaca-se que não se encontra no Capítulo VIII do edital a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica. Observa-se que **é possível a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional** como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam **de menor complexidade**.

Ressalta-se que o objeto desta licitação possui complexidade considerável e de impacto relevante para o cumprimento das Eleições 2020, sendo pertinente que o TRE/Contratante resguarde a segurança na contratação de fornecedores capacitados para a plena execução do serviço.

É sabido que a Administração Pública busca assegurar a qualidade na execução do serviço através da exigência de requisitos de qualificação técnica como condição de habilitação dos licitantes. A discricionariedade do gestor público na definição de critérios relativos à qualificação técnica no momento da habilitação deve-se atentar sempre para que as exigências não sejam desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame, nem tampouco trazer insegurança para a Contratante. Outro não é o posicionamento do TCU (BRASIL,

TCU, 2009b):

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo não-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.” (Grifo nosso)

Diante disso, não foi encontrada, nos documentos da habilitação, a exigência de comprovação por atestados de capacidade técnica compatíveis em característica, quantitativo e prazo, assim como diz o Inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93.

Ademais, conforme o Acórdão 2924/2019 Plenário TCU, a administração pública não exigir que tais atestados tenham quantitativo mínimo superior a 50% do estimado para a contratação no certame.

Não obstante, a exigência de Atestados de Capacidade Técnica estão diretamente ligados a **Isonomia e Igualdade de disputa** entre licitantes que possuem iguais capacidade de atendimento, afastando ainda, empresas aventureiras.

Diante disso, gentileza informar sobre a alteração desta exigência que visa trazer segurança a contratante e, isonomia e igualdade as licitantes, **acrescentando no instrumento convocatório a exigência que a licitante comprove por atestados de capacidade técnica compatíveis em característica, prazo e quantidade equivalente a 50% do volume de diárias estimadas no certame.**

5. DOS ACESSÓRIOS ESPECIAIS PARA DEMANDA EVENTUAL

Nas especificações dos veículos, encontramos uma exigência que **não é prática no mercado de locação eventual por diárias.**

A alta rotatividade da frota alugada impede de garantir que o eventual carro que tenha **insulfilme instalado** seja o mesmo para uma futura reserva. Eventualmente, uma locadora que possua uma frota muito pequena (em torno de 30 carros) pode conseguir a instalação de insulfilme em todos eles, por isso, destacamos que tal exigência **não é praxe do mercado** e prejudica a maioria das locadoras em detrimento de algumas poucas.

Nas locações mensais contínuas por 12 meses, a locadora consegue instalar acessórios nos carros, pois a Contratante e a Locadora têm a certeza que aquele carro específico será utilizado no atendimento. Importante destacar que, em conformidade com o inciso III do Art. 15 na Lei de Licitações nº 8.666/93 as compras, sempre que possível, **deverão submeter-se às condições semelhantes às do setor privado.** Ademais, as locadoras atendem também a outros clientes empresariais, inclusive Pessoas Físicas.

Diante disso, visando a ampliação da disputa e a economicidade para o TRE, gentileza informar se será aceito veículo **preferencialmente** com insulfilme?

6. DO LOCAL DE DISPONIBILIDADE DO CARRO

5.1. O início dos serviços será em Fortaleza-CE?

5.2. No que se refere à entrega e devolução dos veículos, visando otimizar tal processo, consequentemente a redução dos custos a serem incluídos nos valores das diárias e aumentar a participação das empresas que não disponibilizam serviço de coleta e busca de veículos, gentileza se manifestar quanto a possibilidade da Contratante efetuar a retirada/entrega dos veículos nas unidades da locadora. Esta condição reduziria drasticamente os valores das diárias praticados pelas empresas, pois, deve-se considerar o custo de mão de obra de funcionários que serão contratados especificamente para isso.

7. DO PRAZO DE DISPONIBILIDADE DO CARRO

O item 4.1.1 na página 21/26 do edital informa sobre o prazo para disponibilização dos veículos.

Considerando a ampla participação de outras locadoras, considerando ainda que as locadoras (inclusive as locais) funcionam no horário comercial de segunda a sexta-feira e no sábado de 08 horas às 12 horas, não atuando aos domingos, visando ainda maior agilidade e um atendimento com qualidade, gentileza informar se os horários para disponibilização de veículos acima exposto atende ao TRE.

Com o Princípio da Eficiência e da Continuidade do Serviço Público, os órgãos tem adotado uma prática razoável e comum ao constar nas licitações que a Locadora será comunicada com antecedência mínima de 48 horas do pedido do carro.

Gentileza informar se é correto o entendimento que o Tribunal buscará sempre se antecipar para que o prazo de disponibilidade do carro seja no mínimo:

Prazo para disponibilização	Quantidade de veículos
48 (quarenta e oito) horas	de 1 a 5
72 (setenta e duas) horas	de 6 a 10
96 (noventa e seis) horas	de 11 a 20
96 (noventa e seis) horas	de 21 a 50

8. Sobre a HORA EXTRA DO VEÍCULO:

O item 4.7 na página 22/26 do edital informa sobre as horas extras, contudo, os parâmetros ali expostos são incomuns ao mercado de locação de veículos.

As diárias dos veículos são de 24 (vinte e quatro) horas com quilometragem livre, observando que não existe meio-diária e que a prática do mercado de locação é que as horas excedentes até 05 (cinco) horas serão consideradas hora-extra; As horas excedentes da diária do automóvel serão pagas proporcionalmente, considerando que o valor unitário desse excedente será de 1/5 (um quinto) do valor da diária. A partir da quinta hora será considerado o valor integral de uma diária; **Favor se manifestar expressamente sobre a aceitação formal desta entidade.**

9. ABASTECIMENTO PARA DEVOLUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

O item 4.5 na página 22/26 do edital informa que a locadora deve disponibilizar os veículos limpos e totalmente abastecidos, sendo a responsabilidade da Contratante o abastecimento e motoristas do veículo, porém é omissa sobre a limpeza na devolução e substituição do carro.

Gentileza informar se é correto o entendimento que, **na devolução ao final do contrato e nas substituições para manutenção, o carro será devolvido para a locadora limpo e com o tanque abastecido como fora recebido?**

Atenciosamente,

Michael Souza

Gerência Segmento Setor Público

+55 (31) 3247-7866

localizahertz.com



Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos.

This message and its attachments may contain confidential or privileged information and can not be forwarded without previous authorization of the sender. If you are not the recipient or an authorized person to receive it, we inform that its use, disclosure, copying or storage is prohibited.

Este mensaje, incluyendo sus adjuntos, puede contener información privilegiada y/o de carácter confidencial, no pudiendo ser retransmitido sin la autorización del remitente. En el caso que Usted no sea el destinatario o la persona autorizada para recibirlo, informamos que está prohibido su uso, divulgación, fotocopia o archivo.



Esclarecimento 05/03/2020 13:29:01

4. SOBRE A AUSÊNCIA EXIGÊNCIA DE ATESTADOS NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Destaca-se que não se encontra no Capítulo VIII do edital a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica. Observa-se que é possível a dispensa de demonstração de capacidade técnico-operacional como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam de menor complexidade. Ressalta-se que o objeto desta licitação possui complexidade considerável e de impacto relevante para o cumprimento das Eleições 2020, sendo pertinente que o TRE/Contratante resguarde a segurança na contratação de fornecedores capacitados para a plena execução do serviço. É sabido que a Administração Pública busca assegurar a qualidade na execução do serviço através da exigência de requisitos de qualificação técnica como condição de habilitação dos licitantes. A discricionariedade do gestor público na definição de critérios relativos à qualificação técnica no momento da habilitação deve-se atentar sempre para que as exigências não sejam desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame, nem tampouco trazer insegurança para a Contratante. Outro não é o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b): "As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado." (Grifo nosso) Diante disso, não foi encontrada, nos documentos da habilitação, a exigência de comprovação por atestados de capacidade técnica compatíveis em característica, quantitativo e prazo, assim como diz o Inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93. Ademais, conforme o Acórdão 2924/2019 Plenário TCU, a administração pública não exigir que tais atestados tenham quantitativo mínimo superior a 50% do estimado para a contratação no certame. Não obstante, a exigência de Atestados de Capacidade Técnica estão diretamente ligados a Isonomia e Igualdade de disputa entre licitantes que possuem iguais capacidade de atendimento, afastando ainda, empresas aventureiras. Diante disso, gentileza informar sobre a alteração desta exigência que visa trazer segurança a contratante e, isonomia e igualdade as licitantes, acrescentando no instrumento convocatório a exigência que a licitante comprove por atestados de capacidade técnica compatíveis em característica, prazo e quantidade equivalente a 50% do volume de diárias estimadas no certame.

5. DOS ACESSÓRIOS ESPECIAIS PARA DEMANDA EVENTUAL Nas especificações dos veículos, encontramos uma exigência que não é prática no mercado de locação eventual por diárias. A alta rotatividade da frota alugada impede de garantir que o eventual carro que tenha insulfilme instalado seja o mesmo para uma futura reserva. Eventualmente, uma locadora que possua uma frota muito pequena (em torno de 30 carros) pode conseguir a instalação de insulfilme em todos eles, porém, destacamos que tal exigência não é praxe do mercado e prejudica a maioria das locadoras em detrimento de algumas poucas. Nas locações mensais contínuas por 12 meses, a locadora consegue instalar acessórios nos carros, pois a Contratante e a Locadora têm a certeza que aquele carro específico será utilizado no atendimento. Importante destacar que, em conformidade com o inciso III do Art. 15 na Lei de Licitações nº 8.666/93 as compras, sempre que possível, deverão submeter-se às condições semelhantes às do setor privado. Ademais, as locadoras atendem também a outros clientes empresariais, inclusive Pessoas Físicas. Diante disso, visando a ampliação da disputa e a economicidade para o TRE, gentileza informar se será aceito veículo preferencialmente com insulfilme?

6. DO LOCAL DE DISPONIBILIDADE DO CARRO 5.1. O início dos serviços será em Fortaleza-CE? 5.2. No que se refere à entrega e devolução dos veículos, visando otimizar tal processo, consequentemente a redução dos custos a serem incluídos nos valores da diárias e aumentar a participação das empresas que não disponibilizam serviço de "leva e busca" de veículos, gentileza se manifestar quanto a possibilidade da Contratante efetuar a retirada/entrega dos veículos nas unidades da locadora. Esta condição reduziria drasticamente os valores das diárias praticados pelas empresas, pois, deve-se considerar o custo de mão de obra de funcionários que serão contratados especificamente para isso.

7. DO PRAZO DE DISPONIBILIDADE DO CARRO O item 4.1.1 na página 21/26 do edital informa sobre o prazo para disponibilização dos veículos. Considerando a ampla participação de outras locadoras, considerando ainda que as locadoras (inclusive as locais) funcionam no horário comercial de segunda a sexta feira e no sábado de 08 horas às 12 horas, não atuando aos domingos, visando ainda maior agilidade e um atendimento com qualidade, gentileza informar se os horários para disponibilização de veículos acima exposto atende ao TRE. Com o Princípio da Eficiência e da Continuidade do Serviço Público, os órgãos tem adotado uma prática razoável e comum ao constar nas licitações que a Locadora será comunicada com antecedência mínima de 48 horas do pedido do carro. Gentileza informar se é correto o entendimento que o Tribunal buscará sempre se antecipar para que o prazo de disponibilidade do carro seja no mínimo: Prazo para disponibilização Quantidade de veículos 48 (quarenta e oito) horas de 1 a 5 72 (setenta e duas) horas de 6 a 10 96 (noventa e seis) horas de 11 a 20 96 (noventa e seis) horas de 21 a 50 8. Sobre a HORA EXTRA DO VEÍCULO: O item 4.7 na página 22/26 do edital informa sobre as horas extras, contudo, os parâmetros ali expostos são incomuns ao mercado de locação de veículos. As diárias dos veículos são de 24 (vinte e quatro) horas com quilometragem livre, observando que não existe meio-diária e que a prática do mercado de locação é que as horas excedentes até 05 (cinco) horas serão consideradas hora-extra; As horas excedentes da diária do automóvel serão pagas proporcionalmente, considerando que o valor unitário desse excedente será de 1/5 (um quinto) do valor da diária. A partir da quinta hora será considerado o valor integral de uma diária; Favor se manifestar expressamente sobre a aceitação formal desta entidade.

9. ABASTECIMENTO PARA DEVOLUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO O item 4.5 na página 22/26 do edital informa que a locadora deve disponibilizar os veículos limpos e totalmente abastecidos, sendo a responsabilidade da Contratante o abastecimento e motoristas do veículo, porém é omissa sobre a limpeza na devolução e substituição do carro. Gentileza informar se é correto o entendimento que, na devolução ao final do contrato e nas substituições para manutenção, o carro será devolvido para a locadora limpo e com o tanque abastecido como fora

recebido? Atenciosamente,

Fechar



Resposta 05/03/2020 13:29:01

Encaminho esclarecimentos acerca de pontos relacionados à execução contratual. Em relação ao atestado de capacidade técnica, nunca fora solicitado para esse tipo de contratação, pela nossa experiência, acreditamos que a limitação da sublocação consegue, em parte, afastar empresas "aventureiras" do processo licitatório. No que se refere à película de proteção solar, há decisão de Grupo de Trabalho deste TRE/CE que ratificou sua necessidade, especialmente, em razão da preservação da saúde dos servidores. A retirada dos veículos será sempre em local determinado pela contratada, desde que na cidade de Fortaleza/CE. Quanto ao prazo para retirada dos veículos, pretende-se garantir atendimento hábil em situações de extrema urgência, considerando a realização das eleições evento de extrema importância, com prazos inegociáveis. Nesse mesmo sentido, justificam-se as retiradas em finais de semana e feriados, que podem ocorrer em pontos que funcionam 24h ou em horário marcado. A divisão do valor da hora extra segue o raciocínio do horário comercial de atendimento: 10h. Na devolução, os veículos serão apenas abastecidos.

Fechar

Anexo I – Proposta

Nome da empresa: Localiza Rent a Car S/A

CNPJ: 16.670.085/0001-55

Endereço: Av. Bernardo Vasconcelos, 377, Belo Horizonte-MG

CEP: 31.150-900

Telefone: (31) 3247 7866

Email: michael.souza@localiza.com

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo Entrega: Cronograma do TRE

Conta Corrente nº: Conta Corrente: 5003-2

Banco: Banco do Brasil

Nº Agência: 3308-1

Proposta de preços para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as quantidades de diárias e especificações constantes no Termo de Referência e Edital do Pregão Eletrônico 12/2020 e seus anexos, conforme discriminado a seguir:

Item	DESCRIÇÃO	Un.	Qtde. estimada de diárias	Valor Unitário da Diária	Valor Total Estimado da Diária
01	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	1.089	R\$ 129,91 Cento e vinte e nove reais e noventa e um centavos.	R\$ 141.471,99 Cento e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos.
02	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática , movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	218	R\$ 145,02 Cento e quarenta e cinco reais e dois centavos.	R\$ 31.614,36 Trinta e um mil, seiscentos e quatorze reais e trinta e seis centavos.

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no edital e no termo de referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 12/2020

1. DADOS DO REPRESENTANTE

Dados do representante legal para acompanhamento e tratamento em eventuais necessidades.

- NOME: Giano Marcio Dutra Barros
- CARGO: Executivo de Vendas
- RG N: 91018019955, expedida pela SSP-CE
- CPF Nº 734.074.103-87
- Contato 1: (85) 98118-5337
- Contato 2: 0800 979 2000

2. DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Dados do representante legal da empresa para fins de assinatura do Instrumento Contratual:

- Marcelo Araripe Dantas
- Diretor de Produtos e Gestão de Vendas
- Brasileiro, Casado, Administrador
- Endereço profissional na Av. Bernardo Vasconcelos, 377, Cachoeirinha, Belo Horizonte - MG
- CI Nº M – 858.110.253-SSP/BA
- CPF Nº 008.863.065-07

Belo Horizonte, 05 de março de 2020.



LOCALIZA RENT A CAR S/A

NOME: Michael Leandro Alves de Souza

CARGO: Analista de Licitações

RG N: 12.956.992 – SSP/MG

CPF Nº 015.351.806-50

16.670.085/0001-55
LOCALIZA RENT A CAR S/A.
AV. BERNARDO VASCONCELOS, 377
B. CACHOEIRINHA - CEP 31.150-000
BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/02/2021

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	09/05/2020
FGTS	Validade:	23/03/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	30/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	24/04/2020
Receita Municipal	Validade:	21/03/2020

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Não cadastrado

Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Data Aplicação: 07/05/2013
Número do Processo: 00087000270201331 Número do Contrato: 42/2012
Descrição/Justificativa: O Diretor de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração da Presidência da República resolver aplicar à empresa Localiza Rent a Car S/A a penalidade de advertência pelas falhas na ocorridas durante as missões realizadas nas cidades de São Julião/PI e Aracaju/SE.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Data Aplicação: 13/09/2019 Valor da Multa: R\$ 3.560,54
Número do Processo: 00140000439201956 Número do Contrato: CT 165/2013
Descrição/Justificativa: Multa, com fundamento na alínea "b" da Cláusula Décima do Contrato nº 165/2013, pelo atraso na entrega da garantia contratual.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Outros		
UASG Sancionadora:	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
Data Aplicação:	16/01/2019	Valor da Multa:	R\$ 88.391,95
Número do Processo:	00140000897201812	Número do Contrato:	CT 162/2014
Descrição/Justificativa:	Multa, com fundamento item 2 da Cláusula Décima do Contrato nº 162/2014, pelo atraso no cumprimento de obrigação assumida no aludido instrumento.		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Dirigente

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 130.057.586-72
Nome: EUGENIO PACELLI MATTAR
Carteira de Identidade: MG-4.491 Órgão Expedidor: SSP/MG
Data de Expedição: 18/05/2011 Data de Nascimento: 08/01/1953
Filiação Materna: ALZIRA COUTINHO MATTAR
Estado Civil:
CEP: 31.150-000
Endereço: AVENIDA BERNARDO DE VASCONCELOS, 377 - CACHOEIRINHA
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone: (31) 32479824
Email: ALANA.BARACHO@LOCALIZA.COM



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Balanço anual - 12/2018

Exercício Financeiro:

Período: 01/2018 a 12/2018 Validade: 05/2020

Certidão de Falência / Recuperação

Data de Validade: 23/05/2019
Código de Controle: 1904-2310-2210-0419-5268



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/03/2020 15:39:13

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LOCALIZA RENT A CAR SA**
CNPJ: **16.670.085/0001-55**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.670.085/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/09/1973
NOME EMPRESARIAL LOCALIZA RENT A CAR SA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LOCALIZA RENT A CAR		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta		
LOGRADOURO AV BERNARDO DE VASCONCELOS	NÚMERO 377	COMPLEMENTO *****
CEP 31.150-000	BAIRRO/DISTRITO CACHOEIRINHA	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO TRIBUTARIO@LOCALIZA.COM		TELEFONE (31) 3247-7915
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/03/2020** às **15:38:34** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Pregão Eletrônico

70007 .122020 .5809 .4436 .8315190039



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00012/2020

Às 14:00 horas do dia 05 de março de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 03/2020 de 03/01/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 23631/2019, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00012/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, observadas as quantidades de diárias e especificações do Edital e seus anexos.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 1.089

Valor Estimado: R\$ 183.496,5000

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: LOCALIZA RENT A CAR SA, pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000 e com valor negociado a R\$ 141.471,9900 .

Item: 2

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 218

Valor Estimado: R\$ 43.260,4600

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: LOCALIZA RENT A CAR SA, pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000 e com valor negociado a R\$ 31.614,3600 .

Histórico

Item: 1 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
07.857.882/0001-55	INFOCO PRODUCOES EVENTOS CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	1.089	R\$ 168,5000	R\$ 183.496,5000	03/03/2020 09:23:52
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.							
05.610.532/0001-64	RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI	Sim	Não	1.089	R\$ 168,5000	R\$ 183.496,50	20 5
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de							

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 05/03/2020 16:27:35

Por: ALINY GUERRA VALE

mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

16.670.085/0001-55 LOCALIZA Não Não 1.089 R\$ 168,5000 R\$ 183.496,5000 05/03/2020 07:39:38
RENT A CAR
SA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

06.798.516/0001-00 EGEL Não Não 1.089 R\$ 168,5000 R\$ 183.496,5000 05/03/2020 11:39:05
LOCACAO DE
VEICULOS
LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior. VEÍCULO OFERTADO: VERSA 1.0 - NISSAN Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação. Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, fretes, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços fornecidos. Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência - Anexo III do Pregão Eletrônico 12/2020. Declaramos que cumprimos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias. Declaramos que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

37.287.521/0001-81 ABRIL TOUR Sim Sim 1.089 R\$ 169,0000 R\$ 184.041,0000 04/03/2020 15:18:31
VIAGENS E
TURISMO LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

01.200.121/0001-40 FRANCISCO E. Sim Sim 1.089 R\$ 500,0000 R\$ 544.500,0000 04/03/2020 11:44:33
SILVA
CAPIISTRANIO
EIRELI

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

02.803.284/0001-80 PONTUAL RENT Sim Sim 1.089 R\$ 1.000,0000 R\$ 1.089.000,0000 04/03/2020 08:57:55
A CAR LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 1.089.000,0000	02.803.284/0001-80	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 544.500,0000	01.200.121/0001-40	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 184.041,0000	37.287.521/0001-81	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 183.496,5000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 183.496,5000	06.798.516/0001-00	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 183.496,5000	07.857.882/0001-55	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 183.496,5000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 183.486,5000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:08:20:753
R\$ 183.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:10:21:943
R\$ 180.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:11:24:040
R\$ 183.376,0000	06.798.516/0001-00	05/03/2020 14:11:49:430
R\$ 173.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:13:17:177
R\$ 381.150,0000	01.200.121/0001-40	05/03/2020 14:14:12:397
R\$ 172.900,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:14:58:840
R\$ 170.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:15:22:433
R\$ 169.900,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:16:21:173
R\$ 169.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:16:53:580
R\$ 168.900,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:17:29:720
R\$ 165.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:18:00:340
R\$ 164.990,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:18:55:000
R\$ 160.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:18:57:000
R\$ 159.990,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:19:28:000
R\$ 159.890,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:19:35:000
R\$ 159.850,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:19:35:000

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 05/03/2020 16:27:35

Por: ALINY GUERRA VALE

R\$ 150.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:20:30:357
R\$ 149.900,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:21:02:870
R\$ 147.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:21:25:720
R\$ 146.950,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:21:47:320
R\$ 142.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:22:44:990
R\$ 141.570,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:23:36:363
R\$ 141.560,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:23:54:097
R\$ 141.550,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:24:48:123
R\$ 141.540,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:26:06:273
R\$ 141.530,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:26:29:393
R\$ 141.520,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:27:39:793
R\$ 141.510,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:29:15:580
R\$ 141.500,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:30:54:327
R\$ 141.490,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:31:36:320
R\$ 141.480,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:33:28:493

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	05/03/2020 14:02:51	Item Aberto.
Encerrado	05/03/2020 14:35:28	Item encerrado.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	05/03/2020 14:39:37	Convocado para envio de anexo o fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	05/03/2020 15:21:48	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55.
Aceite	05/03/2020 15:29:48	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000 e com valor negociado a R\$ 141.471,9900. Motivo: Valor ajustado para que o valor unitário da diária corresponda ao valor total.
Habilitado	05/03/2020 15:47:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA - CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 2 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
07.857.882/0001-55	INFOCO PRODUCOES EVENTOS CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	218	R\$ 198,4400	R\$ 43.259,9200	03/03/2020 09:23:52
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.							
05.610.532/0001-64	RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI	Sim	Não	218	R\$ 198,4400	R\$ 43.259,9200	04/03/2020 16:48:35
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.							
16.670.085/0001-55	LOCALIZA RENT A CAR SA	Não	Não	218	R\$ 198,4400	R\$ 43.259,9200	05/03/2020 14:33:28
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.							
06.798.516/0001-00	EGEL LOCACAO	Não	Não	218			

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 05/03/2020 16:27:35
Por: ALINY GUERRA VALE

DE VEICULOS
LTDA

11:39:05

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior. VEÍCULO OFERTADO: ONIX SEDAN AUTOMÁTICO - CHEVROLET Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação. Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, fretes, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços fornecidos. Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência - Anexo III do Pregão Eletrônico 12/2020. Declaramos que cumprimos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias. Declaramos que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

37.287.521/0001-81 ABRIL TOUR Sim Sim 218 R\$ 200,0000 R\$ 43.600,0000 04/03/2020 15:18:31
VIAGENS E
TURISMO LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

01.200.121/0001-40 FRANCISCO E. Sim Sim 218 R\$ 600,0000 R\$ 130.800,0000 04/03/2020 11:44:33
SILVA
CAPISTRANIO
EIRELI

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

02.803.284/0001-80 PONTUAL RENT Sim Sim 218 R\$ 2.000,0000 R\$ 436.000,0000 04/03/2020 08:57:55
A CAR LTDA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 436.000,0000	02.803.284/0001-80	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 130.800,0000	01.200.121/0001-40	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 43.600,0000	37.287.521/0001-81	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 43.259,9200	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 43.259,9200	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 43.259,9200	07.857.882/0001-55	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 43.259,9200	06.798.516/0001-00	05/03/2020 14:00:18:280
R\$ 43.240,0000	06.798.516/0001-00	05/03/2020 14:06:04:600
R\$ 43.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:09:16:827
R\$ 43.200,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:09:53:240
R\$ 40.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:11:29:517
R\$ 43.190,0000	06.798.516/0001-00	05/03/2020 14:12:31:437
R\$ 43.179,0000	06.798.516/0001-00	05/03/2020 14:14:01:447
R\$ 37.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:14:06:270
R\$ 76.300,0000	01.200.121/0001-40	05/03/2020 14:14:42:513
R\$ 36.900,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:15:52:337
R\$ 36.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:17:01:913
R\$ 35.900,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:17:53:337
R\$ 35.890,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:18:28:140
R\$ 35.880,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:18:43:477
R\$ 35.000,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:19:05:310
R\$ 34.990,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:19:17:993
R\$ 34.890,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:19:25:827
R\$ 34.850,0000	05.610.532/0001-64	05/03/2020 14:19:39:943
R\$ 31.615,0000	16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:20:19:157

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	05/03/2020 14:03:04	Item Aberto.
Encerrado	05/03/2020 14:22:19	Item encerrado.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 05/03/2020 16:27:35

Por: ALINY GUERRA VALE

Abertura do prazo de Convocação - Anexo	05/03/2020 14:39:49	Convocado para envio de anexo o fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	05/03/2020 15:22:04	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55.
Aceite	05/03/2020 15:31:20	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000 e com valor negociado a R\$ 31.614,3600. Motivo: Valor ajustado para que o valor unitário da diária corresponda ao valor total.
Habilitado	05/03/2020 15:47:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA - CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Pregoeiro	05/03/2020 14:00:11	Boa tarde, senhores licitantes.
Pregoeiro	05/03/2020 14:01:10	Estamos abrindo a sessão do Pregão Eletrônico n. 12/2020, que tem como objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme o edital e seus anexos.
Pregoeiro	05/03/2020 14:01:37	Todas as informações constarão no "chat" para ciência e acompanhamento dos senhores(as).
Pregoeiro	05/03/2020 14:01:51	Reiteramos que só haverá contratação se os serviços atenderem a todas as especificações do Capítulo 1 (DO OBJETO) do Edital e do Anexo III (Termo de Referência).
Pregoeiro	05/03/2020 14:02:06	Analisaremos agora as propostas incluídas, para, em seguida, proceder à abertura dos lances. Aguardem "logados"
Pregoeiro	05/03/2020 14:02:51	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	05/03/2020 14:02:51	Srs. Fornecedores, algumas propostas do item 1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	05/03/2020 14:02:58	A Pregoeira procedeu a abertura das propostas e nenhuma foi desclassificada.
Pregoeiro	05/03/2020 14:03:04	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	05/03/2020 14:03:04	Srs. Fornecedores, algumas propostas do item 2 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	05/03/2020 14:18:17	Solicitamos que observem as especificações editalícias para formular lances compatíveis a execução do objeto.
Sistema	05/03/2020 14:22:19	O item 2 está encerrado.
Sistema	05/03/2020 14:35:28	O item 1 está encerrado.
Sistema	05/03/2020 14:35:29	Todos os itens estão encerrados. Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade".
Pregoeiro	05/03/2020 14:38:11	Senhores licitantes, encerrada a fase de lances, convocaremos as empresas classificadas em primeiro lugar para cada item, para que anexem suas propostas ao sistema no prazo de 2 (duas) horas, partir da convocação do sistema conforme item 4.7 do edital.
Sistema	05/03/2020 14:39:37	Senhor fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	05/03/2020 14:39:49	Senhor fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, solicito o envio do anexo referente ao item 2.
Pregoeiro	05/03/2020 14:40:39	Para LOCALIZA RENT A CAR SA - Sr. Fornecedor, conforme o edital, o prazo para envio das alíneas do item 4.8, é de 2 (duas) horas, a contar da convocação do sistema, solicitamos que utilize o Modelo de proposta, Anexo I do Edital.
16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:41:38	Boa tarde!
16.670.085/0001-55	05/03/2020 14:42:17	Já estamos providenciando.
16.670.085/0001-55	05/03/2020 15:13:02	Pra facilitar, vamos complementar o modelo da proposta com os dados do responsável pelo suporte ao serviço e os dados do responsável pela assinatura da proposta.
Pregoeiro	05/03/2020 15:14:46	Para LOCALIZA RENT A CAR SA - Obrigada pode enviar a proposta.
Sistema	05/03/2020 15:21:48	Senhor Pregoeiro, o fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, enviou o anexo referente ao item 1.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 05/03/2020 16:27:35

Por: ALINY GUERRA VALE

Sistema	05/03/2020 15:22:04	Senhor Pregoeiro, o fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, enviou o anexo para o item 2.
Pregoeiro	05/03/2020 15:32:49	A proposta anexada pela empresa LOCALIZA RENT A CAR SA está de acordo com as exigências estabelecidas no edital. Fizemos a aceitação no sistema.
Pregoeiro	05/03/2020 15:33:45	Prosseguiremos a fase de habilitação da empresa vencedora, conforme preconiza o Capítulo VIII do Edital. Para tanto, faremos consulta da documentação fiscal da empresa no SICAF, bem como consulta sobre a existência de débitos trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, do TST...
Pregoeiro	05/03/2020 15:33:54	A etapa de habilitação compreenderá ainda as consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União, ...
Pregoeiro	05/03/2020 15:34:25consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal, à consulta "on-line" ao SICAF da composição societária da licitante, sendo inabilitada a que esteja impedida de contratar no cadastro CEIS, que não possua atividade pertinente e compatível com o objeto e que possua dentre os sócios, servidores e/ou dirigente do TRE/CE.
Pregoeiro	05/03/2020 15:34:37	Aguardem conectados enquanto realizamos as consultas necessárias.
Pregoeiro	05/03/2020 15:46:59	Após análise da documentação da empresa LOCALIZA RENT A CAR SA, concluímos que a Licitante tem os documentos solicitados na Habilitação Técnica do Edital do Pregão Eletrônico 12/2020.
Pregoeiro	05/03/2020 15:47:11	Diante da comprovação da habilitação da empresa, realizaremos a habilitação no sistema.
Sistema	05/03/2020 15:47:51	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	05/03/2020 15:48:50	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 05/03/2020 às 16:09:00.
Pregoeiro	05/03/2020 15:48:55	Está aberto o prazo para registro de intenção de recursos.
Pregoeiro	05/03/2020 16:22:33	Não foram manifestadas intenções de recursos.
Pregoeiro	05/03/2020 16:22:59	Nada mais havendo a tratar encerramos a presente sessão. Agrademos a todos e desejamos boa tarde.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio	05/03/2020 13:57:24	Pregoeiro Anterior: 49973142349-MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO . Pregoeiro Atual: 00351663398-ALINY GUERRA VALE . Justificativa: Pregoeira anterior exercendo outra atividade.
Abertura de Prazo	05/03/2020 15:47:51	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	05/03/2020 15:48:50	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 05/03/2020 às 16:09:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:24 horas do dia 05 de março de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ALINY GUERRA VALE
Pregoeiro Oficial

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Equipe de Apoio



Voltar

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 05/03/2020 16:27:35

Por: ALINY GUERRA VALE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 033700/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 05/03/2020 16:27:35</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

PREGÃO ELETRÔNICO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Pregão Eletrônico Nº 00012/2020

RESULTADO POR FORNECEDOR

16.670.085/0001-55 - LOCALIZA RENT A CAR SA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	<u>Locação de Veículos - Leves / Pesados</u>	Unidade	1089	R\$ 183.496,5000	R\$ 129,9100	R\$ 141.471,9900

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior

2	<u>Locação de Veículos - Leves / Pesados</u>	Unidade	218	R\$ 43.260,4600	R\$ 145,0200	R\$ 31.614,3600
---	--	---------	-----	-----------------	--------------	-----------------

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior

Total do Fornecedor: R\$ 173.086,3500

Valor Global da Ata: R\$ 173.086,3500

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.



Imprimir o
Relatório

Voltar



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 033702/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 05/03/2020 16:28:18</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Pregão Eletrônico



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 00012/2020

Às 16:29 horas do dia 05 de março de 2020, após analisado o resultado do Pregão nº 00012/2020, referente ao Processo nº 23631/2019, o pregoeiro, Sr(a) ALINY GUERRA VALE, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 1.089

Valor Estimado: R\$ 183.496,5000

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Adjudicado para: LOCALIZA RENT A CAR SA , pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000 , com valor negociado a R\$ 141.471,9900 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	05/03/2020 16:29:13	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, Melhor lance: R\$ 141.480,0000, Valor Negociado: R\$ 141.471,9900

Item: 2

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 218

Valor Estimado: R\$ 43.260,4600

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Adjudicado para: LOCALIZA RENT A CAR SA , pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000 , com valor negociado a R\$ 31.614,3600 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	05/03/2020 16:29:13	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, Melhor lance: R\$ 31.615,0000, Valor Negociado: R\$ 31.614,3600

Fim do documento

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 05/03/2020 16:30:31

Por: ALINY GUERRA VALE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 033706/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 05/03/2020 16:30:31</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

RELATÓRIO FINAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020

Atendendo à solicitação da Seção de Transportes – SETRA, e após autorização da Diretoria Geral - DIGER, foi iniciado procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º 12/2020, com a utilização da ferramenta constante no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

O Edital de Convocação aprovado pela Assessoria da Diretoria-Geral, foi publicado no Diário Oficial da União, no Diário da Justiça Eletrônico e na página de classificados do Jornal Diário do Nordeste (doc. PAD n.º 23.570/2020) e disponibilizado nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tre-ce.jus.br.

A sessão eletrônica de abertura das propostas de preços iniciou-se na data marcada no Edital, tendo participado as empresas constantes da Ata de Realização do Pregão Eletrônico (documento PAD n.º 33.700/2020).

Após os demais procedimentos relatados na ata supramencionada, foi realizada a adjudicação do item, conforme resultado constante no Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico (documento PAD n.º 33.706/2020).

Não houve registro de intenção de recursos.

Enviamos este processo à COLIC para ciência e encaminhamento à Secretaria de Administração - SAD para providências, à Secretaria de Controle Interno - SCI para se manifestar quanto à legalidade do certame e, após, à autoridade superior para fins de **homologação**, inclusive na ferramenta de constante do sistema de pregão eletrônico existente no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Fortaleza/CE, 05 de março de 2020.

Aliny Guerra Vale
Seção de Licitações – SELIC



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 033721/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 05/03/2020 16:40:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 5 de Março de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Para ciência e encaminhamento, à Secretaria de Administração - SAD para providências, à Secretaria de Controle Interno - SCI para se manifestar quanto à legalidade do certame e, após, à autoridade superior para fins de homologação.

ALINY GUERRA VALE
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 033723/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 05/03/2020 16:41:31</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 5 de Março de 2020.

À

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Para providenciar a homologação do certame.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 033757/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 05/03/2020 17:02:33</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PAD nº 23631/2019



DESPACHO

De acordo com a informação da SELIC no doc. nº 33721/2020.

Encaminhe-se à SCI, para emissão de nota técnica.

Após, à DIGER para, sendo o caso, homologação do certame, inclusive na ferramenta do sítio eletrônico *comprasgovernamentais*.

Fortaleza, 5 de março de 2020.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
Secretário de Administração



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 033795/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 05/03/2020 17:21:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PAD nº 23631/2019
CONTRATAÇÃO LOCAÇÃO DE VEÍCULOS SEM MOTORISTA - ELEIÇÕES 2020

NOTA TÉCNICA nº 7-SCI, de 9 de março de 2020

Senhor Diretor-Geral,

Em cumprimento ao disposto no artigo 5º-C, inciso I, letra “a”, item 6 da Resolução TRE/CE nº 303/2006, alterada pela Resolução TRE/CE nº 383/2009, vêm ao exame deste órgão técnico os autos do processo administrativo em referência, visando efetuar a análise de atos de gestão originários de procedimento licitatório.

Preliminarmente, destaca-se que, nos termos do item II, “c”, do Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ, aprovado em Sessão Plenária do Conselho Nacional de Justiça de 17 de dezembro de 2013 (Pad. 360/2014), foi determinado que as unidades ou núcleos de controle interno dos tribunais do Poder Judiciário se abstivessem de realizar atividades próprias e típicas de gestão, tais como: “c.6) *decisão ou aprovação de objeto a ser contratado*”, “c.7) *enfrentamento de questões jurídicas provocadas pelo gestor*” e “c.8) *exercício de práticas de atividades de assessoria jurídica, que possam comprometer a independência de atuação da unidade ou núcleo de controle interno*”.

Nesse sentido, a presente análise será efetuada nos estritos termos do art. 5º-C, inciso I, “a”, item 1, do Resolução TRE-CE nº 303/2006, o qual atribui à Sages a competência de “*executar as atividades de acompanhamento, orientação e emissão de pareceres que visem racionalizar a execução da despesa, bem como aumentar a eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial*”, com estrita observância das orientações do CNJ antes referidas.

I) MODALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Trata-se, em síntese, de licitação realizada na modalidade de “*PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor valor total estimado por item, para locação de veículos sem motorista, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 10.024/2019, Decreto 8.538/2015, Decreto 7.892/2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, demais normas pertinentes e ainda mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexo.*”

II) DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA

Com efeito, ao compulsarmos os presentes autos, observamos que se encontram devidamente instruídos dos seguintes documentos: termo de referência (DOC PAD n.º 205488/2019), edital de licitação (DOC PAD n.º 19392/2019), autorização para a abertura do procedimento (DOC PAD n.º 21279/2019), ata de realização de pregão eletrônico (DOC PAD n.º 33700/2019), termo de adjudicação (DOC PAD n.º 33706/2019), relatório final do pregão eletrônico (DOC PAD n.º 33721/2019), dentre outros documentos legalmente indispensáveis.

III) COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS

Com relação a preços médios, constou no edital, ANEXO C, a título de preço médio para a contratação dos dois itens licitados, que: [i] item 1, R\$121.107,69; [ii] item 2, R\$39.022,00.

No que diz respeito à necessária cotação de preços, a Seção de Compras informa que ***“após a análise das especificações do objeto, a cotação de preços teve início através da publicação do termo de referência na homepage deste Tribunal, a fim de atender aos princípios da transparência e publicidade.”*** Destaca, ainda, a citada seção que

“No que se refere à pesquisa de preços públicos, informa-se que houve extrema dificuldade em se encontrar propostas para os itens demandados, sobretudo ante as exigências do Termo de Referência, especialmente no que se refere ao ano de fabricação - 2019 ou superior. Apesar de todos os esforços, não foram encontradas contratações idênticas, mas apenas similares, através do sistema “Banco de Preços”, conforme relatórios anexados ao PAD. Desta forma, para o item 1 foi utilizado um preço válido, contudo com ano de fabricação inferior (2018), no intuito de buscar um equilíbrio do valor médio de referência, considerando-se os resultados das propostas recebidas. Para o item 2, além da dificuldade relacionada ao ano de fabricação, pesou também, como entrave na busca por valores públicos, a exigência de transmissão automática. Neste aspecto, após exaustiva pesquisa, foram encontrados alguns resultados de valores públicos, mas com motorização mínima de 1.5 ou superior, conforme resultados anexos. Por esta razão, no cálculo do preço médio deste item, utilizou-se um valor para motorização 1.5, também no mesmo objetivo de busca por equilíbrio no resultado do preço médio, sempre em benefício deste Tribunal.”

A unidade de cotação, ao juntar ao PAD anexo com identificação de pesquisa de preço, aduz que *“através do SISCOOP – Sistema de Suporte às Compras, desenvolvido por este Tribunal para a formação de banco de fornecedores, com empresas participantes de licitação em outros órgãos, foi realizada pesquisa com fornecedores, em nível nacional, totalizando o envio de 87 emails, com o recebimento de quatro (4) orçamentos e diversas respostas negativas.”*

IV) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No que pertine à existência de saldo orçamentário, repousa informação da Secretaria de Orçamento e Finanças, datada de 6 de fevereiro de 2020, **atestando a disponibilidade para a cobertura de despesas referente a futura aquisição – DOC PAD nº 17695/2020, tendo sido procedido, inclusive, ao pré-empenho – DOC PAD nº 17699/2020.**

V) AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME

Importa ressaltar ainda que a autorização para a realização do certame foi devidamente concedida pela Diretoria-Geral, sendo, na ocasião, adotada a modalidade Pregão Eletrônico (DOC PAD n.º 21279/2020).

VI) DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

No mérito, convém registrar que o pregão eletrônico, realizado através do sistema de compras do Governo Federal – **COMPRASNET**, tendo contado com a participação de vários licitantes que, no encerramento, conforme **TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**, os itens 1 e 2 foram adjudicados da seguinte forma: [i] item 1, adjudicado para “LOCALIZA RENT A CAR SA, pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000, com valor negociado a R\$ 141.471,9900”; [ii] item 2, adjudicado para “LOCALIZA RENT A CAR SA, pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000, com valor negociado a R\$ 31.614,3600”.

A contratação, então, totaliza [valor global da ata] o montante de R\$ 173.086,35, transcorrendo-se o certame dentro dos critérios de legalidade, inclusive com participação de várias empresas, tudo devidamente registrado no procedimento eletrônico, de modo a que, pela justificativa para a contratação, constante no PAD, verifica-se a vantajosidade do serviço a ser prestado ao TRE/CE, com os veículos objeto do edital.

VII) ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

Com relação aos lances vencedores, observa-se que o objeto licitado foi adjudicado por valor inferior ao preço médio obtido na pesquisa levada a cabo pela Seção de Compras, viabilizando, assim, a aceitabilidade da proposta.

VIII) REGULARIDADE DA LICITANTE VENCEDORA

No que tange à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa vencedora, resta evidenciado, pelas certidões constantes dos autos, que aquela encontra-se regular perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Justiça do Trabalho.

Ademais, foi verificado que constam dos autos documentos que atestam a ausência de registro da citada licitante no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por

Ato de Improbidade Administrativa e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em atendimento à orientação ventilada no Acórdão TCU n.º 1.793/2011 – Plenário.

CONCLUSÃO

Destarte, considerando-se tão somente os quesitos acima analisados, sem prejuízo de eventual exame posterior em sede de procedimento de auditoria, ocasião na qual poderão ser examinadas outras questões não abrangidas na presente informação, esta unidade de controle interno encaminha o presente feito para deliberação da autoridade superior quanto à homologação do certame.

É a informação que submeto à consideração superior.

SCI, 9 de março de 2020.

(Assinado eletronicamente)

Rodrigo Ribeiro Cavalcante
Secretário de Controle Interno
SCI/TRE-CE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 035542/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 09/03/2020 15:25:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

INFORMAÇÃO DA ASDIR

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se da homologação do Pregão Eletrônico n.º 12/2020, cujo objeto é a contratação a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme especificações do Termo de Referência.

O presente certame licitatório é regido pela Lei n.º 10.520/2002, bem como, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/1993, com as alterações das Leis n.º 8.883/1994 e 9.648/1998. Cite-se ainda o Decreto n.º 10.024/2019.

A Seção de Licitações, no relatório final, informou que, após finalizados todos os procedimentos descritos na ata do certame, não houve registro de intenção de recurso, sendo o resultado adjudicado à empresa vencedora do certame, conforme consta no **Termo de Adjudicação (DOC/ PAD N.º 33706/2020)**.

Com efeito, esta Assessoria já se manifestou no presente processo para exame e aprovação do edital (**DOC PAD n.º 21099/2019**), nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, e agora se manifesta por ocasião da homologação do certame licitatório.

Ressalta-se que essa informação segue o padrão adotado pela Portaria Diger n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios.

A seguir, a análise jurídica do processo licitatório:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	DOC. PAD	OBSERVAÇÕES
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	PAD Nº 23631/2019	
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	199595/2019	DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA.
3. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	203941/2019	ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES.
4. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)?	N.A.		
5. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	SIM	205488/2019 – Item 2	
6. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05)?	SIM	21279/2020	
7. Há termo de referência (art. 9º, I, § 2º do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	205488/2019	

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA – GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO		PAD. N.º 5928/2019
8. Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente (art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	190.762/2019	
9. Foi realizada a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?	SIM	204623/2019	
10. Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II, art. 15, XII, “a”, da IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 15, XII, “b”, IN/SLTI 02/2008)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU.	N.A.		
11. Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no § 2º do art. 2º da IN/SLTI 05/2014, foi tal situação justificada? (art. 2º, § 3º da IN/SLTI 05/2014)	N.A.		
12. No caso de pesquisa com menos de três preços/fornecedores, foi apresentada justificativa? (art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)	N.A.		
13. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (art. 30, IV, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?	SIM	17899/2020	
14. Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no <i>caput</i> do art. 16?	N.A.		
15. Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015, e art. 34 da Lei nº 11.488/07)?	NÃO	19392/2020 (Capítulo II)	No item 2 – participação na licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas
15.1. Após a fase de lances foi verificado se havia fornecedor com direito ao exercício de preferência devido a alguma margem estipulada em regulamento?	N.A.		
15.2. Após cada desclassificação (não aceitação) ou inabilitação o direito de margem de preferência e o exercício dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, foram reanalisados?	N.A.		
16. Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	N.A.		
17. Foram observados os dispositivos legais que dispõem sobre a margem de preferência? (Decretos nºs 7546/ 2011 e 8538/2015)	N.A.		

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA – GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	PAD. N.º 5928/2019
--	---	---------------------------

18. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Portaria nº 3 de 3 de janeiro de 2020	
19. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)? O TCU firmou entendimento no sentido de que, em licitação na modalidade pregão, “o orçamento estimado em planilhas e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital”, devendo estar necessariamente inserido no processo relativo ao certame, conforme exigido pela Lei 10.520/02 (art. 3º, III, c/c o art. 4º, III) e pelo Decreto 5.450/05 (art. 30, III), acessível a quem o solicitar, ficando a critério do gestor a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir “dita peça” no edital como anexo – Acórdão 1888/2010 – Plenário)	SIM	19392/2020	
20. Análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)	SIM	21279/2020	
21. Publicação do aviso de edital (art. 4º, I e II, da Lei nº 10.520/02 e art. 17 do Decreto nº 5.450/05)	SIM	23570/2020	
21.1. No Aviso mencionado no item anterior, consta a definição do objeto da licitação, o número do processo, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtido, na íntegra, o edital, bem como o local de realização do certame (sítio da internet ou presencial)?	SIM	23570/2020	
22. Constam as seguintes comprovações ou declarações: a) de regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66); b) de regularidade com a Seguridade Social (INSS – art. 195, §3º, CF 1988); c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 2º, Lei 9.012/95); d) de consulta ao CADIN (inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/02, STF, ADI n. 1454/DF); e) de regularidade trabalhista (Lei 12.440/11); f) declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99; e g) verificação de eventual proibição para contratar com a Administração? h) BNDT- Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT) i) SICAF j) CNIA- Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ) k) CEIS- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU) l) Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).	SIM	8.172/2020	Necessário anexar consulta ao CADIN.
23. Houve manifestação técnica quanto à aceitação do objeto, da amostra ou quanto ao julgamento da licitação por parte das áreas demandantes (beneficiária ou especialista)?	SIM	35542/2020	
24. Houve tentativa de negociação com o melhor classificado, visando obter melhor preço, ainda que o valor estivesse abaixo do estimado?	SIM	33700/2020	

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA – GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	PAD. N.º 5928/2019
--	---	---------------------------

25. Caso esteja prevista no edital, a proposta final com os valores readequados ao valor total ofertado ou negociados com o melhor classificado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) está anexada ao processo?	SIM	33651/2020	
26. Houve intenção de Recurso?	NÃO		
26.1. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente?	N.A		
26.2. Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 5 dias para decisão do pregoeiro?	N.A		
26.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada?	N.A		
27. Houve item deserto ou fracassado?	N.A		
28. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa: a) ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação; b) propostas e documentos de habilitação exigidos no edital; c) atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e d) atos de adjudicação do objeto.	SIM	33721/2020 33706/2020 33702/2020	
29. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia?	SIM	DOC/PAD N.º /2019 [Verificada a ATA] 33700/2020	
30. Houve licitante vencedor na fase de lances que não é o adjudicatário, ou que não manteve a proposta, e tenha incidido em condutas que podem ser tipificadas no art. 7º da Lei 10.520, de 2002?	N.A		
30.1 Houve por parte do pregoeiro o registro do fato indicando a conduta e as evidências de infração ao art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e a consequente recomendação para autoridade competente proceder à instauração do procedimento administrativo?	N.A		

O ato homologatório, nos termos do art. 4º da Lei n.º 10.520/02, constitui o controle final da legalidade de todo o procedimento, convindo observar que, segundo o Tribunal de Contas da União, “*adjudicação e homologação não conferem ao licitante vencedor direito à execução do objeto. Esses atos geram apenas expectativa de direito, que somente serão confirmados com assinatura do contrato*”¹.

¹ Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU/ Tribunal de Contas da União. 4. ed. Brasília, DF: TCU, 2019. p. 111. *Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006*

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA – GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	PAD. N.º 5928/2019
--	---	---------------------------

Diante do exposto, verificando-se, conforme as informações prestadas, que foi atendida a legislação em toda sua tramitação, **opina-se pela homologação do ITEM 1 do certame, caso atendida a ressalva apontada no tópico 22 da presente lista de verificação.**

Em relação ao ITEM 2, sugerimos que a SELIC se manifeste acerca do enquadramento de empresas interessadas no objeto que se enquadrem no art. 48, I, da LC nº 123/06.

É o entendimento que se submete à consideração superior.

Fortaleza(CE), **data registrada no sistema.**

Lílian Rebouças de Araújo
Mat. n.º 77.412



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 037025/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	LILIAN REBOUCAS DE ARAUJO <i>Assinado eletronicamente em 10/03/2020 18:21:41</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



DESPACHO

R. h.



Trata-se, como relatado pela ASDIR, de procedimento cujo objeto é a contratação a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme especificações do Termo de Referência.

Realizados todos os atos concernentes ao pregão, na forma eletrônica, a pregoeira declarou que não houve intenção de recurso e adjudicou o certame conforme Relatório Final (doc. nº 33721/2020).

Assim, ao ensejo em que adoto como razões de decidir as informações da COLIC e da ASDIR, ex vi art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/99, bem como demonstrada a conveniência e oportunidade, e, ainda, por me encontrar na ordenação de despesas por força da Portaria nº 169/2019, **homologo o procedimento licitatório relativo ao ITEM 1 do Pregão Eletrônico n.º 12/2020.**

Dito isso, encaminhe-se à SOF [também para juntar consulta ao CADIN].

Após, à COLIC para informar se houve lances de empresas enquadradas no art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006 no item 2 e demais providências.

Fortaleza(CE), data registrada no sistema.

DIRETOR(A)-GERAL
[assinatura no sistema]



CERTIDÃO

Na condição de ordenador de despesas do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nos termos da Portaria n.º 169/2019, certifico, na presente data, a realização dos seguintes procedimentos no Sistema Comprasnet:

- () Decisão de Recurso Administrativo.
- () Anulação do Pregão Eletrônico n.º ____/2019.
- (X) Homologação (item 1) do Pregão Eletrônico n.º 12/2020.
- () Homologação da Cotação Eletrônica n.º ____/2019.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL [assinatura no sistema]



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 037031/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 10/03/2020 18:25:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Março de 2020.

À

SEÇÃO DE CONTRATOS



PARA INFORMAR O NÚMERO DO CONTRATO.

ALANA CASSIA CARLOS DE OLIVEIRA
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 037796/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALANA CASSIA CARLOS DE OLIVEIRA <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 15:39:29</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Março de 2020.



À
DIRETORIA-GERAL

Considerando que o edital do pregão não foi exclusivo para ME e EPP, que não foram interpostos recursos e que a empresa vencedora apresentou o menor preço, solicito que reanalise a questão e homologue os dois itens do pregão em questão.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 037863/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 16:18:02</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Março de 2020.



À
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ref. PAD 23.631/2019.

Ciente. De acordo.

Acolho a manifestação da COLIC (DOC PAD 37.863/2020) e retifico a decisão constante no DOC PAD 37.031/2020, unicamente para incluir também o item 2 do certame na homologação.

Para as devidas providências.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 037885/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 16:29:37</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Março de 2020.

À

SEÇÃO DE CONTRATOS



Para informar o número do contrato.

ALANA CASSIA CARLOS DE OLIVEIRA
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 037939/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALANA CASSIA CARLOS DE OLIVEIRA <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 17:00:45</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Março de 2020.

À
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Informamos o nº 10/2020 de contrato para emissão de Nota de Empenho.

JOSE MAGNO PINTO CAVALCANTE
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 037970/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JOSE MAGNO PINTO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 17:16:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

←

↻

http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?pagina=1&tamanhoPagina=20

Pesquisa...

Detalhamento das Sanções ...

ArquivoEditarExibirFavoritosFerramentasAjuda

PERÍODO DE VIGÊNCIA

NOME

CPF / CNPJ

UF DO SANCIONADO

ÓRGÃO SANCIONADOR

TIPO DE SANÇÃO

CPF / CNPJ: 16670085000155

LIMPAR

Data da consulta: 11/03/2020 17:32:38

Data da última atualização: 11/03/2020 14:12:52

Tabela de dados

IMPRIMIR

BAIXAR

REMOVER/ADICIONAR COLUNAS

PAINEL DE SANÇÕES

VISUALIZAÇÃO GR

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIF
Nenhum registro encontrado					

ANTERIOR

PRÓXIMA

Exibir 15 resultados

PAGINAÇÃO COMPLETA

Visualização gráfica

Windows

○ Digite aqui para pesquisar

Endereço

17:39

POR

PTB2

11/03/2020

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 11Mar20 NUMERO: 2020NE000249
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CNPJ : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080

CREDOR : 16670085/0001-55 - LOCALIZA RENT A CAR SA
ENDERECO : BERNARDO DE VASCONCELOS 377 CACHOEIRINHA
MUNICIPIO : 4123 - BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 31150-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

20CT0010 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, CONFOR
ME AS QUANTIDADES DE DIÁRIAS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMOS DE REFERÊN-
CIA E EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 E SEUS ANEXOS.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 01000000000 339033 000000 FUN LOCVEI1

TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO

AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: PAD 23631/2019

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: MG / 4123

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 173.086,35

CENTO E SETENTA E TRES MIL E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS***

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339033 SUBITEM: 03 -LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1.089 VALOR UNITARIO: 129,91

VALOR DO SEQ. : 141.471,99

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO SEDAN COMPACTO: POSSUIR, NO MÍNIMO, MOTOR 1.0, MOVI-
DOS A GASOLINA OU BICOMBUSTÍVEL, CAPACIDADE DE LOTAÇÃO PARA 5(CINCO) PASSAGEI-
ROS(INCLUINDO O MOTORISTA), AR CONDICIONADO, 4(QUATRO) PORTAS, PELÍCULA DE PRO
TEÇÃO SOLAR NOS VIDROS, ANO FABRICAÇÃO 2019 OU SUPERIOR. QUANTIDADE ESTIMADA
DIÁRIAS: 1.089. DEMAIS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 12/2020 E SEUS ANEXOS.

SUBTOTAL : 141.471,99

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSAO : 11Mar20 NUMERO: 2020NE000249 PROCESSO: PAD 23631/2019
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CREDOR : 16670085/0001-55 - LOCALIZA RENT A CAR SA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	218	VALOR UNITARIO:	145,02
			VALOR DO SEQ. :	31.614,36

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO SEDAN COMPACTO: POSSUIR, NO MÍNIMO, MOTOR 1.0, TRANS
MISSÃO AUTOMÁTICA, MOVIDOS A GASOLINA OU BICOMBUSTÍVEL, CAPACIDADE DE LOTAÇÃO
PARA 5(CINCO) PASSAGEIROS(INCLUINDO O MOTORISTA), AR CONDICIONADO, 4(QUATRO)
PORTAS, PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR NOS VIDROS, ANO FABRICAÇÃO 2019 OU SUPERIOR
QUANTIDADE ESTIMADAS DE DIÁRIAS: 218. DEMAIS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTI-
DAS NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 E SEUS ANEXOS.

T O T A L :	173.086,35
-------------	------------

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR

IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Fortaleza, 11 de Março de 2020.

À

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Para análise e providências cabíveis.

GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 038053/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 18:06:56</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



MARQUE X PARA DETALHAR CONTATO

SISBACEN 84571/0001-ALANA CAD. INF. CREDITOS NAO QUITADOS
TRANSACAO PISP600 CONSULTAS11032020 18:22
MISP6003-----
CPF OU CGC BASICO INADIMPLENTE: 16.670.085SIGLA CREDOR
COMPL./ NOME DEVEDOR

DT/HORA REGISTRO

■ 84247 AGENCIA NAC.VIGIL.SANI
0270-02 LOCALIZA RENTA A CAR S/A
_ EMFPG MF-PROC.GERAL FAZENDA
0553-08 LOCALIZA RENT A CAR S/A

15/10/2018-10:26

27/02/2020-01:43

ENTRA=SEGUE
F9=TRANSACAOF1=SOS
F5=PRIM. PAG.

Pag.: 001 -----

F3=RETORNA
F12=ENCERRA

Ambiente: Produção

Servidor: AIX



Digite aqui para pesquisar



Endereço



POR

18:29

PTB2

11/03/2020



Fortaleza, 11 de Março de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Para ciência e providências acerca da pendência com inscrição no CADIN conforme doc. PAD nº 38077/20.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 038087/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 18:31:24</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Março de 2020.



À
DIRETORIA-GERAL

Solicito autorização para retornar a fase do pregão, haja vista que a vencedora encontra-se inscrita no CADIN.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 038116/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 18:52:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Março de 2020.



À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ref. PAD 23.631/2019.

Ciente.

Diante da impossibilidade de contratação em face da certidão do CADIN (DOC PAD 38.077/2020), retome-se o certame licitatório.

Para providências.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 038120/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 18:56:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 11 de Março de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para retornar a fase do certame licitatório.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 038125/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 11/03/2020 18:58:36</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 12 de Março de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Uma vez que o edital e a legislação relativa às aquisições públicas não menciona o impedimento de contratar com as empresas constantes no CADIN, solicitamos que seja informado o motivo pelo qual inabilitaremos ou desclassificaremos a empresa declarada vencedora, visando evitar possível recurso ou até mesmo mandado de segurança junto ao Poder Judiciário, o que poderá vir a atrasar o procedimento e causar prejuízos a esta Administração.

Solicitamos ainda, que seja decidido quanto à inclusão deste requisito no editais, a fim de realizarmos os julgamentos das licitações de forma objetiva e clara aos participantes.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 038550/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 12/03/2020 14:08:44</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 12 de Março de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

A SOF em doc. 38087/2020 anexou pesquisa do CADIN dando ciência de que a empresa LOCALIZA encontra inscrita naquele cadastro. O Diretor Geral no doc.38120/2020 determinou que voltasse a fase do certame" Diante da impossibilidade de contratação com vencedor, em face do CADIN"

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 038822/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 12/03/2020 16:33:40</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

RPC LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES - EIRELI EPP CNPJ: 05.610.532/0001-64

Rua Tomas Acioli, 705 – Joaquim Távora – Fortaleza - CE

Fone / Fax: (85) 9.9956.0379 e-mail: rpc@rpcconstrucao.com.br



Validade da Proposta : 90 (noventa) dias , Á contar da data de abertura deste certame.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 - TRE/CE

PROPOSTA DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, CONFORME AS QUANTIDADES DE DIARIAS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 12/2020 E SEUS ANEXOS, CONFORME A SEGUIR:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNTD ESTIMADA DE DIARIAS	VALOR UNITARIO DA DIARIA	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior	Diaria	1089	R\$ 129,96	R\$ 141.526,44
2	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diaria	218	R\$ 159,86	R\$ 34.849,48

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 12/2020.

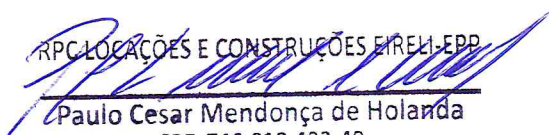
1. Identificação do licitante:

- Razão Social: RPC LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES – EIRELI; CNPJ: 05.610.532/0001-64, e Inscrição Estadual: 06.690198-7;
- Endereço completo: Rua Tomás Acioli, nº 705 - Joaquim Távora – Fortaleza – Ceará – CEP 60. 135-180, Banco do Brasil Ag.:3515-7 C/C: 111.499-9

2- Representante Legal:

Paulo Cesar Mendonça de Holanda, brasileiro, casado, Administrador, RG nº 94005027991 SSP-CE, CPF nº 746.018.493-49 domiciliado à Rua Eduardo Garcia, 813, apto. 1001, Aldeota, CEP 60.150-100. Fone: (85) 956.0379 e-mail: rpc@rpcconstrucao.com.br

Fortaleza, 16 de Março de 2020

RPC LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Paulo Cesar Mendonça de Holanda
CPF. 746.018.493-49
Titular-Administrador



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.610.532/0001-64
Razão Social: RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI
Nome Fantasia: RPC CONSTRUÇOES
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 24/04/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	27/06/2020
FGTS	Validade:	24/03/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	07/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	28/09/2019 (*)
Receita Municipal	Validade:	16/10/2019 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2020



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certidão Nº 2020/ 55320

CPF/CNPJ: 05.610.532/0001-64

Contribuinte: RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES EIRELI

Endereço: R TOMAS ACIOLI 705

JOAQUIM TAVORA

Tipo de Imóvel: Não Residencial

Inscrição ISS: 265949-2

Inscrição IPTU: 36339-1

Localização Cartográfica: 16 0151 0063 0000

Testada Principal (m): 11,40

Área do Terreno (m²): 407,00

Área Privativa (m²): 202.00

Área Comum (m²): 0,00

Certificamos, para os devidos fins, que **o(a) requerente** acima qualificado(a) está **quite com os tributos municipais até a presente data**, ressalvado porém, à Secretaria de Finanças, caso se constatar futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha a gravar **a pessoa ou o imóvel**, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Fortaleza, **19 de fevereiro de 2020** (10:05:09)

Certidão expedida gratuitamente com base nos artigos 534 a 563 do Regulamento do Código Tributário Municipal, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no site da SEFIN (www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

Validade: **90 dias**.

CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET
<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 202003118173

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 06.690.198-7
CNPJ / CPF: 05.610.532/0001-64
RAZÃO SOCIAL: RPC LOCACOES E CONSTRUCOES EIRELI EPP

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 10/03/20 ÀS 15:18:40
VÁLIDA ATÉ 09/05/2020

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.610.532/0001-64
Razão Social: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI
Nome Fantasia: RPC CONSTRUcoes
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.610.532/0001-64
Razão Social: RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI
Nome Fantasia: RPC CONSTRUCOES
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.610.532/0001-64
Razão Social: RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI
Nome Fantasia: RPC CONSTRUCOES
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.610.532/0001-64
Razão Social: RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI
Nome Fantasia: RPC CONSTRUCOES
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	N ^a Registro	Data de Validade
CRA-CE	632019	31/12/2019
CREA-CE	1933902019	31/12/2019



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.610.532/0001-64
Razão Social: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI
Nome Fantasia: RPC CONSTRUcoes
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Balanço anual - 12/2018

Exercício Financeiro:

Período: 01/2018 a 12/2018 Validade: 04/2020

Certidão de Falência / Recuperação

Data de Validade: 08/09/2019
Código de Controle: 4858



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Dirigente

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.610.532/0001-64
Razão Social: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI
Nome Fantasia: RPC CONSTRUcoes
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 746.018.493-49
Nome: PAULO CESAR MENDONCA DE HOLANDA
Carteira de Identidade: 94005027991 Órgão Expedidor: SSP/CE
Data de Expedição: 29/11/1994 Data de Nascimento: 18/06/1977
Filiação Materna: MARIA DO SOCORRO MENDONCA DE HOLANDA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 619.242.703-82
Nome: NARA SUNALLY DIAS FERREIRA HOLANDA
Carteira de Identidade: 95029220501 Órgão Expedidor: SSPCE
Data de Expedição: 17/12/2009

CEP: 60.150-100
Endereço: RUA EDUARDO GARCIA, 813 - APTO 1001 - ALDEOTA
Município / UF: Fortaleza / Ceará
Telefone: (85) 91982426
Email: rpc@rpcconstrucao.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.610.532/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/04/2003
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RPC CONSTRUcoes	PORTE EPP
--	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 84.11-6-00 - Administração pública em geral 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 43.99-1-01 - Administração de obras 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári
--

LOGRADOURO R TOMAS ACIOLI	NÚMERO 705	COMPLEMENTO *****
-------------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP 60.135-180	BAIRRO/DISTRITO JOAQUIM TAVORA	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE
--------------------------	--	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO RPC@RPCCONSTRUCAO.COM.BR	TELEFONE (85) 9956-0379
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/04/2003
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/03/2020** às **15:10:49** (data e hora de Brasília).

Página: **1/2**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.610.532/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/04/2003
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI
--

<p>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</p> <p>43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica</p> <p>43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás</p> <p>43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração</p> <p>43.91-6-00 - Obras de fundações</p> <p>43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente</p> <p>42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas</p> <p>43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas</p> <p>71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia</p> <p>33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial</p> <p>42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos</p> <p>71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia</p> <p>78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária</p> <p>43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras</p> <p>49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista</p> <p>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</p> <p>49.24-8-00 - Transporte escolar</p>

<p>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</p> <p>230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári</p>

LOGRADOURO R TOMAS ACIOLI	NÚMERO 705	COMPLEMENTO *****
-------------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP 60.135-180	BAIRRO/DISTRITO JOAQUIM TAVORA	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE
--------------------------	--	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO RPC@RPCCONSTRUCAO.COM.BR	TELEFONE (85) 9956-0379
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/04/2003
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/03/2020** às **15:10:49** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 05610532000164**LIMPAR****Data da consulta:** 16/03/2020 15:25:14**Data da última atualização:** 16/03/2020 12:00:09

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (16/03/2020 às 15:26) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 05.610.532/0001-64.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5E6F.C4F3.220A.6219 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI**

CPF/CNPJ: **05.610.532/0001-64**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:23:59 do dia 16/03/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: RI59160320152359

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

OPCAO	DESCRICAO	INFORME OS CAMPOS		
----	-----	---1---	2----	3---
1	CONSULTA CGC/CPF INADIMPLENTE	X	X	
2	CONSULTA POR TERMO DO NOME			X
----	-----	-----	-----	-----

OPCAO: 1 1- CGC...: 05610532
 2- CPF...: _____
 3- TERMO DO NOME: a) _____
 b) _____
 c) _____

OBS: Na opcao 2, sempre que possivel, informe mais de um TERMO DO NOME para tornar mais rapida a consulta.

ENTRA/ENTER=SEGUE
PF1/13=S.O.S

PF3/15=RETORNA
PF12/24=ENCERRA

Pregão Eletrônico

Este pregão possui 1 Ata Complementar

[Ver Ata Original](#)

70007 .122020 .12238 .4411 .8268632424



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1 Nº 00012/2020

Às 14:00 horas do dia 16 de março de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 03/2020 de 03/01/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 23631/2019, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00012/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, observadas as quantidades de diárias e especificações do Edital e seus anexos., tendo em vista Conforme decisão da autoridade superior competente, diante da impossibilidade de contratação em face do registro positivo no CADIN..

Item: 1

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 1.089

Valor Estimado: R\$ 183.496,5000

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 141.530,0000 e com valor negociado a R\$ 141.526,4400 .

Item: 2

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 218

Valor Estimado: R\$ 43.260,4600

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 34.850,0000 e com valor negociado a R\$ 34.849,4800 .

Histórico

Item: 1 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Volta de Fase	13/03/2020 08:33:13	Volta de Fase para Habilitação
Inabilitado	16/03/2020 14:10:51	Inabilitação de proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000 e com valor negociado a R\$ 141.471,9900. Motivo: Diante da impossibilidade de contratação em face da certidão positiva no CADIN.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	16/03/2020 14:15:26	Convocado para envio de anexo o fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 16/03/2020 16:13:05
Por: ALINY GUERRA VALE

Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	16/03/2020 14:47:40	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64.
Aceite	16/03/2020 14:57:03	Aceite individual da proposta. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, pelo melhor lance de R\$ 141.530,0000 e com valor negociado a R\$ 141.526,4400. Motivo: Valor ajustado para que o valor unitário corresponda ao valor total.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	16/03/2020 15:06:37	Convocado para envio de anexo o fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	16/03/2020 15:19:31	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64.
Habilitado	16/03/2020 15:45:12	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI - CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 2 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Volta de Fase	13/03/2020 08:33:13	Volta de Fase para Habilitação
Inabilitado	16/03/2020 14:11:19	Inabilitação de proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000 e com valor negociado a R\$ 31.614,3600. Motivo: Diante da impossibilidade de contratação em face da certidão positiva no CADIN.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	16/03/2020 14:15:39	Convocado para envio de anexo o fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	16/03/2020 14:47:58	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64.
Aceite	16/03/2020 14:58:21	Aceite individual da proposta. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, pelo melhor lance de R\$ 34.850,0000 e com valor negociado a R\$ 34.849,4800. Motivo: Valor ajustado para que o valor unitário corresponda ao valor total.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	16/03/2020 15:06:51	Convocado para envio de anexo o fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	16/03/2020 15:19:51	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64.
Habilitado	16/03/2020 15:45:12	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI - CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	13/03/2020 08:33:13	Este pregão foi reagendado para 16/03/2020 14:00.
Sistema	13/03/2020 08:33:13	Sr(s) fornecedor(es), os itens 1 e 2 estão retornando à fase de Habilitação.
Pregoeiro	16/03/2020 14:05:11	Boa tarde, senhores licitantes. De acordo com o despacho da autoridade competente, estamos voltando à fase de aceitação de propostas neste certame.
Pregoeiro	16/03/2020 14:06:30	Tal decisão foi motivada: Diante da impossibilidade de contratação em face da certidão po
Pregoeiro	16/03/2020	Tal decisão foi motivada: Diante da i

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 16/03/2020 16:13:05

Por: ALINY GUERRA VALE

	14:07:34	certidão positiva da empresa LOCALIZA RENT A CAR no CADIN.
Pregoeiro	16/03/2020 14:13:24	Por conseguinte chamamos a próxima colocada no certame para que anexe a proposta ao sistema no prazo de 2 (duas) horas, partir da convocação do sistema conforme item 4.7 do edital.
Pregoeiro	16/03/2020 14:15:04	Para RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI - Sr. Fornecedor, conforme o edital, o prazo para envio das alíneas do item 4.8, é de 2 (duas) horas, a contar da convocação do sistema, solicitamos que utilize o Modelo de proposta, Anexo I do Edital.
Sistema	16/03/2020 14:15:26	Senhor fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	16/03/2020 14:15:39	Senhor fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, solicito o envio do anexo referente ao ítem 2.
Sistema	16/03/2020 14:47:40	Senhor Pregoeiro, o fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, enviou o anexo para o ítem 1.
Sistema	16/03/2020 14:47:58	Senhor Pregoeiro, o fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, enviou o anexo para o ítem 2.
Pregoeiro	16/03/2020 14:54:09	A proposta anexada pela empresa RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI está de acordo com as exigências estabelecidas no edital. Faremos a aceitação no sistema.
Pregoeiro	16/03/2020 14:58:32	Posuiremos a fase de habilitação da empresa RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES, conforme preconiza o Capítulo VIII do Edital. Para tanto, faremos consulta da documentação fiscal da empresa no SICAF, bem como consulta sobre a existência de débitos trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, do TST...
Pregoeiro	16/03/2020 14:58:53	A etapa de habilitação compreenderá ainda as consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União, ...
Pregoeiro	16/03/2020 14:59:06	... à consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal, à consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante, sendo inabilitada a que esteja impedida de contratar no cadastro CEIS, que não possua atividade pertinente e compatível com o objeto e que possua dentre os sócios, servidores e/ou dirigente do TRE/CE.
Pregoeiro	16/03/2020 14:59:44	Aguardem conectados enquanto realizamos as consultas necessárias.
Pregoeiro	16/03/2020 15:05:12	Para RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI - Irei convocá-lo para que anexe a certidão municipal e estadual no sistema, pois essas certidões estão vencidas no SICAF.
Sistema	16/03/2020 15:06:37	Senhor fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	16/03/2020 15:06:51	Senhor fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, solicito o envio do anexo referente ao ítem 2.
Sistema	16/03/2020 15:19:31	Senhor Pregoeiro, o fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, enviou o anexo para o ítem 1.
Sistema	16/03/2020 15:19:51	Senhor Pregoeiro, o fornecedor RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, enviou o anexo para o ítem 2.
Pregoeiro	16/03/2020 15:43:08	Realizamos as consultas necessárias e diante da comprovação de habilitação da empresa, realizaremos a habilitação no sistema.
Pregoeiro	16/03/2020 15:44:57	Está aberto o prazo para registro de intenção de recursos.
Sistema	16/03/2020 15:45:12	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ‘aceito e habilitado’ ou ‘cancelado no julgamento’.
Pregoeiro	16/03/2020 15:45:37	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 16/03/2020 às 16:06:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Volta de Fase	13/03/2020 08:33:13	Conforme decisão da autoridade superior competente, diante da impossibilidade de contratação em face do registro positivo no CADIN.. Reagendado para: 16/03/2020 14:00
Abertura de Prazo	16/03/2020 15:45:12	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	16/03/2020 15:45:37	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 16/03/2020 às 16:06:00.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 16/03/2020 16:13:05

Por: ALINY GUERRA VALE

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:09 horas do dia 16 de março de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ALINY GUERRA VALE
Pregoeiro Oficial

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Equipe de Apoio

[Ver Ata Original](#)



Imprimir o
Relatório

Voltar





Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 040516/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 16/03/2020 16:13:05</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

PREGÃO ELETRÔNICO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Pregão Eletrônico Nº 00012/2020

RESULTADO POR FORNECEDOR

05.610.532/0001-64 - RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	<u>Locação de Veículos - Leves / Pesados</u>	Unidade	1089	R\$ 183.496,5000	R\$ 129,9600	R\$ 141.526,4400

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

2	<u>Locação de Veículos - Leves / Pesados</u>	Unidade	218	R\$ 43.260,4600	R\$ 159,8600	R\$ 34.849,4800
---	--	---------	-----	-----------------	--------------	-----------------

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Total do Fornecedor: R\$ 176.375,9200

Valor Global da Ata: R\$ 176.375,9200

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.



Imprimir o
Relatório

Voltar



Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 16/03/2020 16:15:15

Por: ALINY GUERRA VALE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 040524/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 16/03/2020 16:15:15</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Pregão Eletrônico



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 00012/2020

Às 16:16 horas do dia 16 de março de 2020, após analisado o resultado do Pregão nº 00012/2020, referente ao Processo nº 23631/2019, o pregoeiro, Sr(a) ALINY GUERRA VALE, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 1.089

Valor Estimado: R\$ 183.496,5000

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Adjudicado para: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 141.530,0000 , com valor negociado a R\$ 141.526,4400 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	05/03/2020 16:29:13	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, Melhor lance: R\$ 141.480,0000, Valor Negociado: R\$ 141.471,9900
Volta de Fase	13/03/2020 08:33:13	Volta de Fase para Habilitação
Adjudicado	16/03/2020 16:16:47	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, Melhor lance: R\$ 141.530,0000, Valor Negociado: R\$ 141.526,4400

Item: 2

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 218

Valor Estimado: R\$ 43.260,4600

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Adjudicado para: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 34.850,0000 , com valor negociado a R\$ 34.849,4800 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	05/03/2020	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006 Em: 16/03/2020 16:18:08 Por: ALINY GUERRA VALE

16/03/2020

COMPRASNET - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

	16:29:13	16.670.085/0001-55, Melhor lance: R\$ 31.615,0000, Valor Negociado: R\$ 31.614,3600
Volta de Fase	13/03/2020 08:33:13	Volta de Fase para Habilitação
Adjudicado	16/03/2020 16:16:47	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, Melhor lance: R\$ 34.850,0000, Valor Negociado: R\$ 34.849,4800

Fim do documento



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 040530/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 16/03/2020 16:18:08</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

RELATÓRIO FINAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020

Atendida à determinação da Diretoria-Geral contida no doc. PAD n.º 38.120/2020, foi realizada a inabilitação da empresa LOCALIZA RENT A CAR SA e o retorno do certame à Fase de Aceitação de Propostas para os itens do P.E. nº 12/2020.

A proposta da empresa RPC LOCACOES E CONSTRUÇOES encontra-se no doc. PAD n.º 40.481/2020, e a documentação de Habilitação no doc. PAD n.º 40.482/2020.

Foi gerada Ata Complementar nº 1, doc. PAD nº 40.516/2020, onde pode-se acompanhar os procedimentos de reabertura do certame, bem como Resultado por Fornecedor (doc. PAD n.º 40.524/2020).

Enviamos este processo à COLIC para ciência e encaminhamento à Secretaria de Administração - SAD para providências, à Secretaria de Controle Interno - SCI para se manifestar quanto à legalidade do certame e, após, à autoridade superior para fins **homologação**, na ferramenta de pregão eletrônico existente no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Fortaleza/CE, 16 de março de 2020.

Aliny Guerra Vale
Seção de Licitações – SELIC



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 040549/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 16/03/2020 16:31:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 16 de Março de 2020.



À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Para ciência e encaminhamento.

ALINY GUERRA VALE
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 040553/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 16/03/2020 16:33:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 16 de Março de 2020.



À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para providenciar a homologação do certame.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 040644/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 16/03/2020 17:27:09</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Assunto: Irregularidade: TRE CE - pe nº 12/2020
De: Michael Souza <michael.souza@localiza.com>
Data: 16/03/2020 22:11
Para: "selic@tre-ce.jus.br" <selic@tre-ce.jus.br>

Prezada sra. pregoeira Maria de Fátima e Comissão de Licitações,

Referente ao Pregão Eletrônico nº 12/2020, realizado por este Douto Tribunal visando a locação de veículos, registramos a perplexidade desta empresa, nesta data, diante da inabilitação da proposta comercial da Localiza Rent a Car S/A sob a alegação da impossibilidade de celebrar o contrato em face do registro positivo no CADIN, uma vez que muitos são os fatos que demonstram que a inscrição no Cadastro de Inadimplentes - CADIN, por si só, não impede a celebração de contrato administrativos.

Conforme ainda com o Capítulo VIII na página 8/26 do instrumento convocatório, é solar que não consta a exigência de comprovação de regularidade no CADIN como requisito de habilitação, o que afrontaria a Lei nº 8.666/93, que **limita** ao rol fixado nos artigos 27 e 31. Ademais, o CADIN foi criado pela Lei nº 10.522/02, onde, apresenta a relação de empresas que estejam em situação irregular junto aos cadastros do Ministério da Fazenda ou que possuem obrigações não pagas com órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Destaca-se que o art. 6º da Lei nº 10.522/02 indica que é “**obrigatória a consulta prévia ao Cadin**, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para: (...) III – celebração de convênios, acordos, ajustes ou **contratos** que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, **e respectivos aditamentos**”. A norma é muito clara ao criar uma regra para que a Administração, obrigatoriamente, realize a consulta ao Cadin **para celebrar contratos administrativos e seus termos aditivos**, porém **não regrou que caso esteja inscrito será impedido de assinar o contrato**. A Lei ora em comento apenas alude a **consulta no Cadin**.

Respeitosamente, ressalta-se que, **o equívoco cometido pela autoridade competente em seu despacho**, que determinou a inabilitação desta empresa, é observado também pelo fato do processo ainda se quer estar homologado. Logo, não deve a Administração Pública inabilitar uma empresa em momento incompatível com a norma. Não há o que falar em impedimento em contratar com a Administração Pública Federal.

Destaca-se que o Tribunal de Contas da União determinou: “(...) abstenha-se de estabelecer (...) para efeito de habilitação dos interessados, exigências que excedam os limites fixados nos arts. 27 a 33 da Lei nº 8.666/93” (Processo nº TC-002.145/2003-1. Acórdão nº 808/2003 – Plenário).

Nesse sentido, observe ainda o posicionamento da mesma Corte de Contas da União quando ao CADIN:

Celebração de contrato com empresa inscrita no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin)

(...)

*Verifica que se trata de norma restritiva e que, por esta razão, não pode ser interpretada de forma ampliativa.”. Em seu voto, o relator destacou que o art. 6º, III, da Lei n.º 10.522/2002, “**não veta, de modo absoluto, a celebração de contratos com empresa inscrita no Cadin, vez que o citado artigo de lei prescreve apenas quanto à consulta prévia ao Cadin**”. Dessa forma, não há vedação legal para a contratação de empresas inscritas no Cadin. Permanece em vigor a obrigatoriedade de consulta prévia ao cadastro, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para a celebração de contratos que envolvam o desembolso de recursos públicos. **Trata-se de medida de pouca efetividade prática, uma vez que a inscrição ou não no Cadin não trará qualquer consequência em relação às contratações a serem realizadas**”. Acolhendo o voto do relator, deliberou o Colegiado no sentido de dar provimento parcial ao recurso para tornar insubsistente o subitem 1.7.3 do Acórdão n.º 5502/2008-2.ª Câmara. Acórdão n.º 6246/2010-2ª Câmara, TC-009.487/2004-8, rel. Min. Raimundo Carreiro,*

26.10.2010.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, posicionou-se neste sentido:

Ementa: ADMINISTRATIVO. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGULAR SITUACÃO JUNTO AO CADIN. DESNECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL. PRECEDENTES

2. Esta Corte posiciona-se no sentido de que a existência de registro no CADIN não impede a empresa de participar de licitação, salvo se a inscrição decorrer de débito para com o sistema de seguridade social (§ 3º do art. 195 da Constituição Federal): 3. Remessa oficial não provida. (Grifo e negrito nosso) (TRF – REO 5079 GO 0005079-46.2006.4.01.3504)

Ressalta-se que **o Tribunal de Contas da União pode ter ventilado** a possibilidade de a Administração Pública não celebrar contratos com empresas registradas no CADIN, contudo, **o Superior Tribunal Federal - STF, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 1454/DF**, declarou a constitucionalidade do art. 6º da Lei nº 10.522/02 e indicou que a “criação de cadastro no âmbito da Administração Pública Federal e a simples obrigatoriedade de sua prévia consulta por parte dos órgãos e entidades que a integram não representam, por si só, impedimento à celebração dos atos previstos no art. 6º do ato normativo impugnado”. **A partir desse julgamento, a jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciário assentou-se no sentido de que não existe vedação à contratação de empresas inscritas no Cadin.**

Este entendimento é de grande relevância uma vez que compete exclusivamente à união legislar sobre as normas gerais de licitação – inciso XXVII, artigo 22 da CF – e o alcance das Decisões do TCU está expresso na Súmula nº 222:

Súmula nº 222

As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Diante de todo o exposto, mesmo não sendo fato de inabilitação, conforme determinado pelos Tribunais de Contas **o impedimento de celebrar o contrato só poderia existir mediante clara constatação do registro no CADIN ser em decorrência de restrição com os documentos de regularidade fiscal**, que são exigidos no art. 29 da Lei nº 8666/93.

Por fim, **diante do apontamento da irregularidade**, solicitamos que seja revista a decisão que inabilitou a proposta comercial da Localiza Rent a Car S/A, para que a Autoridade Competente mantenha a habilitação desta empresa como vencedora dos itens 01 e 02.

Respeitosamente,

Michael Souza

Gerência Segmento Setor Público

+55 (31) 3247-7866

localizahertz.com



Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos.

This message and its attachments may contain confidential or privileged information and can not be forwarded without previous authorization of the sender. If you are not the recipient or an authorized person to receive it, we inform that its use, disclosure, copying or storage is prohibited.

Este mensaje, incluyendo sus adjuntos, puede contener información privilegiada y/o de carácter confidencial, no pudiendo ser retransmitido sin la autorización del remitente. En el caso que Usted no sea el destinatario o la persona autorizada para recibirlo, informamos que está prohibido su uso, divulgación, fotocopia o archivo.



Fortaleza, 17 de Março de 2020.



Informamos sobre o e-mail, doc. PAD 41.296/2020, enviado pelo representante da empresa Localiza Rent a Car S/A solicitando revisão da decisão que a inabilitou no PE 12/2020.

Ainda que a intenção de recurso não tenha sido feita no Comprasnet e tempestivamente, entendemos que a solicitação deve ser apreciada porquanto o Edital do pregão em comento não arrola a certidão do CADIN no Capítulo VIII – DA HABILITAÇÃO.

ALINY GUERRA VALE
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 041398/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ALINY GUERRA VALE <i>Assinado eletronicamente em 17/03/2020 14:34:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 17 de Março de 2020.

À

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL



Para análise do e-mail encaminhado pela empresa Localiza.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 041420/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 17/03/2020 14:40:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 18 de Março de 2020.

À

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA



Ref. PAD 23.631/2019.

Solicito prévio parecer dessa unidade de controle interno acerca da petição apresentada no DOC 41.296/2020, à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União acerca da matéria.

Em seguida, assim informado, retorne-se.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 042314/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 18/03/2020 13:38:19</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 18 de Março de 2020.



À

SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO À GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para análise, consoante despacho da DGER.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 042383/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 18/03/2020 14:05:56</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão

INFORMAÇÃO/SAGES/COGES/SCI N.º 12/2020

Referência: Processo Administrativo Digital n.º 23.631/2019
Interessado: Secretaria de Administração
Assunto: Administrativo. Pregão Eletrônico n.º 12/2020. Inscrição no Cadin. Licitante vencedora. Considerações.

Senhor Secretário,

A Diretoria-Geral solicita manifestação desta unidade de controle, à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, quanto ao requerimento (Doc. 41.296/2020) apresentado pela empresa LOCALIZA RENT A CAR SA, licitante originariamente vencedora dos dois itens objeto do Pregão Eletrônico n.º 12/2020, posteriormente desclassificada em face da ulterior verificação de sua inscrição no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais (Cadin).

O requerimento em questão contesta a decisão da Administração que a eliminara do certame com base unicamente na verificação de sua inscrição no Cadin, alegando que a obrigação prevista na Lei do Cadin (Lei n.º 10.522/2002) é de mera consulta e não requisito para a contratação pelo poder público, não se enquadrando, portanto, nas condições de habilitação previstas no rol do art. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/1993. Cita, ainda, em seu favor, precedentes da Justiça Federal, Supremo Tribunal Federal e Tribunal de Contas da União.

Preliminarmente, destacamos que, nos termos do item II, "c", do **Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ**, foi exarada determinação aos dirigentes dos órgãos do Poder Judiciário, no sentido de que **a unidade ou núcleo de controle interno dos respectivos tribunais se abstenha de realizar atividades próprias e típicas de gestão, tais como: "c.6) decisão ou aprovação de objeto a ser contratado", "c.7) enfrentamento de questões jurídicas provocadas pelo gestor" e "c.8) exercício de práticas de atividades de assessoria jurídica, que possam comprometer a independência de atuação da unidade ou núcleo de controle interno"**, razão pela qual efetuaremos a presente análise nos estritos termos do art. 5º-C, inciso I, "a", item 1, do Resolução TRE-CE nº 303/2006, o qual determina que incumbe à Sages *"executar as atividades de acompanhamento, orientação e emissão de pareceres que visem racionalizar a execução da despesa, bem como aumentar a eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial"*.

De início, resta consignar que a Lei n.º 10.522/2002 regula a figura do *Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal* (Cadin), estabelecendo que este conterá a relação das pessoas físicas e jurídicas que: **a) sejam responsáveis por obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, para com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta; b) estejam com a inscrição nos cadastros indicados, do Ministério da Fazenda, com situação cancelada no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou declarada inapta perante o Cadastro Geral de Contribuintes – CGC.**

O mesmo diploma legal estatui em seu art. 6º, inciso III, que *"é obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para (...) celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos"*.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão

A redação do dispositivo, notadamente quanto à inteligência da expressão “consulta prévia” gerou uma série de questionamentos em relação a possível interpretação de que a ausência de cadastro no Cadin constituiria requisito inafastável para a contratação de terceiros pela Administração Pública, redundando tal situação de incerteza no ajuizamento de **Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1454/DF** pela Confederação Nacional da Indústria, questionando a constitucionalidade do art. 6º da Lei n.º 10.522/2002.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a matéria, afastou quaisquer dúvidas quanto ao real alcance do dispositivo, enfatizando que **a obrigação de consulta ao Cadin pelos órgãos da Administração Pública por si só não configura impedimento à celebração de contratos administrativos**, declarando a constitucionalidade da norma citada, conforme ementa abaixo:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA 1.442, DE 10.05.1996, E SUAS SUCESSIVAS REEDIÇÕES. CRIAÇÃO DO CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL - CADIN. ARTIGOS 6º E 7º. **CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 6º RECONHECIDA, POR MAIORIA, NA SESSÃO PLENÁRIA DE 15.06.2000.** MODIFICAÇÃO SUBSTANCIAL DO ART. 7º A PARTIR DA REEDIÇÃO DO ATO IMPUGNADO SOB O NÚMERO 1.863-52, DE 26.08.1999, MANTIDA NO ATO DE CONVERSÃO NA LEI 10.522, DE 19.07.2002. DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO, QUANTO AO ART. 7º, NA SESSÃO PLENÁRIA DE 20.06.2007.

1. A criação de cadastro no âmbito da Administração Pública Federal e a simples obrigatoriedade de sua prévia consulta por parte dos órgãos e entidades que a integram não representam, por si só, impedimento à celebração dos atos previstos no art. 6º do ato normativo impugnado.

2. A alteração substancial do art. 7º promovida quando da edição da Medida Provisória 1.863-52, de 26.08.1999, depois confirmada na sua conversão na Lei 10.522, de 19.07.2002, tornou a presente ação direta prejudicada, nessa parte, por perda superveniente de objeto.

3. Ação direta parcialmente prejudicada cujo pedido, no que persiste, se julga improcedente.

(ADI 1454, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 20/06/2007, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03-08-2007 PP-00029 EMENT VOL-02283-01 PP-00184 LEXSTF v. 29, n. 346, 2007, p. 29-50)

No âmbito do Tribunal de Contas da União **a questão resta igualmente pacificada**, ao afastar a inscrição no Cadin, considerada isoladamente, como impedimento de contratar, conforme os seguintes julgados:



Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 40

[Acórdão n.º 6246/2010 – 2ª Câmara]

Celebração de contrato com empresa inscrita no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin)

Ao apreciar a prestação de contas da Refinaria Alberto Pasqualini S.A. – Refap, relativa ao exercício de 2003, a Segunda Câmara, por intermédio do Acórdão n.º 5.502/2008, julgou regulares com ressalva as contas dos responsáveis e expediu determinações à entidade (item 1.7), dentre elas: **“1.7.3. não contrate com qualquer empresa de um grupo em que haja ente inscrito no Cadin (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal), mesmo na qualidade de consórcio, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 10.522/2002;”**.

Contra a aludida determinação, a Refap interpôs recurso de reconsideração, alegando “não existir qualquer norma que impeça que o grupo Petrobras, no qual está incluída a REFAP, contrate empresas inscritas no CADIN”.

Além disso, “não vislumbra o caráter determinante quanto ao destino da contratação no art. 6º, inciso III da Lei n.º 10.522/2002, pois o texto legal exige a consulta, mas não estabelece o impedimento de contratação com empresas inscritas naquele cadastro. Verifica que se trata de norma restritiva e que, por esta razão, não pode ser interpretada de forma ampliativa.”.

Em seu voto, o relator destacou que o art. 6º, III, da Lei n.º 10.522/2002, “não veta, de modo absoluto, a celebração de contratos com empresa inscrita no Cadin, vez que o citado artigo de lei prescreve apenas quanto à consulta prévia ao Cadin”.

O relator fez menção, ainda, ao seguinte trecho do voto condutor do Acórdão n.º 390/2004-Plenário: “A Medida Provisória nº 1.490, de 07/06/1996, assim estabelecia: ‘Art. 6º É obrigatória a consulta prévia ao CADIN, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para: [...] III - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos. [...] Art. 7º A existência de registro no CADIN há mais de trinta dias constitui fator impeditivo para a celebração de qualquer dos atos previstos no artigo anterior.’ Assim, pelo disposto no seu art. 7º, seria vedada a contratação de empresas inscritas no Cadin.

O STF, em julgamento de 19/06/1996, concedeu medida liminar suspendendo os efeitos desse art. 7º. Tal ação ainda não foi julgada no mérito. O próprio Poder Executivo, entretanto, quando da edição da MP nº 1863-52, de 26/08/1999, norma que tratava do Cadin, excluiu o



referido art. 7º. E a própria Lei nº 10.522/02, oriunda da conversão da medida provisória, também não trouxe esse dispositivo.

Dessa forma, não há vedação legal para a contratação de empresas inscritas no Cadin. Permanece em vigor a obrigatoriedade de consulta prévia ao cadastro, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para a celebração de contratos que envolvam o desembolso de recursos públicos. Trata-se de medida de pouca efetividade prática, uma vez que a inscrição ou não no Cadin não trará qualquer consequência em relação às contratações a serem realizadas.”.

Acolhendo o voto do relator, deliberou o Colegiado no sentido de dar provimento parcial ao recurso para **tornar insubsistente o subitem 1.7.3 do Acórdão n.º 5502/2008-2.ª Câmara.**

Acórdão n.º 6246/2010-2ª Câmara, TC-009.487/2004-8, rel. Min. Raimundo Carreiro, 26.10.2010.

Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 44

[Acórdão n.º 7821/2010 – 1ª Câmara]

Obrigatoriedade da consulta ao CADIN antes da formalização do contrato

Por intermédio do Acórdão n.º 3695/2009-1ª Câmara, o Tribunal expediu a seguinte determinação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: “1.5.1.1. promova, quando da formalização dos processos licitatórios e contratos, as pesquisas prévias no Cadin, em respeito ao art. 6º, inciso III, da Lei n.º 10.522/2002, devendo, ainda, serem anexadas as comprovações da pesquisa;”.

Contra essa decisão o aludido banco interpôs recurso de reconsideração, sob o argumento de que “a consulta ao CADIN, em matéria de licitações e contratos administrativos, dada a inexistência de sanções ou impedimentos relacionais, não possui qualquer efeito prático”.

Ao examinar o recurso, o Ministério Público junto ao TCU aduziu que, com a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADIn n.º 1.454-4/DF, a discussão encontra-se superada, no sentido de que a obrigatoriedade da consulta não significa proibição de contratar com aqueles que constam do cadastro.

Além disso, **“a ausência ou não de consulta ao CADIN não necessariamente levará a contratações de empresas ou entidades que constem daquele cadastro, desde que, no mínimo, tais contratações avaliem previamente a regularidade fiscal dos interessados, nos termos do artigo 27 da Lei nº 8.666/93; do artigo 3º, § 2º, incisos III, alínea a, e V**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão

do Decreto nº 6.170/2007 e do artigo 18, inciso VI, da Portaria MP/MF/MCT 127/2008, dentre outros dispositivos. Nesse contexto, embora a consulta ao CADIN possa parecer inócua é obrigatória por Lei. E mesmo considerando que o simples fato de constar do cadastro não seja, isoladamente, um fator impeditivo para a celebração de contratos ou outros ajustes com a Administração Pública, a consulta poderá auxiliar na verificação das informações prestadas pelos administrados e pelos demais órgãos da Administração, em especial as constantes em certidões e declarações. [...] com base na literalidade do dispositivo legal que fundamentou a determinação atacada, diferentemente do entendimento manifestado pela unidade técnica, o MP/TCU entende que deve ser provido parcialmente o recurso apresentado, no sentido de reformar o Acórdão recorrido e excluir da determinação contida no subitem 1.5.1.1 a expressão 'processos licitatórios' [...]".

O relator anuiu às considerações do Parquet especializado, no que foi acompanhado pelos demais ministros. **Acórdão n.º 7832/2010-1ª Câmara, TC-015.130/2006-0, rel. Min. Valmir Campelo, 23.11.2010.**

[Acórdão n.º 1134/2017 - Plenário]

[Relatório de Auditoria]

O fato de a empresa estar inscrita no Cadin não significa estar impossibilitada de ser contratada ou ter a prorrogação de seu contrato. Contudo, tal situação pode servir de alerta à administração no sentido de refinar consultas, de forma a comprovar a capacidade e a presença de impeditivos à continuidade do contrato.

No caso específico da Expander, que culminou na rescisão contratual, tal cuidado poderia ser útil para a decisão sobre a última prorrogação.

Assim, entende-se que a impropriedade verificada se trata de achado de auditoria não previsto na matriz de planejamento, devendo ser proposto dar ciência à Cnen de que a ausência de consulta ao Cadin previamente à assinatura de termo aditivo de prorrogação do contrato contraria o disposto no art. 6º da Lei 10.522/2002.

Destaca-se, por fim, que, consoante certidões anexas, a empresa LOCALIZA RENT A CAR AS encontra-se atualmente regular perante a Fazenda Nacional, assim como com situação cadastral ativa perante a Receita Federal do Brasil.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta unidade de controle informa que, consoante atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, a inscrição de pessoa física ou jurídica no Cadin não configura, por si só, ou isoladamente, fator impeditivo à celebração de contrato com a Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão

Coges, 20 de março de 2020.

(Assinado eletronicamente)
José Hermínio Pinho Neto
Coordenador de Acompanhamento e Orientação à Gestão

De acordo. À consideração da Diretoria-Geral.

(Assinado eletronicamente)
Rodrigo Ribeiro Cavalcante
Secretário de Controle Interno



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LOCALIZA RENT A CAR SA
CNPJ: 16.670.085/0001-55

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:38:57 do dia 11/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/05/2020.

Código de controle da certidão: 856D.C47C.3E8D.92A9

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.670.085/0001-55 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 28/09/1973	
NOME EMPRESARIAL LOCALIZA RENT A CAR SA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LOCALIZA RENT A CAR			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta			
LOGRADOURO AV BERNARDO DE VASCONCELOS		NÚMERO 377	COMPLEMENTO *****
CEP 31.150-000	BAIRRO/DISTRITO CACHOEIRINHA	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO TRIBUTARIO@LOCALIZA.COM		TELEFONE (31) 3247-7915	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/03/2020 às 10:03:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 042854/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	JOSE HERMINIO PINHO NETO <i>Assinado eletronicamente em 19/03/2020 11:31:28</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 22/03/2020 10:52:10</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 22 de Março de 2020.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para seguimento.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 042898/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 22/03/2020 10:53:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
DIRETORIA-GERAL

PAD N. 23631/2019

DESPACHO

R. h.

Chamo o feito à ordem, com base do princípio da administração pública da autotutela, para manter a decisão contida no DOC. PAD n. 37.031_2020, homologando o item 1 do pregão eletrônico n. 12_2020, ficando adjudicado referido item à empresa Localiza Rent a Car S/A, no valor de R\$ 141.471,99 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos), uma vez que a Lei n. 10.522_02 exige a simples consulta ao CADIN, não sendo caso de impedimento da contratação caso haja algum registro no cadastro em questão, conforme pontuado na informação da SCI (Doc. PAD n. 42854_2020), amparada na jurisprudência do STF e TCU.

Quanto ao item 2, cujo o valor estimado era de R\$43.260,46 (quarenta e três mil, duzentos e sessenta reais e quarenta de seis centavos) e diferencia-se do item 1 quanto à descrição do objeto, pois exige transmissão automática do veículo, e quanto ao número de diárias, resta consignado pela COLIC, no presente PAD (Doc. 37863_2020), que o edital do pregão não foi exclusivo de ME e EPP, que não foram interpostos recursos e que a empresa Localiza Rent a Car S/A apresentou o menor preço, solicitando a homologação do item 2.

Ocorre que a Lei Complementar estabelece no seu art. 48, I, que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta

mil reais), ressalvando algumas hipóteses no art. 49 da citada Lei Complementar¹ e no art. 10 do Decreto n. 8538_2015².

Ante o exposto, antes de determinar a homologação e adjudicação do item 2, retorne-se à SAD, para justificar, dentro das ressalvas permitidas na lei e decreto mencionados, a realização do pregão eletrônico do item em comento, cujo valor estimado era inferior a R\$80.000,00

1 Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando:

I - (Revogado);

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos [arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

2 Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos [arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993](#), excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

(oitenta mil reais), sem a exclusividade de participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

Expedientes necessários.

Fortaleza-CE, data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 044325/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 26/03/2020 16:23:17</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 26 de Março de 2020.

PAD nº 23631/2019.



Consoante informado pela DIGER no Doc nº 44325/2020, à COLIC/SELIC, "*para justificar, dentro das ressalvas permitidas na lei e decreto mencionados, a realização do pregão eletrônico do item em comento, cujo valor estimado era inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), sem a exclusividade de participação de microempresa e empresa de pequeno porte*".


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 044487/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 27/03/2020 11:18:20</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 27 de Março de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para informar.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 044913/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 27/03/2020 11:40:41</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 27 de Março de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Uma vez que o objeto do item 1 é idêntico ao item 2, sendo separada a contratação apenas para melhor gerência da SETRA e considerando que o objeto do item 2, apesar de ser menor e com valor inferior, julga-se extremamente necessário à realização dos trabalhos de preparação do pleito vindouro, realizamos a licitação garantindo participação ampla das empresas para que pudessem participar dos dois itens, uma vez que o objeto do item 2 é imprescindível e a restrição de participação poderia trazer prejuízos para a Administração.

Caso a justificativa exposta não seja acatada, podemos solicitar a anulação do item em questão e realizarmos outro certame para atender a necessidade da Administração.

Esclarecemos, ainda, que faz-se necessário voltar a fase no Comprasnet para aceitarmos a proposta da empresa Localiza e adjudicarmos o objeto do certame.

Aguardamos a resposta quanto à aceitação da justificativa para operacionalizarmos na ferramenta eletrônica.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 044951/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 27/03/2020 12:04:36</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 27 de Março de 2020.



À
DIRETORIA-GERAL

Para análise da justificativa apresentada pela Selic.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 044960/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 27/03/2020 12:08:49</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 23.631/2019

DESPACHO

Conforme manifestação já exarada no despacho contido no doc PAD nº 44.325/2020; e, acatando a justificativa apresentada pela SELIC no doc PAD nº 44.951/2020, retorne-se a fase para homologação dos itens 1 e 2 do Pregão Eletrônico nº 12/2020, ficando-os adjudicados à Localiza Rent a Car S/A, respectivamente nos valores de R\$141.471,99 (cento e quarenta e um mil quatrocentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos) e de R\$31.614,36 (trinta e um mil seiscentos e quatorze reais e trinta e seis centavos).

Considerando que o empenho já foi realizado, conforme doc PAD nº 38.046/2020, à SAD para providências.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 051009/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 02/04/2020 15:52:08</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 2 de Abril de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para providências.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 051090/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 02/04/2020 16:21:12</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF



Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/02/2021

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento (Possui Pendência)

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	09/05/2020
FGTS	Validade:	11/04/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	30/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	24/04/2020
Receita Municipal	Validade:	21/03/2020 (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020

Emitido em: 03/04/2020 16:51

CPF: 486.848.563-68 Nome: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

Ass: _____

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 03/04/2020 17:14:19

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
 Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
 CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
 PLENA PESSOA JURIDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABCFFIHL PJ**

Documento/Certidão nº **13.139.257** Exercício: **2020**

Emissão em: **03/04/2020**

Requerimento em: **17:06:50**

Validade: **03/05/2020**

Nome: **LOCALIZA RENT A CAR S.A.**

CNPJ: **16.670.085.0001.55**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

RESSALVAS

Existe(m) lançamento(s) com suspensão administrativa

Existe(m) lançamento(s) com suspensão judicial

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 03/04/2020 17:14:19

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Nome Fantasia: LOCALIZA RENT A CAR
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Data Aplicação: 07/05/2013
Número do Processo: 00087000270201331 Número do Contrato: 42/2012
Descrição/Justificativa: O Diretor de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração da Presidência da República resolver aplicar à empresa Localiza Rent a Car S/A a penalidade de advertência pelas falhas na ocorridas durante as missões realizadas nas cidades de São Julião/PI e Aracaju/SE.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Data Aplicação: 13/09/2019 Valor da Multa: R\$ 3.560,54
Número do Processo: 00140000439201956 Número do Contrato: CT 165/2013
Descrição/Justificativa: Multa, com fundamento na alínea "b" da Cláusula Décima do Contrato nº 165/2013, pelo atraso na entrega da garantia contratual.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
Data Aplicação: **16/01/2019** Valor da Multa: **R\$ 88.391,95**
Número do Processo: **00140000897201812** Número do Contrato: **CT 162/2014**
Descrição/Justificativa: **Multa, com fundamento item 2 da Cláusula Décima do Contrato nº 162/2014, pelo atraso no cumprimento de obrigação assumida no aludido instrumento.**



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/04/2020 16:55:22

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LOCALIZA RENT A CAR SA**
CNPJ: **16.670.085/0001-55**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 053218/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2020 17:14:19</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Pregão Eletrônico

Este pregão possui 2 Atas Complementares

[Ver Ata Original](#) [Ver Ata Anterior](#)

70007 .122020 .18869 .4449 .7654071906



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 2

Nº 00012/2020

Às 16:40 horas do dia 03 de abril de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 3/2020 de 03/01/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 23631/2019, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00012/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, observadas as quantidades de diárias e especificações do Edital e seus anexos., tendo em vista Retorno de fase uma vez que a autoridade chamou o feito à ordem, com base do princípio da administração pública da autotutela, para declarar como vencedora a empresa Localiza Rent a Car S/A, uma vez que a Lei n. 10.522_02 exige a simples consulta ao CADIN, não sendo caso de impedimento da contratação caso haja algum registro no cadastro em questão, conforme a jurisprudência do STF e TCU..

Item: 1

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 1.089

Valor Estimado: R\$ 183.496,5000

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: LOCALIZA RENT A CAR SA, pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000 e com valor negociado a R\$ 141.473,9900 .

Item: 2

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 218

Valor Estimado: R\$ 43.260,4600

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: LOCALIZA RENT A CAR SA, pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000 e com valor negociado a R\$ 31.614,3600 .

Histórico

Item: 1 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento

Data

Observações

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 03/04/2020 17:49:12

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

Volta de Fase	02/04/2020 16:34:13	Volta de Fase para Habilitação
Recusa	03/04/2020 16:46:02	Recusa da proposta. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, pelo melhor lance de R\$ 141.530,0000 e com valor negociado a R\$ 141.526,4400. Motivo: A autoridade superior chamou o feito à ordem, com base do princípio da administração pública da autotutela, para reformar a decisão que inabilitou à empresa Localiza Rent a Car S/A, no presente certame, uma vez que e a Lei n. 10.522/02 exige a consulta ao CADIN não sendo impeditivo de adjudicação.
Aceite	03/04/2020 16:46:58	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000. Motivo: A autoridade superior chamou o feito à ordem, com base do princípio da administração pública da autotutela, para reformar a decisão que inabilitou à empresa Localiza Rent a Car S/A, no presente certame, uma vez que e a Lei n. 10.522/02 exige a consulta ao CADIN não sendo impeditivo de adjudicação.
Negociação de valor	03/04/2020 16:47:42	Alteração na negociação da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000 e com valor negociado a R\$ 141.473,9900. Motivo: Valor negociado conforme proposta apresentada.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	03/04/2020 16:57:49	Convocado para envio de anexo o fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55.
Habilitado	03/04/2020 17:09:07	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA - CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	03/04/2020 17:45:20	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55.

Não existem intenções de recurso para o item

Item: 2 - Locação de Veículos - Leves / Pesados

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Volta de Fase	02/04/2020 16:34:13	Volta de Fase para Habilitação
Recusa	03/04/2020 16:48:22	Recusa da proposta. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUCOES - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, pelo melhor lance de R\$ 34.850,0000 e com valor negociado a R\$ 34.849,4800. Motivo: A autoridade superior chamou o feito à ordem, com base do princípio da administração pública da autotutela, para reformar a decisão que inabilitou à empresa Localiza Rent a Car S/A, no presente certame, uma vez que e a Lei n. 10.522/02 exige a consulta ao CADIN não sendo impeditivo de adjudicação.
Aceite	03/04/2020 16:48:40	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000. Motivo: A autoridade superior chamou o feito à ordem, com base do princípio da administração pública da autotutela, para reformar a decisão que inabilitou à empresa Localiza Rent a Car S/A, no presente certame, uma vez que e a Lei n. 10.522/02 exige a consulta ao CADIN não sendo impeditivo de adjudicação.
Negociação de valor	03/04/2020 16:49:22	Alteração na negociação da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000 e com valor negociado a R\$ 31.614,3600. Motivo: Valor negociado conforme proposta apresentada.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	03/04/2020 16:57:34	Convocado para envio de anexo o fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55.
Habilitado	03/04/2020 17:09:07	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA - CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 03/04/2020 17:49:12

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	03/04/2020 17:45:20	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55.
---	---------------------	---

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	02/04/2020 16:34:13	Este pregão foi reagendado para 03/04/2020 16:40.
Sistema	02/04/2020 16:34:13	Sr(s) fornecedor(es), os itens 1 e 2 estão retornando à fase de Habilitação.
Pregoeiro	03/04/2020 16:44:22	Boa tarde, senhores licitantes. A autoridade superior chamou o feito à ordem, com base do princípio da administração pública da autotutela, para reformar a decisão que inabilitou a empresa Localiza Rent a Car S/A, no presente certame, uma vez que a Lei n. 10.522/02 exige a simples consulta ao CADIN, não sendo impedimento da contratação o registro.
Pregoeiro	03/04/2020 16:44:56	Assim, voltamos à fase do certame a fim de reconsiderar a decisão que tinha habilitado a empresa Localiza Rent a Car S/A no presente procedimento.
Pregoeiro	03/04/2020 16:50:09	Aceitas novamente as propostas da empresa Localiza Rent a Car S/A, passaremos agora à fase de habilitação onde consultaremos online ao SICAF, CEIS, CNJ e TCU a fim de comprovar a regularidade fiscal nesta data.
Pregoeiro	03/04/2020 16:56:38	Para LOCALIZA RENT A CAR SA - Senhores, verificamos que durante a tramitação do processo a certidão de tributos municipais venceu. Iremos realizar nova convocação para anexar referido documento.
Sistema	03/04/2020 16:57:34	Senhor fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, solicito o envio do anexo referente ao item 2.
Sistema	03/04/2020 16:57:49	Senhor fornecedor LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	03/04/2020 17:08:44	A pregoeira realizou consulta online da certidão solicitada e foi emitida a Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, comprovando, assim, todas as condições de habilitação da empresa Localiza Rent a Car S/A.
Sistema	03/04/2020 17:09:07	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	03/04/2020 17:09:23	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 03/04/2020 às 17:41:00.
Pregoeiro	03/04/2020 17:09:51	Realizamos a habilitação no sistema e está aberto o prazo para registro de intenção de recurso.
Pregoeiro	03/04/2020 17:44:07	A pregoeira realizou consulta online da certidão solicitada e foi emitida a Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, comprovando, assim, todas as condições de habilitação da empresa Localiza Rent a Car S/A.
Pregoeiro	03/04/2020 17:45:01	Não houve intenção de recurso. ENCerramos a presente sessão agradecendo a participação de todos e desejando uma boa tarde.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Volta de Fase	02/04/2020 16:34:13	Retorno de fase uma vez que a autoridade chamou o feito à ordem, com base do princípio da administração pública da autotutela, para declarar como vencedora a empresa Localiza Rent a Car S/A, uma vez que a Lei n. 10.522_02 exige a simples consulta ao CADIN, não sendo caso de impedimento da contratação caso haja algum registro no cadastro em questão, conforme a jurisprudência do STF e TCU.. Reagendado para: 03/04/2020 16:40
Abertura de Prazo	03/04/2020 17:09:07	Abertura de prazo para intenção de recurso
	03/04/2020 17:09:23	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 03/04/2020 às 17:41:00.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 03/04/2020 17:49:12
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE

Informado
Fechamento de
Prazo

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 17:45 horas do dia 03 de abril de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
Pregoeiro Oficial

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Equipe de Apoio

ALINY GUERRA VALE
Equipe de Apoio

[Ver Ata Original](#) [Ver Ata Anterior](#)



Imprimir o
Relatório

Voltar





Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 053285/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2020 17:49:12</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Pregão Eletrônico



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 00012/2020

Às 17:45 horas do dia 03 de abril de 2020, após analisado o resultado do Pregão nº 00012/2020, referente ao Processo nº 23631/2019, o pregoeiro, Sr(a) ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 1.089

Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Estimado: R\$ 183.496,5000

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Situação: Adjudicado

Adjudicado para: LOCALIZA RENT A CAR SA , pelo melhor lance de R\$ 141.480,0000 , com valor negociado a R\$ 141.473,9900 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	05/03/2020 16:29:13	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, Melhor lance: R\$ 141.480,0000, Valor Negociado: R\$ 141.471,9900
Volta de Fase	13/03/2020 08:33:13	Volta de Fase para Habilitação
Adjudicado	16/03/2020 16:16:47	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, Melhor lance: R\$ 141.530,0000, Valor Negociado: R\$ 141.526,4400
Volta de Fase	02/04/2020 16:34:13	Volta de Fase para Habilitação
Adjudicado	03/04/2020 17:45:51	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, Melhor lance: R\$ 141.480,0000, Valor Negociado: R\$ 141.473,9900

Item: 2

Descrição: Locação de Veículos - Leves / Pesados

Descrição Complementar: Locação de veículos - Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

Tratamento Diferenciado: -

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 03/04/2020 17:50:48

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 218

Valor Estimado: R\$ 43.260,4600

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Adjudicado para: LOCALIZA RENT A CAR SA , pelo melhor lance de R\$ 31.615,0000 , com valor negociado a R\$ 31.614,3600 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	05/03/2020 16:29:13	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, Melhor lance: R\$ 31.615,0000, Valor Negociado: R\$ 31.614,3600
Volta de Fase	13/03/2020 08:33:13	Volta de Fase para Habilitação
Adjudicado	16/03/2020 16:16:47	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: RPC LOCACOES E CONSTRUcoes - EIRELI, CNPJ/CPF: 05.610.532/0001-64, Melhor lance: R\$ 34.850,0000, Valor Negociado: R\$ 34.849,4800
Volta de Fase	02/04/2020 16:34:13	Volta de Fase para Habilitação
Adjudicado	03/04/2020 17:45:51	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ/CPF: 16.670.085/0001-55, Melhor lance: R\$ 31.615,0000, Valor Negociado: R\$ 31.614,3600

Fim do documento

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 03/04/2020 17:50:48
Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 053286/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2020 17:50:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 3 de Abril de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Para providenciar a homologação no comprasnet, uma vez que a pregoeira já realizou a volta de fase e adjudicou o objeto à empresa Localiza Rent a Car S/A conforme decidido pela autoridade superior.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 053288/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 03/04/2020 17:52:17</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 6 de Abril de 2020.

À

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL



Para providenciar a homologação do certame no comprasnet.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 054491/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 06/04/2020 11:15:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 6 de Abril de 2020.



À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ref. PAD 23.631/2019.

Homologado no sistema comprasnet.

Para providências.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 055540/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 06/04/2020 18:03:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

050ª Zona Eleitoral	17
Despachos	17
067ª Zona Eleitoral	20
Despachos	20

PRESIDÊNCIA**Atos da Presidência****Portarias****Portaria 276/2020**

PORTARIA N.º 276/2020 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 23, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o artigo 12, § 3º da Resolução TRE/CE n.º 488/2012, **RESOLVE** designar, a partir de 6.4.2020, o **Dr. GERARDO MAGELO FACUNDO JÚNIOR**, Juiz da 115ª Zona Eleitoral - Fortaleza, para responder pela 114ª Zona Eleitoral, sediada neste município, por motivo de férias do titular, Dr. Joaquim Vieira Cavalcante Neto. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Fortaleza, 6 de abril de 2020.

Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE

Portaria 275/2020

PORTARIA N.º 275/2020 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, incisos VIII e XXVI, do Regimento Interno deste Tribunal, **CONSIDERANDO** o disposto no artigo 93, inciso XII, da Constituição Federal de 1988 e artigo 2º da Resolução TRE/CE n.º 484/2012, alterada pela Resolução TRE/CE n.º 633/2016, **RESOLVE** designar os Magistrados integrantes desta Corte para responderem, nas datas fixadas no Anexo desta Portaria, pelo plantão judicial do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. **CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Fortaleza, 6 de abril de 2020.

Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE

ANEXO
PORTARIA N.º 275/2020

MAGISTRADO	MAIO/2020
Dr. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSFAVA	1º, 2 e 3
Dr. ROBERTO VIANA DINIZ DE FREITAS	9 e 10
Dr. JOSÉ VIDAL SILVA NETO	16 e 17
Dr. DAVID SOMBRA PEIXOTO	23 e 24
Dra. KAMILE MOREIRA CASTRO	30 e 31
	JUNHO/2020
Des. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO	6 e 7
Dr. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSFAVA	11, 13 e 14
Dr. ROBERTO VIANA DINIZ DE FREITAS	20 e 21
Dr. JOSÉ VIDAL SILVA NETO	27 e 28

Atos Diversos**EXTRATO DE TERMO ADITIVO****TERMO ADITIVO**

84º Termo Aditivo ao Contrato N.º 36/2017 celebrado com a empresa CINZEL ENGENHARIA LTDA. Objeto: visa à suspensão da execução da segunda parcela da obra de construção da nova sede do TRE-CE, enquanto perdurarem os efeitos determinados nos Decretos de n.º 33.521/2020 e 33.530/2020 do Governo do Estado do Ceará. Fundamento: no art. 57, § 1º, inciso III, c/c art. 78, inciso XIV da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e na Ata da Reunião n.º 118 da Comissão Gestora dos Projetos de Construção da Nova Sede do TRE-CE (Doc. PAD n.º 44.341/2020) e na autorização do Presidente contida no PAD n.º 6191/2020. Assinam: Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Presidente, e pela contratada, Artur da Silva Valente e Carlos Manuel Tavares D'Oliveira. DATA: 03/04/2020

DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE DO TRE-CE

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 14/04/2020 14:48:29
Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA

DECISÃO NO PAD N.º 3.127/2019

FRANCISCA LOURDIZETE CASTRO TELES, Técnica Judiciária deste Regional, matrícula TRE/CE n.º 12.399, lotada na Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativa e de Recursos Humanos - SAGES, solicita a averbação em seus assentamentos funcionais do período trabalhado na condição de servidor da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ/CE, compreendido entre 5.3.1990 a 17.5.1990, integralizando 73 (setenta e três) dias (doc. n.º 26.287/2019 e doc. n.º 59.570/2019). A Seção de Normas e Jurisprudência de Pessoal – SENOP manifestou-se (doc. n.º 156.875/2019 e doc. n.º 157.148/2019), pelo deferimento do pleito, com fundamento no art. 103, inciso I, da Lei n.º 8.112/1990 (doc. n.º 143.858/2019). Ressalvou, todavia, que o cálculo obtido no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH para o período de contribuição indicado, 5.3.1990 a 17.5.1990, foi de 74 (setenta e quatro) dias. Contudo, para adequar-se a entendimento desta Corte, foi averbado o tempo de 73 (setenta e três) dias, conforme a certidão apresentada. No tocante ao direito a anuênios, opinou a unidade técnica pelo deferimento, com fundamento no art. 7º, inciso I do Decreto n.º 31.922/1952 c/c Acórdão n.º 44/2006 do Tribunal de Contas da União. Por seu turno, a Secretaria de Controle Interno – SCI destacou, em sua Informação n.º 212/2019 (doc. n.º 161.678/2019), que o documento estadual acostado aos autos se acha em descompasso com a Portaria n.º 154/2008 do Ministério da Previdência Social – MPS, que prevê, em seu art. 6º, inciso VI, que na Certidão de Tempo de Contribuição deverá constar a "soma do tempo líquido, que corresponde ao tempo bruto de dias de vínculo ao RPPS de data a data, inclusive o dia adicional dos anos bissextos, descontados os períodos de faltas, suspensões, disponibilidade, licenças e outros afastamentos sem remuneração

Pontuou a unidade de controle que, não havendo, in casu, qualquer desconto do período de contribuição apresentado, o tempo líquido a averbar seria de 74 (setenta e quatro) dias.

É o relatório.

Decido.

No presente caso, o cerne da questão está na divergência entre o número de dias consignado na certidão emitida pelo órgão estadual e o valor apurado pela SENOP, quando do lançamento do período de contribuição no SGRH. De início, o ajuste no tempo averbado feito pela SENOP, para adequar o valor apurado ao valor expresso na certidão, decorre da aplicação da decisão exarada nos autos da MA n.º 11.102, que dispôs sobre a contagem do tempo de contribuição nos seguintes moldes, verbis:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO JUNTO À ATIVIDADE PRIVADA.

I – Defere-se o pedido de averbação do tempo de contribuição junto à atividade privada para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 103, inciso V, da Lei n.º 8.112/90. II – Havendo divergência entre o tempo de contribuição expresso em certidão expedida regularmente pelo Instituto Nacional do Seguro Social e aquele calculado pelo setor competente deste Tribunal, prevalece a informação prestada pela entidade previdenciária, pena deste órgão imiscuir-se em tarefa estranha à sua atividade institucional. (grifei) No caso ora em análise, o tempo de contribuição apresentado pela servidora refere-se ao tempo de serviço público, obtido junto a órgão estadual. Por essa razão, como acertadamente destacou o órgão de controle interno, deveria ser aplicada a Portaria n.º 154/2008 do Ministério da Previdência Social – MPS, que disciplina os procedimentos sobre a emissão de certidão de tempo de contribuição pelos regimes próprios de previdência social.

Especificamente no que se refere à contagem do tempo de contribuição, o referido regulamento estabelece, em seu art. 6º, inciso VI, verbis:

Art. 6º Após as providências de que trata o art. 5º e observado, quando for o caso, o art. 10 desta Portaria, a unidade gestora do RPPS ou o órgão de origem do servidor deverá emitir a CTC sem rasuras, constando, obrigatoriamente, no mínimo:

(c)

VI - soma do tempo líquido, que corresponde ao tempo bruto de dias de vínculo ao RPPS de data a data, inclusive o dia adicional dos anos bissextos, descontados os períodos de faltas, suspensões, disponibilidade, licenças e outros afastamentos sem remuneração; (Redação dada pela Portaria MF n.º 567, de 18/12/2017) Com efeito, vê-se, a partir do exposto, que o SGRH foi desenvolvido para registrar, de forma correta, o tempo de contribuição, nos moldes preconizados pela Portaria MPS n.º 154/2018, ou seja, presumindo que foi contabilizado de data a data o tempo consignado nas certidões expedidas por outros entes estatais submetidos a regime próprio de previdência. De modo análogo deve se proceder quanto às certidões do Regime Geral de Previdência Social, conforme orienta a alínea "b" da Súmula n.º 159 do Tribunal de Contas da União, verbis:

b) o tempo certificado pelo INPS será apurado contando-se os dias existentes entre as datas inicial e final de cada período, convertido depois o total em anos, mediante sucessivas divisões daquele resultado por 365 e 30 dias;

No entanto, embora os setores técnicos deste Regional estejam corretos em suas análises, indicando, em suas respectivas notas, a forma correta de calcular o tempo de contribuição do servidor, mostrando, inclusive, que o posicionamento adotado pelo Tribunal na MA n.º 11.102, proferido em 18.2.2002, pode, em algumas situações trazer eventuais prejuízos na apuração do tempo de contribuição líquido dos servidores, entendo que não compete a este Tribunal imiscuir-se em tarefa estranha à sua atividade institucional, interpretando e alterando *ex-officio* os dados contidos em certidões emitidas por outros entes estatais.

A contabilização do tempo de contribuição e a elaboração da respectiva certidão são, conforme as normas citadas, atribuições exclusivas da unidade gestora do RPPS, do órgão de origem do servidor ou do INSS, autarquia gestora do RGPS, cabendo ao servidor interessado, questionar, perante o órgão emissor do documento, a existência de eventuais erros em sua confecção.

ISSO POSTO, adoto como razão de decidir o entendimento exarado na MA n.º 11.102, na forma do artigo 50, §1º, da Lei n.º 9.784/1999(1), e com fundamento no artigo 103, inciso I da Lei n.º 8.112/1990(2), DEFIRO a averbação do período de 5.3.1990 a 17.5.1990, integralizando 73 (setenta e três) dias (doc. n.º 59.570/2019), relativos ao tempo em que a requerente laborou na condição de servidora efetiva da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ/CE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, fazendo jus, ainda, ao registro do referido período para fins de percepção de anuênios, nos termos no art. 7º, inciso I do Decreto n.º 31.922/1952(3), vigente à época de seu ingresso nos quadros deste Tribunal.

À Secretaria de Gestão de Pessoas, para os registros necessários.

Fortaleza/CE, 7 de janeiro de 2020.

Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 14/04/2020 14:48:29

Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA

1. Art. 50. (c)

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

2 Art. 103. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade: I - o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal;

3. Art. 7º No cômputo do tempo de serviço público efetivo serão observadas as seguintes normas:

I - entende-se como tempo de serviço público efetivo o que tenha prestado à União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, em cargo ou função civil ou militar, ininterruptamente ou não, em órgãos de administração direta ou autárquica, apurado à vista dos registros de frequência, folhas de pagamento ou dos elementos regularmente averbados no assentamento individual do funcionário;

EXTRATO DE TERMO ADITIVO**TERMO ADITIVO**

86º Termo Aditivo ao Contrato N.º 36/2017 celebrado com a empresa CINZEL ENGENHARIA LTDA. Objeto: visa ao acréscimo no quantitativo de itens constantes na planilha de acompanhamento da 32ª medição de serviços da segunda parcela da obra de construção da nova sede do TRE/CE. O total de acréscimo importa na quantia de R\$ 58.709,46(cinquenta e oito mil, setecentos e nove reais e quarenta e seis centavos),correspondente ao percentual aproximado de 0,1096%do valor inicial atualizado do contrato.2.2 O presente termo aditivo alterará o valor do Contrato conforme planilhas orçamentárias em anexo, que passarão a integrar o termo contratual. Fundamento: no art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei n.º8.666/93 e suas alterações, c/c cláusula décima segunda do Contrato n.º 36/2017 e na decisão contida no Processo PAD n.º 6.107/2020. Assina: Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Presidente. DATA: 09/04/2020

DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE DO TRE-CE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO**TERMO ADITIVO**

85º Termo Aditivo ao Contrato N.º 36/2017 celebrado com a empresa CINZEL ENGENHARIA LTDA. Objeto: visa à inclusão de serviço de fornecimento e instalação de grelha metálica de piso para cobertura da exaustão do subsolo projetada na prancha 109/131 do projeto de arquitetura. O presente acréscimo importa na quantia de R\$ 40.467,18, (quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos), correspondente ao percentual aproximado de 0,0755% do valor inicial atualizado do Contrato. O presente termo aditivo alterará o valor do Contrato conforme planilhas orçamentárias em anexo, que passarão a integrar o termo contratual. Fundamento: no art. 65, inciso I, alínea "a, da Lei n.º8.666/93 e suas alterações, c/c cláusula décima segunda do Contrato n.º 36/2017 e na decisão contida no Processo PAD n.º 18.226/2019. Assina: Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Presidente. DATA: 09/04/2020

DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE DO TRE-CE

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL**Atos do Diretor Geral****Avisos****AVISO DE LICITACAO**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 23/2020. Objeto: Aquisição de fontes de alimentação ininterrupta de energia elétrica, conforme as especificações do edital e seus anexos. Edital disponível a partir do dia 14/04/2020. Entrega das propostas a partir de 14/04/2020. Abertura das propostas: 27/04/2020, às 14:00h, horário de Brasília. Local: sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. Fortaleza, 13/04/2020.

Portarias**PORTARIA N.º 264/2020**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso VI, do Regulamento da Secretaria deste Regional, RESOLVE designar os servidores GLADSTONE FAÇANHA BARBOSA LIMA como gestor e FREDERICO JOSÉ REZENDE VIEIRA como suplente na gestão do Contrato n.º 9/2020, celebrado com a empresa JB2Engenharia Ltda. O objeto do contrato é a contratação de empresa para a execução de serviços de reforma e adaptação do prédio da Secretaria do TRE-CE, com vigência de 6 (seis) meses contados a partir da publicação de seu extrato no DOU. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Fortaleza, 31 de março de 2020.
HUGO PEREIRA FILHO,
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 14/04/2020 14:48:29
Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA

Atos Diversos**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo PAD n.º 15.936/2019. Espécie: Contrato n.º 9/2020. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e JB2 ENGENHARIA LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a execução de serviços de reforma e adaptação do prédio da Secretaria do TRE-CE, conforme as especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, constante do Pregão Eletrônico N.º 58/2019. Fundamento Legal: No Pregão Eletrônico n.º 58/2019, Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 10.024/2019, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como no PAD N.º 15.936/2019. Assinam: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, João Batista da Silva Neto. Data: 06/04/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020**

Pregão Eletrônico n.º 12/2020. Processo n.º 23.631/2019. Objeto: a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, observadas as quantidades de diárias e especificações constantes do Anexo III – Termo de Referência do Pregão Eletrônico N.º 12/2020. O objeto foi adjudicado à empresa: LOCALIZA RENT A CAR S/A, CNPJ: 16.670.085/0001-55, item 1: valor: R\$ 141.473,99 e item 2: R\$ 31.614,36. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data: 06/04/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA**Coordenadoria de Processamento****Decisões Monocráticas****DECISÃO RE 13525**

RECURSO ELEITORAL Nº 135-25.2019.6.06.0081

ORIGEM: TIANGUÁ-CE (81ª Zona Eleitoral)

RELATOR: Juíza Kamile Moreira

RECORRENTE: COLIGAÇÃO "TIANGUÁ FELIZ DE NOVO" - PSD, PSDB, PL

ADVOGADOS: Saulo Herculano de Souza - OAB: 41912/CE e Outro e Leandro Lima Valência - OAB: 23.392/CE

RECORRENTE: LUIZ MENEZES DE LIMA, Candidato ao cargo de Prefeito

RECORRENTE: ALEX ANDERSON NUNES DA COSTA, Candidato ao cargo de Vice-prefeito

ADVOGADOS: Saulo Herculano de Souza - OAB: 41912/CE, Leandro Lima Valência - OAB: 23.392/CE, Leonardo Roberto Oliveira de Vasconcelos - OAB: CE018185/CE

RECORRIDO: COLIGAÇÃO "JUNTOS POR TIANGUÁ" - PP/PDT/DEM

ADVOGADA: Francisca Arnália Cunha de Freitas Terceiro - OAB: 37313/CE

Nos autos do processo acima mencionado, foi exarada a seguinte decisão:

DECISÃO

Trata os autos de Recurso eleitoral interposto pela COLIGAÇÃO "TIANGUÁ FELIZ DE NOVO", LUIZ MENEZES DE LIMA e ALEX ANDERSON NUNES DA COSTA, candidatos aos cargos de prefeito e vice-prefeito no município de Tianguá/CE, nas eleições suplementares de 2019, em face da sentença prolatada pelo Juízo da 81ª ZE que julgou procedente o pedido autoral, aplicando-lhes multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

Na sentença de fls. 39/41 o Magistrado Eleitoral a quo, ao acostar seu entendimento ao parecer do Ministério Público Eleitoral de fls. 37/38, reconheceu o descumprimento do acordo firmado pelas partes quanto à não comunicação, à Justiça Eleitoral, de utilização de veículo como meio de propaganda eleitoral em carreta. Ao final, condenou os Recorrentes à pena pecuniária, em consonância com a Cláusula Sétima do pacto ajustado.

Em razões recursais, fls. 52/71, preliminarmente, os Recorrentes alegaram, em síntese, que não houve infração às disposições da Lei nº 9.504/97, bem como que inexistia previsão legal para que a Justiça Eleitoral processe e julgue representação por descumprimento de TAC. Ao final, requereu o provimento do recurso para afastar a condenação que lhes foi imposta.

Não houve apresentação de contrarrazões, consoante certidão de fl. 75.

Em parecer de fls. 77/781, a Procuradoria Regional Eleitoral pugnou pelo não conhecimento do recurso eleitoral, em razão de sua intempestividade.

É o Relatório.

Decido.

O Recurso Eleitoral em sede de Representação deve ser interposto no prazo legal de 24 (vinte e quatro) horas da publicação da sentença. É o que impõe o art. 96, §8º, da Lei nº 9.504/1997.

Por sua vez, o art. 1º, da Resolução-TRE-CE nº 747/2019, que fixou a data da eleição para os cargos de prefeito e vice-prefeito no Município de Tianguá/CE. Art. 1º. Esta Resolução fixa a data e aprova instruções para a realização de eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Tianguá.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 14/04/2020 14:48:29

Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 061455/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 14/04/2020 14:48:29</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020 - UASG 70011

Nº Processo: 0008977-13.2019. Objeto: Registro de Preço de gêneros alimentícios para atender às unidades da Justiça Eleitoral em Alagoas, conforme o edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 14/04/2020 das 08h00 às 17h00. Endereço: Avenida Aristeu de Andrade, Nº 377, Farol - Maceió/AL ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70011-5-00017-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 30/04/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

INGRID PEREIRA DE LIMA ARAUJO
Chefe da Seção de Licitações e Contratos

(SIASGnet - 13/04/2020) 70011-00001-2019NE000032

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2020 - UASG 70011

Nº Processo: 0009196-26.2019. Objeto: Registro de Preços de serviços de locação de veículos automotores, conforme especificações descritas no edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/04/2020 das 08h00 às 17h00. Endereço: Avenida Aristeu de Andrade, Nº 377, Farol - Maceió/AL ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70011-5-00018-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/05/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

INGRID PEREIRA DE LIMA ARAUJO
Chefe da Seção de Licitações e Contratos

(SIASGnet - 13/04/2020) 70011-00001-2019NE000032

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo: (PAD) 13478/2016/TRE-AM Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 06/2016, de prestação de serviço móvel pessoal (SMP), sob a modalidade local, plano pós-pago, com fornecimento de aparelhos celulares (estações móveis), acessos individuais. CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS. CONTRATADA: CLARO S/A. Fundamentação Legal: Lei n. 8.666/93, em especial o seu Art. 57, inciso II. Do Objeto: alteração da Cláusula Quarta (Da vigência). DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, ou seja, de 08/06/2020 a 07/06/2021. Data da Assinatura: 02/04/2020. Assinam: Desdor. Presidente, JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES, pelo Contratante, a Sra. ANA CAROLINE DE SOUZA RAMOS pela Contratada.

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 4/2020

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 08/04/2020 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de consumo material para manutenção de bens imóveis e instalações, conforme descrições e quantidades constantes no Anexo I do Termo de Referência n. 025/2019-SEALM/TRE-AM. Total de Itens Licitados: 00035 Novo Edital: 14/04/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Andre Araujo N. 200 Aleixo - MANAUS - AM. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/04/2020, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

BREITNER DE BRITO GORDINHO
Pregoeiro

(SIDEI - 13/04/2020) 070003-00001-2020NE000118

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2020 - UASG 70007

Nº Processo: 18635/2019. Objeto: Aquisição de fontes de alimentação ininterrupta de energia elétrica e tensão elétrica de entrada e saída.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/04/2020 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Jaime Benevolio, 21, Centro - Fortaleza/CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70007-5-00023-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/04/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

ALINY GUERRA VALE
Equipe de Apoio

(SIASGnet - 13/04/2020) 70007-00001-2020NE000010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 84º Termo Aditivo ao Contrato N.º 36/2017 celebrado com a empresa CINZEL ENGENHARIA LTDA. Objeto: visa à suspensão da execução da segunda parcela da obra de construção da nova sede do TRE-CE, enquanto perdurarem os efeitos determinados nos Decretos de n.º 33.521/2020 e 33.530/2020 do Governo do Estado do Ceará. Fundamento: no art. 57, § 1º, inciso III, c/c art. 78, inciso XIV da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e na Ata da Reunião n.º 118 da Comissão Gestora dos Projetos de Construção da Nova Sede do TRE-CE (Doc. PAD n.º 44.341/2020) e na autorização do Presidente contida no PAD n.º 6191/2020. Assinam: Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Presidente, e pela contratada, Artur da Silva Valente e Carlos Manuel Tavares D'Oliveira. DATA: 03/04/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 85º Termo Aditivo ao Contrato N.º 36/2017 celebrado com a empresa CINZEL ENGENHARIA LTDA. Objeto: visa à inclusão de serviço de fornecimento e instalação de grelha metálica de piso para cobertura da exaustão do subsolo projetada na prancha 109/131 do projeto de arquitetura. O presente acréscimo importa na quantia de R\$ 40.467,18, (quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos), correspondente ao percentual aproximado de 0,0755% do valor inicial atualizado do Contrato. O presente termo aditivo alterará o valor do Contrato conforme planilhas orçamentárias em anexo, que passarão a integrar o termo contratual. Fundamento: no art. 65, inciso I, alínea "a, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, c/c cláusula décima segunda do Contrato n.º 36/2017 e na decisão contida no Processo PAD n.º 18.226/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 86º Termo Aditivo ao Contrato N.º 36/2017 celebrado com a empresa CINZEL ENGENHARIA LTDA. Objeto: visa ao acréscimo no quantitativo de itens constantes na planilha de acompanhamento da 3ª medição de serviços da segunda parcela da obra de construção da nova sede do TRE/CE. O total de acréscimo importa na quantia de R\$58.709,46(cinquenta e oito mil, setecentos e nove reais e quarenta e seis centavos),correspondente ao percentual aproximado de 0,1096%do valor inicial atualizado do contrato.2.2 O presente termo aditivo alterará o valor do Contrato conforme planilhas

DIRETORIA-GERAL**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo PAD n.º 15.936/2019. Espécie: Contrato n.º 9/2020. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e JB2 ENGENHARIA LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a execução de serviços de reforma e adaptação do prédio da Secretária do TRE-CE, conforme as especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, constante do Pregão Eletrônico N.º 58/2019. Fundamento Legal: No Pregão Eletrônico n.º 58/2019, Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 10.024/2019, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como no PAD N.º 15.936/2019. Assinam: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, João Batista da Silva Neto. Data: 06/04/2020.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020

Pregão Eletrônico n.º 12/2020. Processo n.º23.631/2019. Objeto: a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, observadas as quantidades de diárias e especificações constantes do Anexo III - Termo de Referência do Pregão Eletrônico N.º 12/2020. O objeto foi adjudicado à empresa: LOCALIZA RENT A CAR S/A, CNPJ: 16.670.085/0001-55, item 1: valor: R\$ 141.473,99 e item 2: R\$ 31.614,36. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data: 06/04/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n.º. 11/2020, firmado em 08/04/2020, com a empresa LTA-RH Informática Comércio, Representações Ltda. (CNPJ: 94.316.916/0005-22); Objeto: aquisição de switches para a rede local do TRE-DF, contemplando serviços de instalação, configuração, treinamento, repasse de conhecimento, e suporte técnico; Fundamento legal: Pregão Eletrônico SRP n.º 20/2019; Processo: 0004657-67.2019.6.07.8100; Vigência: 12 (doze) meses; Valor total: R\$ 607.969,32; Signatários: Des.ª Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias, Presidente do TRE-DF, e Sr. Alexander Costa Barcelos.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Termo de Credenciamento nº 9/2020. Processo SEI nº. 0001696-22.2020.6.07.8100. Credenciada: IORR Serviços Odontológicos Ltda Epp (CNPJ: 04.671.937/0001-40). Objeto: Prestação de serviços de assistência e atendimento odontológico aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-Saúde. Vigência: Prazo indeterminado. Fundamento Legal: artigo 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Resolução nº 7.694, de 30 de junho de 2016, e alterações posteriores. Data e assinaturas: Brasília, 08/04/2020. Sr. Eduardo de Castro Rodrigues, Diretor-Geral do TRE-DF, Sra. Ana Carolina Marini Gedda Rocha Ramos.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de operador de máquinas reprodutivas e mensageria. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratado: LINCE-SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. CNPJ: 10.565.981/0001-78. Resumo do Objeto: Repactuação contratual e complementação da garantia contratual. Novo valor mensal a partir de 13/04/2020: R\$ 20.455,65. Novo valor total estimado: R\$ 245.467,80, sendo R\$ 175.918,59 estimados para 2020 e R\$ 69.549,21 estimados para 2021. Fundamentação Legal: Resolução TSE nº 23.234 de 15/04/2010 e a Cláusula Sétima do Contrato. Data da Assinatura: 07/04/2020. Processo: SEI nº 135-42.2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020 - UASG 70016

Nº Processo: 0002688-85.2019. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de câmeras de monitoramento, para fins de reposição das câmeras danificadas por descarga elétrica, bem como, serviços de aterramento de 5 (cinco) postes metálicos, pertencentes ao sistema de monitoramento por câmeras no prédio-sede deste Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 14/04/2020 das 12h00 às 17h59. Endereço: Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque Dos Poderes - Campo Grande/MS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70016-5-00016-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/04/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

HARDY WALDSCHMIDT
Diretor-geral

(SIASGnet - 07/04/2020) 70016-00001-2020NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo nº 0004009-94.2020.6.13.8000; Contrato nº 021/20; Contratada: Unicoba Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.; Vigência: 12 meses a contar da data da publicação no DOU; Objeto: Aquisição de 6 mil baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas; Valor: R\$287.340,00; Classificação: 3390.30.26; PT: 02.061.0033.4269.0001; NE: 2020NE001250; Fundamento Legal: PE TSE nº 5/2020, ARP TSE nº 3/2020, art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decretos 10.024/19 e 7.892/13; Signatários: Des. Rogério Medeiros Garcia de Lima - Presidente pelo TRE-MG e Eduardo Kim Park - Diretor Presidente e Heitor Zimmermann - Diretor Financeiro, pela Contratada; Assinatura: 07/04/2020.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo nº 19.0.000005027-2; 2º TA ao Contrato 052/16; Contratada: Soluções Looping Ltda.; Vigência: A partir da data de assinatura; Objeto: Prorrogação e revisão; Valor: R\$45.757,80; Classificação: 3390.37.02; PT: 02.122.0033.20GP.0031; NE: 2020NE001050; Fundamento Legal: Art. 57, II, c/c, 55º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula 10 do contrato. Signatários: Ad. Vieira - Sócio-Administrativo
Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 14/04/2020 14:49:57

Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 061456/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 14/04/2020 14:49:57</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 14 de Abril de 2020.



À
SEÇÃO DE CONTRATOS

Para providenciar contrato.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 061486/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 14/04/2020 15:03:20</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA N.º 289/2020

PAD N.º 23.631/2019

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso VI, do Regulamento da Secretaria deste Regional,

RESOLVE designar os servidores **JOÃO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS**, como gestor, e **ANTÔNIO RONALDO DE ALMEIDA FARIAS**, como suplente, na gestão do **Contrato n.º 10/2020**, celebrado com a empresa **LOCALIZA RENT A CAR S/A**, cujo objeto é a *prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista*, com vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data da publicação de seu extrato no DOU.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Fortaleza, 15 de abril de 2020.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 063218/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 16/04/2020 17:48:47</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Pregão Eletrônico n.º 12/2020
Processo TRE/CE n.º 23.631/2019

CONTRATO N.º 010/2020

Contrato de prestação de serviços de locação de veículo, sem motorista, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa **LOCALIZA RENT A CAR S/A**

Pelo presente Instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hugo Pereira Filho, no uso da competência atribuída pela Portaria n.º 169/2019, e a empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, inscrita no CNPJ sob n.º 16.670.085/0001-55, estabelecida na Avenida Bernardo Vasconcelos, nº 377, Bairro Cachoeirinha, CEP: 31.150-900, em Belo Horizonte/MG, Telefone (31) 3247-7866, E-mail: michael.souza@localiza.com, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor Marcelo Araripe Dantas, portador do RG n.º 858.110.253, SSP/BA e CPF n.º 008.863.065-07, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

- 1.1 O presente Contrato fundamenta-se:
- a) No Pregão Eletrônico nº 12/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º 10.024/2019;
 - b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - constem no processo administrativo n.º 23.631/2019;
 - não contrariem o interesse público;
 - a) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
 - b) Nos preceitos do Direito Público;
 - c) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Instrumento é a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista**, conforme as especificações do Edital do P.E. Nº 12/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1. Pela contratação do serviço, objeto deste Instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de **R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)**, conforme discriminado a seguir e na proposta de preços anexa.

ITEM	Descrição	Un.	Qtde. Estimada de Diárias	Valor Unitário da Diária	Valor Total Estimado
1	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	1089	R\$ 129,91 (cento e vinte e nove reais e noventa e um centavos)	R\$ 141.471,99 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos)
2	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática , movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	218	R\$ 145,02 (cento e quarenta e cinco reais e dois centavos)	R\$ 31.614,36 (trinta e um mil, seiscentos e catorze reais e trinta e seis centavos)
TOTAL GERAL		R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)			

3.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

3.3. O valor estipulado no item 3.1 é irrevogável.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Após verificado que os serviços se encontram de acordo com as exigências contidas neste Contrato e no Termo de Referência anexo, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

4.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

4.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012

4.4. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

4.5. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

4.6. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 4.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

4.7. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e da Certidão Negativa expedidas pelas Receitas Estadual e Municipal, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista

4.8. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 4.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = I x N x VP, Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365}$ $I = \frac{(6/100)}{365}$ **I** = 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA está obrigada a:

- a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o Contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;
- b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- c) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93;
- f) não veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O CONTRATANTE compromete-se a:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com preço e condições estipulados na proposta de preços da CONTRATADA;
- b) promover, através de seu representante (gestor do Contrato), o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato;
- d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;
- e) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

7.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

7.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

7.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

8.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

8.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

8.3 O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Contrato.

8.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. Este Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato.

9.2. O Contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho: 167864, no Elemento de Despesa: 339033, no Subitem: 03 -LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE.

10.2. Foi emitida em 11/3/2020, a Nota de Empenho do tipo Estimativo, identificada pelo número 2020NE000249, no valor **R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)**, visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 10.024/2019 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Contrato e no Termo de Referência anexo;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Contrato e no Termo de Referência anexo;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos no Termo de Referência anexo, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

11.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4 As sanções estabelecidas nos itens 11.2.a, 11.2.d, 11.2.e e 11.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquela prevista no item 11.2.b, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

11.5 As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e os eventuais prejuízos sofridos pela Administração, observado o devido contraditório.

11.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

11.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira (Das Penalidades).

12.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

- a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;
- b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do Contrato;
- c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;
- d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;
- e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
- f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;
- g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;

h) for utilizado este Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.

12.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

12.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

a) modificar o Contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;

b) extinguir o Contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;

c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

14.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste Instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 12/2020;

b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante no documento n.º 33.651/2020, do Processo n.º 23.631/2019;

c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de de 2020.

Hugo Pereira Filho
Diretor-Geral do TRE-CE
CONTRATANTE

Marcelo Araripe Dantas
LOCALIZA RENT A CAR S/A
CONTRATADA

ANEXO I DO CONTRATO Nº 10/2020 - TRE-CE

TERMO DE REFERÊNCIA

(Anexo III do Pregão Eletrônico n.º 12/2020 - TRE/CE)

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

1.2 Os veículos serão dispostos em 2 (dois) itens, a saber:

1.2.1 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.2.2 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.3 Será permitida a sublocação de até 50% (cinquenta por cento) da demanda de veículos prevista neste Termo de Referência.

1.4 CATSER: 4014

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Este TRE/CE não dispõe, em seu patrimônio, da quantidade suficiente de veículos para prestar o devido suporte às atividades relacionadas às eleições. Nesse caso, caracterizado pelo deslocamento simultâneo de vários servidores aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, a fim de prestar o auxílio necessário ao desenvolvimento dos procedimentos eleitorais.

2.2 A presente aquisição compõe o Planejamento Integrado das Eleições 2020.

3. QUANTIDADES ESTIMADAS

3.1 Quantidades estimadas para o item 1:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
VISTORIAS TÉCNICAS SAD	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1	50

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
SUPOORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE)	VIGÊNCIA CONTRATUAL	6	300

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	14	100
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	14	153
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	28	476
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 1	1.089 DIÁRIAS
------------------------------	----------------------

3.2 Quantidades estimadas para o item 2:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	4	28
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	4	44
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	8	136
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 2	218 DIÁRIAS
------------------------------	--------------------

3.3 As quantidades de diárias indicadas acima meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

3.4 A execução das diárias relativas ao evento NAT - VIAGEM 4 está condicionada à ocorrência do segundo turno das eleições 2020.

4. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA os veículos, informando a quantidade, as datas de entrega e devolução (esta poderá ser antecipada ou estendida) e a relação dos servidores designados pela Administração para conduzi-los.

4.1.1 As requisições de veículos serão atendidas respeitando-se os seguintes prazos:

Prazo para Entrega	Quantidade de Veículos
12 (doze) horas	de 1 a 5
24 (doze) horas	de 6 a 10
48 (quarenta e oito) horas	de 11 a 20
72 (setenta e duas) horas	de 21 a 50

4.1.2 O prazo terá início na hora da solicitação.

4.1.3 Quando a quantidade de veículos solicitada pelo TRE-CE for superior à disponibilidade da CONTRATADA, esta disponibilizará veículos similares ou superiores aos descritos para atender à demanda, sem alteração do valor da diária. Caberá ao gestor do contrato a análise da situação.

4.2 A CONTRATADA enviará, a cada solicitação, ao gestor do contrato, a relação dos veículos que serão disponibilizados contendo: marca, modelo, ano, motorização, cor, combustível, capacidade do tanque e placas.

4.3 A manutenção dos veículos será responsabilidade da CONTRATADA, independente do local onde se encontre o veículo.

4.3.1 As ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, que informará o procedimento a ser adotado (indicação de oficina ou substituição do veículo).

4.3.2 Quando não for possível o deslocamento do veículo, as despesas com guincho, independente do procedimento adotado, correrão por conta da CONTRATADA.

4.3.3 A CONTRATADA providenciará a imediata substituição do veículo, por defeito de qualquer ordem, por outro similar, na hipótese de a manutenção corretiva perdurar por mais de 6 (seis) horas, segundo avaliação dos responsáveis indicados pela locadora para o conserto ou reparo, conforme tabela de horários:

Localização do Veículo	Prazo para Substituição
Até 200 km de Fortaleza	6 (seis) horas
De 201 a 350 km de Fortaleza	9 (nove) horas
Acima de 350 km de Fortaleza	12 (doze) horas

4.3.3.1 Os prazos em horas iniciarão a partir da solicitação de substituição pelo gestor do contrato.

4.3.3.2 Quando o prazo encerrar-se após as 18 horas, este ficará automaticamente estendido até as 8 (oito) horas do dia subsequente, ainda que recaia em sábado, domingo ou feriado.

4.4 Os veículos deverão possuir SEGURO TOTAL, com os seguintes valores mínimos de cobertura:

Responsabilidade civil facultativa – Danos materiais	R\$ 30.000,00
Responsabilidade civil facultativa – Danos corporais	R\$ 30.000,00

4.4.1 Em caso de danos, as franquias máximas a serem pagas pelo TRE-CE serão:

Sinistros (colisão, incêndio etc)	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Vidros dianteiro e traseiro	R\$ 100,00 (cem reais)
Vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores	R\$ 60,00 (sessenta reais)

4.5 A CONTRATADA deverá entregar os veículos limpos, com a documentação devidamente regularizada e com tanque cheio aos servidores designados pelo TRE-CE.

4.5.1 A CONTRATADA verificará, previamente, se os veículos disponibilizados estão em perfeitas condições de uso e providenciará, quando necessários, os reparos devidos.

4.5.2 Os veículos serão devolvidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE com o tanque cheio.

4.5.3 A CONTRATADA deverá estar disponível para entregar e/ou receber veículos nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados.

4.5.3.1 Quando for necessário atendimento nos domingos e feriados, será acertado horário específico para os atendimentos das solicitações da CONTRATANTE.

4.6 No ato da entrega do veículo ao servidor designado pelo TRE-CE, a CONTRATADA emitirá termo de vistoria.

4.6.1 No termo de vistoria conterà o *check-list* do veículo, a quilometragem inicial e final, a data da entrega e da devolução e a assinatura do condutor.

4.6.2 O termo será emitido em 2 (duas) vias, 1 (uma) para CONTRATADA e 1 (uma) para o condutor.

4.6.3 Serão adotados os mesmos critérios de verificação nas vistorias de entrega e de devolução dos veículos.

4.7 Haverá tolerância de até 2 (duas) horas na devolução do veículo. Ultrapassando este período poderá ser cobrado no máximo 1/10 da diária a cada hora ou fração excedente, até o limite de 1 (uma) diária.

4.8 Os veículos serão locados com quilometragem livre.

4.9 Havendo infrações de trânsito, a CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE a respectiva Notificação de Autuação no prazo máximo de (02) dois dias úteis após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.10 Os pedidos de pagamento em razão de avarias que, porventura, decorram da utilização dos veículos pela CONTRATANTE deverão ser acompanhados, no mínimo, por 3 (três) orçamentos, contendo a descrição detalhada dos serviços e peças com os respectivos valores.

4.10.1 O valor a ser pago será o do menor orçamento.

4.10.2 Para fins de ressarcimento dos danos, a CONTRATADA apresentará nota fiscal dos serviços executados e/ou peças adquiridas, ressaltando a necessidade de identificação da placa do veículo.

5. JULGAMENTO

5.1 Será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor valor da diária para cada item (1.2.1 e 1.2.2 supra).

5.2 No valor da diária deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 A CONTRATANTE deverá:

- I. acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação do serviço, pelo servidor Gestor do Contrato ou outro designado pela autoridade competente;
- II. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Gestor do Contrato;
- III. documentar as ocorrências havidas;
- Iç. aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;
- ç. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;
- çI. efetuar os pagamentos devidos.

6.2 A CONTRATADA deverá:

- I. manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas Termo de Referência, sob pena de multa e rescisão contratual;
- II. prestar os serviços objetos da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;
- III. indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a CONTRATADA, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- IV. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados;
- V. apresentar Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, detalhando o valor total dos serviços prestados no período;

7. PAGAMENTO

7.1 Após verificado que os veículos se encontram de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

7.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

7.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

8. PENALIDADES

8.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

8.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos neste Termo de Referência, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2(dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e credenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

8.4 As sanções estabelecidas nos itens 8.2.a, 8.2.d, 8.2.e e 8.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquela previstas no item 8.2.b, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

8.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

8.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9. VIGÊNCIA E PREÇO

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

9.2 O preço contratado será fixo e irrevogável. Define-se como preço o valor unitário da diária.

10. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

10.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

10.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

10.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência.

10.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

Fortaleza, 23 de dezembro 2019

JOÃO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS
Chefe da Seção de Transporte


Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretário de Administração



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 063220/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ROBERTA MARTINS DE CASTRO <i>Assinado eletronicamente em 16/04/2020 15:17:47</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 16/04/2020 17:49:18</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 15 de Abril de 2020.



À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

À ASDIR para análise e assinatura da portaria e do contrato.

ANNE EMILY CINTRA MARQUES
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 063224/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANNE EMILY CINTRA MARQUES <i>Assinado eletronicamente em 15/04/2020 18:22:25</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 15 de Abril de 2020.

À

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL



Para análise e assinatura da portaria e contrato.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 063248/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 15/04/2020 18:49:06</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL



Processo PAD n.º 23.631/2019

INFORMAÇÃO

Termo(s) do contrato contido(s) no(s) documento(s) n.º 63.218/2020 e 63.220/2020, previamente examinado(s) e aprovado(s) pela Assessoria Jurídica da Administração, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

Roberta Martins de Castro [assinatura no sistema]

Assessora-Chefe/ASDIR/DIGER

Mat.77.056/ASDIR/DIGER



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 064033/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ROBERTA MARTINS DE CASTRO <i>Assinado eletronicamente em 16/04/2020 15:16:55</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL



Processo PAD n.º 23.631/2020

DESPACHO

R. h.

Termo visado pela ASDIR no doc. 64.033/2020. Assinados o Contrato nº 10/2020 (doc 63.220/2020) e a Portaria nº 289/2020 (doc 63.218/2020).

À COLIC, para as devidas providências.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL
[assinatura no sistema]



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 064367/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 16/04/2020 17:42:52</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 16 de Abril de 2020.



À
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ref. PAD 23.631/2019.

Para emitir novo empenho, incluindo os dois itens licitados, uma vez que a nota de empenho 2020NE249 se encontra cancelada.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 064380/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 16/04/2020 17:50:24</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 16.670.085/0001-55
Razão Social: LOCALIZA RENT A CAR SA
Endereço: AV BERNARDO DE VASCONCELOS 377 / CACHOEIRINHA / BELO HORIZONTE / MG / 30150-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/03/2020 a 10/07/2020

Certificação Número: 2020031301421393516150

Informação obtida em 17/04/2020 10:33:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 16670085000155

LIMPAR

Data da consulta: 17/04/2020 10:36:45

Data da última atualização: 16/04/2020 14:00:05

Clique aqui
para efetuar a
consulta.

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 17Abr20 NUMERO: 2020NE000355
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMPONENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CNPJ : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080

CREDOR : 16670085/0001-55 - LOCALIZA RENT A CAR SA
ENDERECO : BERNARDO DE VASCONCELOS 377 CACHOEIRINHA
MUNICIPIO : 4123 - BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 31150-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

20CT0010 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, CONFORME AS QUANTIDADES DE DIÁRIAS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMOS DE REFERÊNCIA E EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 E SEUS ANEXOS.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 01000000000 339033 000000 FUN LOCVEI1

TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO

AMPARO: LEI10520

INCISO:

PROCESSO: PAD 23631/2019

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: MG / 4123

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART01

LEI10520/02

NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 173.086,35

CENTO E SETENTA E TRES MIL E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS***

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339033 SUBITEM: 03 -LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE

SEQ.: 1 QUANTIDADE:

1.089 VALOR UNITARIO:

129,91

VALOR DO SEQ. :

141.471,99

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO SEDAN COMPACTO: POSSUIR, NO MÍNIMO, MOTOR 1.0, MOVIDOS A GASOLINA OU BICOMBUSTÍVEL, CAPACIDADE DE LOTAÇÃO PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS (INCLUINDO O MOTORISTA), AR CONDICIONADO, 4 (QUATRO) PORTAS, PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR NOS VIDROS, ANO FABRICAÇÃO 2019 OU SUPERIOR. QUANTIDADE ESTIMADA DIÁRIAS: 1.089. DEMAIS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 E SEUS ANEXOS.

SUBTOTAL :

141.471,99

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSAO : 17Abr20 NUMERO: 2020NE000355 PROCESSO: PAD 23631/2019
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CREDOR : 16670085/0001-55 - LOCALIZA RENT A CAR SA
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	218	VALOR UNITARIO:	145,02
			VALOR DO SEQ. :	31.614,36

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO SEDAN COMPACTO: POSSUIR, NO MÍNIMO, MOTOR 1.0, TRANS
MISSÃO AUTOMÁTICA, MOVIDOS A GASOLINA OU BICOMBUSTÍVEL, CAPACIDADE DE LOTAÇÃO
PARA 5(CINCO) PASSAGEIROS(INCLUINDO O MOTORISTA), AR CONDICIONADO, 4(QUATRO)
PORTAS, PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR NOS VIDROS, ANO FABRICAÇÃO 2019 OU SUPERIOR
QUANTIDADE ESTIMADAS DE DIÁRIAS: 218. DEMAIS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTI-
DAS NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 E SEUS ANEXOS.

T O T A L :	173.086,35
-------------	------------

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR



IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 064781/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 17/04/2020 12:21:08</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 20/04/2020 12:17:08</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 17 de Abril de 2020.

À

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Para análise e providências cabíveis.

GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 064889/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU <i>Assinado eletronicamente em 17/04/2020 12:07:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 17 de Abril de 2020.

À



SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO À GESTÃO ADMINISTRATIVA

Para análise do empenhamento efeuado.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 064913/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 17/04/2020 12:22:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Secretaria de Controle Interno e Auditoria
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
Seção de Acompanhamento e Orientação à Gestão Administrativa

ANÁLISE DA NOTA DE EMPENHO



PAD Nº 23.631/2019 – Pregão Eletrônico nº 12/2020 – Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as quantidades de diárias e especificações constantes no Termo de Referência e Edital do PE nº 12/2020 e seus anexos.

o 2020NE000355 – LOCALIZA RENT A CAR S/A (doc. PAD nº 64781/2020)

ITEM	QUESITO	SIM	NÃO	Não se aplica	OBS.
01	A ARP está vigente?			x	
02	A data da emissão da NE é igual ou posterior à publicação da ARP ou contrato ou autorização do Ordenador de Despesa?	x			
03	O CNPJ do fornecedor está de acordo com o do vencedor do item?	x			
04	A despesa foi alocada no Programa de Trabalho correto?	x			
05	O tipo da NE (ordinário, global ou estimativo) está de acordo com a contratação?	x			
06	A despesa foi alocada na natureza de despesa correta?	x			
07	A quantidade das diárias informada na NE está de acordo com o previsto no Edital de Licitação/Pedido de aquisição?	x			
08	A descrição do bem/serviço na NE está de acordo com a ARP, Edital de Licitação ou descrição do setor solicitante?	x			
09	O valor do bem/serviço está de acordo com a ARP, Termo de Adjudicação do PE, Proposta de Preços, contrato ou autorização do Ordenador de Despesa?	x			
10	A regularidade fiscal do fornecedor está atualizada?	x			Doc's . PAD Nºs 53218/2020 e 64730/2020

Considerando os quesitos analisados, encaminha-se a nota de empenho para deliberação do Ordenador de Despesas deste TRE-CE, sem prejuízo de o presente procedimento ser submetido a exame ulterior em sede de auditoria interna por esta unidade de controle.

Analisada em 17/04/2020

De acordo

(Assinado Eletronicamente)

Francisca Lourdezete Castro Teles
Técnico Judiciário – Mat. nº 12399

(Assinado Eletronicamente)

Marcela Nicácio Quezado
Chefe da SAGES

De acordo

De acordo

(Assinado Eletronicamente)

José Hermínio Pinho Neto
Coordenador da COGES

(Assinado Eletronicamente)

Rodrigo Ribeiro Cavalcante
Secretário de Controle Interno



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 065257/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	FRANCISCA LOURDIZETE CASTRO TELES <i>Assinado eletronicamente em 17/04/2020 16:31:13</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	MARCELA NICACIO QUEZADO <i>Assinado eletronicamente em 18/04/2020 12:33:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	JOSE HERMINIO PINHO NETO <i>Assinado eletronicamente em 18/04/2020 17:18:38</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 19/04/2020 11:23:14</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 19 de Abril de 2020.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para seguimento.

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 065467/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 19/04/2020 11:24:06</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL



PAD nº 23631/2019

DESPACHO

Estando liquidada a despesa em tela e visada a regularidade da conta pela Secretaria de Controle Interno - SCI, AUTORIZO a emissão de Ordem Bancária, bem como, caso necessário, o recolhimento dos encargos decorrentes daquela.

Encaminhem-se o presente auto à Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF para as providências cabíveis.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR DE DESPESA POR DELEGAÇÃO
(Portaria TRE/CE n.º 169/2019)



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 065565/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 20/04/2020 12:17:59</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 20 de Abril de 2020.



À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Encaminha-se empenho assinado.

Para os demais fins.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 065857/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 20/04/2020 13:50:24</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Pregão Eletrônico n.º 12/2020
Processo TRE/CE n.º 23.631/2019

CONTRATO N.º 010/2020

Contrato de prestação de serviços de locação de veículo, sem motorista, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa **LOCALIZA RENT A CAR S/A**

Pelo presente Instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hugo Pereira Filho, no uso da competência atribuída pela Portaria n.º 169/2019, e a empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, inscrita no CNPJ sob n.º 16.670.085/0001-55, estabelecida na Avenida Bernardo Vasconcelos, nº 377, Bairro Cachoeirinha, CEP: 31.150-900, em Belo Horizonte/MG, Telefone (31) 3247-7866, E-mail: michael.souza@localiza.com, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor Marcelo Araripe Dantas, portador do RG n.º 858.110.253, SSP/BA e CPF n.º 008.863.065-07, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

- 1.1 O presente Contrato fundamenta-se:
- a) No Pregão Eletrônico n.º 12/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º 10.024/2019;
 - b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - constem no processo administrativo n.º 23.631/2019;
 - não contrariem o interesse público;
 - a) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
 - b) Nos preceitos do Direito Público;
 - c) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Instrumento é a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista**, conforme as especificações do Edital do P.E. Nº 12/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1. Pela contratação do serviço, objeto deste Instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de **R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)**, conforme discriminado a seguir e na proposta de preços anexa.

ITEM	Descrição	Un.	Qtde. Estimada de Diárias	Valor Unitário da Diária	Valor Total Estimado
1	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	1089	R\$ 129,91 (cento e vinte e nove reais e noventa e um centavos)	R\$ 141.471,99 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos)
2	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática , movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	218	R\$ 145,02 (cento e quarenta e cinco reais e dois centavos)	R\$ 31.614,36 (trinta e um mil, seiscentos e catorze reais e trinta e seis centavos)
TOTAL GERAL		R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)			

3.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

3.3. O valor estipulado no item 3.1 é irrevogável.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Após verificado que os serviços se encontram de acordo com as exigências contidas neste Contrato e no Termo de Referência anexo, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

4.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

4.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012

4.4. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

4.5. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

4.6. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 4.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

4.7. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e da Certidão Negativa expedidas pelas Receitas Estadual e Municipal, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista

4.8. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 4.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = I x N x VP, Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365}$ $I = \frac{(6/100)}{365}$ **I** = 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA está obrigada a:

- a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o Contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;
- b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- c) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93;
- f) não veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O CONTRATANTE compromete-se a:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com preço e condições estipulados na proposta de preços da CONTRATADA;
- b) promover, através de seu representante (gestor do Contrato), o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato;
- d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;
- e) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

7.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

7.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

7.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

8.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

8.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

8.3 O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Contrato.

8.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. Este Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato.

9.2. O Contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho: 167864, no Elemento de Despesa: 339033, no Subitem: 03 -LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE.

10.2. Foi emitida em 17/4/2020, a Nota de Empenho do tipo Estimativo, identificada pelo número 2020NE000355, no valor **R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)**, visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 10.024/2019 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Contrato e no Termo de Referência anexo;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Contrato e no Termo de Referência anexo;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos no Termo de Referência anexo, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

11.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4 As sanções estabelecidas nos itens 11.2.a, 11.2.d, 11.2.e e 11.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquela prevista no item 11.2.b, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

11.5 As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e os eventuais prejuízos sofridos pela Administração, observado o devido contraditório.

11.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

11.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira (Das Penalidades).

12.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

- a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;
- b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do Contrato;
- c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;
- d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;
- e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
- f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;
- g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;

h) for utilizado este Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.

12.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

12.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

a) modificar o Contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;

b) extinguir o Contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;

c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

14.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste Instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 12/2020;

b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante no documento n.º 33.651/2020, do Processo n.º 23.631/2019;

c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de de 2020.

Hugo Pereira Filho
Diretor-Geral do TRE-CE
CONTRATANTE

Marcelo Araripe Dantas
LOCALIZA RENT A CAR S/A
CONTRATADA

ANEXO I DO CONTRATO Nº 10/2020 - TRE-CE

TERMO DE REFERÊNCIA

(Anexo III do Pregão Eletrônico n.º 12/2020 - TRE/CE)

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

1.2 Os veículos serão dispostos em 2 (dois) itens, a saber:

1.2.1 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.2.2 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.3 Será permitida a sublocação de até 50% (cinquenta por cento) da demanda de veículos prevista neste Termo de Referência.

1.4 CATSER: 4014

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Este TRE/CE não dispõe, em seu patrimônio, da quantidade suficiente de veículos para prestar o devido suporte às atividades relacionadas às eleições. Nesse caso, caracterizado pelo deslocamento simultâneo de vários servidores aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, a fim de prestar o auxílio necessário ao desenvolvimento dos procedimentos eleitorais.

2.2 A presente aquisição compõe o Planejamento Integrado das Eleições 2020.

3. QUANTIDADES ESTIMADAS

3.1 Quantidades estimadas para o item 1:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
VISTORIAS TÉCNICAS SAD	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1	50

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
SUPOORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE)	VIGÊNCIA CONTRATUAL	6	300

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	14	100
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	14	153
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	28	476
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 1	1.089 DIÁRIAS
------------------------------	----------------------

3.2 Quantidades estimadas para o item 2:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	4	28
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	4	44
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	8	136
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 2	218 DIÁRIAS
------------------------------	--------------------

3.3 As quantidades de diárias indicadas acima meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

3.4 A execução das diárias relativas ao evento NAT - VIAGEM 4 está condicionada à ocorrência do segundo turno das eleições 2020.

4. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA os veículos, informando a quantidade, as datas de entrega e devolução (esta poderá ser antecipada ou estendida) e a relação dos servidores designados pela Administração para conduzi-los.

4.1.1 As requisições de veículos serão atendidas respeitando-se os seguintes prazos:

Prazo para Entrega	Quantidade de Veículos
12 (doze) horas	de 1 a 5
24 (doze) horas	de 6 a 10
48 (quarenta e oito) horas	de 11 a 20
72 (setenta e duas) horas	de 21 a 50

4.1.2 O prazo terá início na hora da solicitação.

4.1.3 Quando a quantidade de veículos solicitada pelo TRE-CE for superior à disponibilidade da CONTRATADA, esta disponibilizará veículos similares ou superiores aos descritos para atender à demanda, sem alteração do valor da diária. Caberá ao gestor do contrato a análise da situação.

4.2 A CONTRATADA enviará, a cada solicitação, ao gestor do contrato, a relação dos veículos que serão disponibilizados contendo: marca, modelo, ano, motorização, cor, combustível, capacidade do tanque e placas.

4.3 A manutenção dos veículos será responsabilidade da CONTRATADA, independente do local onde se encontre o veículo.

4.3.1 As ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, que informará o procedimento a ser adotado (indicação de oficina ou substituição do veículo).

4.3.2 Quando não for possível o deslocamento do veículo, as despesas com guincho, independente do procedimento adotado, correrão por conta da CONTRATADA.

4.3.3 A CONTRATADA providenciará a imediata substituição do veículo, por defeito de qualquer ordem, por outro similar, na hipótese de a manutenção corretiva perdurar por mais de 6 (seis) horas, segundo avaliação dos responsáveis indicados pela locadora para o conserto ou reparo, conforme tabela de horários:

Localização do Veículo	Prazo para Substituição
Até 200 km de Fortaleza	6 (seis) horas
De 201 a 350 km de Fortaleza	9 (nove) horas
Acima de 350 km de Fortaleza	12 (doze) horas

4.3.3.1 Os prazos em horas iniciarão a partir da solicitação de substituição pelo gestor do contrato.

4.3.3.2 Quando o prazo encerrar-se após as 18 horas, este ficará automaticamente estendido até as 8 (oito) horas do dia subsequente, ainda que recaia em sábado, domingo ou feriado.

4.4 Os veículos deverão possuir SEGURO TOTAL, com os seguintes valores mínimos de cobertura:

Responsabilidade civil facultativa – Danos materiais	R\$ 30.000,00
Responsabilidade civil facultativa – Danos corporais	R\$ 30.000,00

4.4.1 Em caso de danos, as franquias máximas a serem pagas pelo TRE-CE serão:

Sinistros (colisão, incêndio etc)	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Vidros dianteiro e traseiro	R\$ 100,00 (cem reais)
Vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores	R\$ 60,00 (sessenta reais)

4.5 A CONTRATADA deverá entregar os veículos limpos, com a documentação devidamente regularizada e com tanque cheio aos servidores designados pelo TRE-CE.

4.5.1 A CONTRATADA verificará, previamente, se os veículos disponibilizados estão em perfeitas condições de uso e providenciará, quando necessários, os reparos devidos.

4.5.2 Os veículos serão devolvidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE com o tanque cheio.

4.5.3 A CONTRATADA deverá estar disponível para entregar e/ou receber veículos nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados.

4.5.3.1 Quando for necessário atendimento nos domingos e feriados, será acertado horário específico para os atendimentos das solicitações da CONTRATANTE.

4.6 No ato da entrega do veículo ao servidor designado pelo TRE-CE, a CONTRATADA emitirá termo de vistoria.

4.6.1 No termo de vistoria conterà o *check-list* do veículo, a quilometragem inicial e final, a data da entrega e da devolução e a assinatura do condutor.

4.6.2 O termo será emitido em 2 (duas) vias, 1 (uma) para CONTRATADA e 1 (uma) para o condutor.

4.6.3 Serão adotados os mesmos critérios de verificação nas vistorias de entrega e de devolução dos veículos.

4.7 Haverá tolerância de até 2 (duas) horas na devolução do veículo. Ultrapassando este período poderá ser cobrado no máximo 1/10 da diária a cada hora ou fração excedente, até o limite de 1 (uma) diária.

4.8 Os veículos serão locados com quilometragem livre.

4.9 Havendo infrações de trânsito, a CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE a respectiva Notificação de Autuação no prazo máximo de (02) dois dias úteis após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.10 Os pedidos de pagamento em razão de avarias que, porventura, decorram da utilização dos veículos pela CONTRATANTE deverão ser acompanhados, no mínimo, por 3 (três) orçamentos, contendo a descrição detalhada dos serviços e peças com os respectivos valores.

4.10.1 O valor a ser pago será o do menor orçamento.

4.10.2 Para fins de ressarcimento dos danos, a CONTRATADA apresentará nota fiscal dos serviços executados e/ou peças adquiridas, ressaltando a necessidade de identificação da placa do veículo.

5. JULGAMENTO

5.1 Será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor valor da diária para cada item (1.2.1 e 1.2.2 supra).

5.2 No valor da diária deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 A CONTRATANTE deverá:

- I. acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação do serviço, pelo servidor Gestor do Contrato ou outro designado pela autoridade competente;
- II. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Gestor do Contrato;
- III. documentar as ocorrências havidas;
- IV. aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;
- V. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;
- VI. efetuar os pagamentos devidos.

6.2 A CONTRATADA deverá:

- I. manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas Termo de Referência, sob pena de multa e rescisão contratual;
- II. prestar os serviços objetos da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;
- III. indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a CONTRATADA, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- IV. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados;
- V. apresentar Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, detalhando o valor total dos serviços prestados no período;

7. PAGAMENTO

7.1 Após verificado que os veículos se encontram de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

7.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

7.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

8. PENALIDADES

8.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

8.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos neste Termo de Referência, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2(dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

8.4 As sanções estabelecidas nos itens 8.2.a, 8.2.d, 8.2.e e 8.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquela previstas no item 8.2.b, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

8.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

8.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9. VIGÊNCIA E PREÇO

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

9.2 O preço contratado será fixo e irreajustável. Define-se como preço o valor unitário da diária.

10. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

10.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

10.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

10.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência.

10.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

Fortaleza, 23 de dezembro 2019

JOÃO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS
Chefe da Seção de Transporte


Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretário de Administração



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 067486/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 30/04/2020 21:28:15</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 23 de Abril de 2020.



À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Considerando alteração da nota de empenho, encaminhamos minuta do contrato alterada para assinatura.

ANNE EMILY CINTRA MARQUES
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 067488/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANNE EMILY CINTRA MARQUES <i>Assinado eletronicamente em 23/04/2020 15:23:17</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 23 de Abril de 2020.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para análise e assinatura do contrato.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 067490/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 23/04/2020 15:26:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 23.631/2019

INFORMAÇÃO

Termo(s) do contrato contido(s) no(s) documento(s) n.º 67.486/2020, previamente examinado(s) e aprovado(s) pela Assessoria Jurídica da Administração, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

De acordo.

*Roberta Martins de Castro
Assessora-Chefe da Asdir
Mat. n.º 77.056*

*Lílian Rebouças de Araújo
Analista Judiciário
Mat. n.º 77412*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL



Processo PAD n.º 23.631/2020

DESPACHO

R. h.

Termo visado pela ASDIR. Assinados o Contrato nº 10/2020 (doc 67486/2020).

À COLIC, para as devidas providências.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL
[assinatura no sistema]



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 072547/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 30/04/2020 21:25:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Despachos	26
050ª Zona Eleitoral	28
Despachos	28
057ª Zona Eleitoral	28
Despachos	28
064ª Zona Eleitoral	29
Editais	29
068ª Zona Eleitoral	29
Editais	29
074ª Zona Eleitoral	30
Despachos	30
083ª Zona Eleitoral	31
Editais	31
105ª Zona Eleitoral	32
Despachos	32
116ª Zona Eleitoral	32
Editais	32
118ª Zona Eleitoral	33
Despachos	33

PRESIDÊNCIA

Atos da Presidência

Portarias

Portaria 297/2020

PORTARIA N.º 297/2020 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 23, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o artigo 12 da Resolução TRE/CE n.º 488/2012, **RESOLVE** designar, a partir de 27.4.2020, o **Dr. MOISÉS BRISAMAR FREIRE**, Juiz de Direito do 1º Juizado Auxiliar da 8ª Zona Judiciária, para responder pela 81ª Zona Eleitoral, sediada no município de Tianguá, durante as férias do titular, Dr. Bruno dos Anjos. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 27 de abril 2020.

Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL

Atos do Diretor Geral

Atos Diversos

EXTRATO DE CONTRATO

Processo PAD n.º 23.631/2019. Espécie: Contrato n.º 10/2020. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e LOCALIZA RENT A CAR S/A. Objeto: é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as especificações do Edital do P.E. Nº12/2020 e seus anexos. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico N.º 12/2020, Lei n.º 10.520/2002, Decreto N.º 10.024/2019, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como no PAD N.º 23.631/2019. Assinam: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Marcelo Araripe Dantas. Data: 30/04/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Coordenadoria de Processamento

Despachos

DESPACHO

RECURSO ELEITORAL Nº 375-71.2016.6.06.0096
ORIGEM: BELA CRUZ-CE 96ª Zona Eleitoral (BELA CRUZ)
RELATOR: Juiz David Sombra Peixoto

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 05/05/2020 14:44:32
Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 074573/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 05/05/2020 14:44:32</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo SEI nº 0010657-33.2019.6.02.8000.

O Desembargador Pedro Augusto Mendonça de Araújo, Presidente do TRE/AL, homologou, em 30/04/2020, o resultado do Pregão Eletrônico nº 14/2020, cujo objeto é a contratação de serviço de confecção de material gráfico para fornecimento de Manuais tipo Cartilha e Guias Rápidos de instrução para mesários, que farão parte das Eleições Municipais de 2020, em que foi adjudicado à empresa ARW EDITORA GRAFICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 21.168.531/0001-68, vencedora do certame quanto ao item 1, pelo valor total de R\$ 6.504,40 e item 2, no valor total de R\$ 2.166,48, e autorizou a contratação com arrimo no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 10.024/2019 e subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

Maceió/AL, 4 de maio de 2020.
INGRID PEREIRA DE LIMA ARAÚJO
Chefe da Seção de Licitações e Contratos

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo SEI nº 0008813-48.2019.6.02.8000.

O Desembargador Pedro Augusto Mendonça de Araújo, Presidente do TRE/AL, homologou, em 29/04/2020, o resultado do Pregão Eletrônico nº 13/2020, cujo objeto é a aquisição de material de consumo - 2.000 fones de ouvido de cabeça (headphones), a serem utilizados nas Eleições Municipais 2020, em que foi adjudicado à empresa AGEM TECNOLOGIA INDUSTRIA DE APARELHOS DE TELECOMUNICAC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.022.398/0001-31, ao valor unitário de R\$ 8,70, com valor total de R\$ 17.400,00, e autorizou a contratação com arrimo no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 10.024/2019 e subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

Maceió/AL, 4 de maio de 2020.
INGRID PEREIRA DE LIMA ARAÚJO
Chefe da Seção de Licitações e Contratos

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo SEI nº 0009175-50.2019.6.02.8000.

O Desembargador Pedro Augusto Mendonça de Araújo, Presidente do TRE/AL, homologou, em 29/04/2020, o resultado do Pregão Eletrônico nº 10/2020, cujo objeto é a aquisição de 132 coletes personalizados para utilização nas Eleições Municipais 2020, em que foi adjudicado à empresa M3K COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.322.810/0001-01, ao valor unitário de R\$ 29,92, com valor total de R\$ 3.949,44, e autorizou a contratação com arrimo no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

Maceió/AL, 4 de maio de 2020.
INGRID PEREIRA DE LIMA ARAÚJO
Chefe da Seção de Licitações e Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: (PAD) 2067/2018/TRE-AM Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 11/2018, de prestação de serviço de confecção e reforma/repares de bécas e togas. CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS. CONTRATADA: CONFECÇÕES DEMASI LTDA-ME. Fundamentação Legal: Lei n. 8.666/93, em especial o seu Art. 57, inciso II. Do Objeto: alteração da Cláusula Décima Quarta (Do Prazo de Vigência) e a inclusão da Cláusula Vinte (Do Reajuste). DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, ou seja, de 03/05/2020 a 02/05/2021. Data da Assinatura: 24/04/2020. Assinam: Desdor. Presidente, JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES, pelo Contratante, o Sr. FREDERICO AUGUSTO DEMASI pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 18/2020

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 23844/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte terrestres, por demanda, no âmbito do Estado do Ceará, conforme as especificações do edital e seus anexos.

HUGO PEREIRA FILHO
Autoridade Superior

(SIDE - 04/05/2020) 070007-00001-2020NE000001

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo PAD n.º 23.631/2019. Espécie: Contrato n.º 10/2020. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e LOCALIZA RENT A CAR S/A. Objeto: é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme as especificações do Edital do P.E. Nº12/2020 e seus anexos. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico N.º 12/2020, Lei n.º 10.520/2002, Decreto N.º 10.024/2019, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como no PAD N.º 23.631/2019. Assinam: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Marcelo Araripe Dantas. Data: 30/04/2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratada: POSITIVO TECNOLOGIA S/A. CNPJ: 81.243.735/0019-77. Objeto: Fornecimento de 55 unidades de microcomputadores com garantia e assistência técnica on site por 4 anos. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico. 02.122.0570.20GP.0032. Natureza da Despesa: 449052. Nota de Empenho: 2020NE000254 de 15/04/2020. Valor total do contrato: R\$ 191.895,00. Prazo de Vigência: 180 dias a partir da assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 20/04/2020. Processo SEI nº 571-98.2020.

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo aplicou à empresa ALARMES VITORIA SEGURANÇA ELETRONICA LTDA, CNPJ Nº 26.307.123/0001-63, por intermédio de decisão proferida pela Presidência da Corte no processo administrativo 0000707-95.2020.6.08.8000 (relativo ao processo físico nº 14.777/2019), a penalidade de multa no valor de R\$ 104,05, com base na Cláusula Sétima, Parágrafo Primeiro, do Contrato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2020 - UASG 70015

Nº Processo: 8719420196088000. Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha.. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 05/05/2020 das 12h00 às 17h59. Endereço: Av. Joao Batista Parra, 575, Praia do Sua, Praia do Suá - Vitória/ES ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70015-5-00002-2020. Entrega das Propostas: a partir de 05/05/2020 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/05/2020 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Senhores Licitantes, ocorrendo divergência entre a descrição do produto constante no código SIASG (CATMAT) e no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerá a descrição deste último..

ALOYSIO GABRIEL MATTOS
Chefe da Seção de Licitação

(SIASGnet - 04/05/2020) 70015-00001-2020NE000156

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2020 - UASG 70023

Nº Processo: PAD 1146/2020. Objeto: Aquisição, com fornecimento parcelado e gradativo, de açúcar cristal, acondicionado em pacotes de 2 Kg (dois quilogramas), e de café torrado e moído, acondicionado em pacotes de 500 g (quinhentos grammas), conforme prescrições, exigências e descrições previstas no termo de referência anexo ao Edital. . Total de Itens Licitados: 2. Edital: 05/05/2020 das 09h00 às 17h59. Endereço: Praca Cívica, 300 - Centro, - Goiânia/GO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70023-5-00019-2020. Entrega das Propostas: a partir de 05/05/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/05/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CRISTINA TOKARSKI PERSIJN
Secretária de Administração e Orçamento

(SIASGnet - 04/05/2020) 70023-00001-2020NE000039

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo Digital 9877/2019. Ata de Registro de Precos n. 16/2020, oriunda do Pregao Eletronico TRE-GO 04/2020. Objeto: Registro de precos para eventual contratacao de empresa especializada em locacao de veiculos sem motoristas para atender demanda das Zonas Eleitorais do Estado de Goias durante os preparativos para a realizacao das Eleicoes 2020. EMPRESA BENEFICIARIA: ACHEI LOCADORA DE VEICULOS LTDA. CNPJ: 13.950.567/0001-70. Quantidade: 500 diarias. Valor unitario registrado: R\$ 116,40. Vigencia da ata: 12 meses a partir de 23/04/2020. Goiania, 04/05/2020. Cristina Tokarski Persijn. Secretaria de Administracao e Orcamento.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 12/2020. SEI nº 0000068-49.2020.6.27.8000 (PGE Nº 5/2020) Contratante: A União, representada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, Contratado: TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº. 02.558.157.0001-62. Objeto: Prestação de serviços de telefonia móvel (plano pós-pago) e de acesso à internet. Valor Total: R\$ 80.589,60. Nota de Empenho: 2020NE000372. Dotação: Elemento de Despesa 33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação (Pl: ADM TELEFO). Vigência: No primeiro dia útil após a publicação no DOU e duração de 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 29/04/2020. Signatários: Des. Cleones Carvalho Cunha, Presidente do TRE-MA e a Sra. Carlota Braga de Assis Lima e o Sr. Wellington Xavier da Costa, Representantes da contratada.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico: 07/2020. SEI Nº. 0000821-06.2020.6.27.8000. OBJETO: aquisição de materiais de expediente e outros itens para atender as demandas da Secretaria do Tribunal e Zonas Eleitorais, relacionadas às atividades comuns e ao processo eleitoral de 2020. Fornecedores registrados: ARP nº. 10/2020 - GOLDEME COMERCIO EIRELI EPP - CNPJ: 21.161.466/0001-49; Item 1 - Valor unitário: R\$ 4,16 - Qtde: 1845; Item 9 - Valor unitário: R\$ 1,90 - Qtde: 60; Item 14 - Valor unitário: R\$ 9,10 - Qtde: 30; Item 18 - Valor unitário: R\$ 0,95 - Qtde: 210; Item 41 - Valor unitário: R\$ 1,08 - Qtde: 915. ARP nº. 11/2020 - M V MARINHO ALMEIDA COMERCIO E SERVICOS - CNPJ: 21.643.466/0001-85; Item 2 - Valor unitário: R\$ 0,28 - Qtde: 165. ARP nº. 12/2020 - IMPERIO INDUSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS EIRELI - CNPJ: 21.589.394/0001-35; Item 3 - Valor unitário: R\$ 33,00 - Qtde: 300; Item 4 - Valor unitário: R\$ 27,00 - Qtde: 300. ARP nº. 13/2020 - A E MENDES - EPP - CNPJ: 41.472.655 / 0001 - 40; Item 5 - Valor unitário: R\$ 2,95 - Qtde: 300; Item 47 - Valor unitário: R\$ 0,80 - Qtde: 1245. ARP nº. 14/2020 - ALEX FINIMUNDO - CNPJ: 36.030.048/0001-90; Item 6 - Valor unitário: R\$ 2,27 - Qtde: 5250; Item 7 - Valor unitário: R\$ 0,45 - Qtde: 2970; Item 8 - Valor unitário: R\$ 0,45 - Qtde: 555; Item 23 - Valor unitário: R\$ 2,64 - Qtde: 180; Item 28 - Valor unitário: R\$ 0,74 - Qtde: 1980; Item 34 - Valor unitário: R\$ 2,18 - Qtde: 1890; Item 40 - Valor unitário: R\$ 6,28 - Qtde: 600; Item 44 - Valor unitário: R\$ 1,60 - Qtde: 105; Item 46 - Valor unitário: R\$ 1,05 - Qtde: 780. Item 48 - Valor unitário: R\$ 1,36 - Qtde: 60; Item 53 - Valor unitário: R\$ 2,95 - Qtde: 345. ARP nº. 15/2020 - SALENAS MATERIAIS P/ ESCRITORIO EIRELI EPP - CNPJ: 07.065.674/0001-13; Item 10 - Valor unitário: R\$ 1,38 - Qtde: 735; Item 11 - Valor unitário: R\$ 1,61 - Qtde: 735; Item 12 - Valor unitário: R\$ 1,80 - Qtde: 420; Item 13 - Valor unitário: R\$ 2,33 - Qtde: 210; Item 15 - Valor unitário: R\$ 0,99 - Qtde: 465; Item 25 - Valor unitário: R\$ 1,98 - Qtde: 660; Item 30 - Valor unitário: R\$ 1,82 - Qtde: 570; Item 31 - Valor unitário: R\$ 1,17 - Qtde: 270; Item 38 - Valor unitário: R\$ 2,34 - Qtde: 915; Item 43 - Valor unitário: R\$ 0,48 - Qtde: 330. ARP nº. 16/2020 - ALCANCE CONSULTORIA SERVICOS E COMERCIO EIRELI - CNPJ: 21.903.173/0001-90; Item 16 - Valor unitário: R\$ 7,34 - Qtde: 45; Item 20 - Valor unitário: R\$ 0,25 - Qtde: 4140; Item 21 - Valor unitário: R\$ 0,19 - Qtde: 7125; Item 49 - Valor unitário: R\$ 7,36 - Qtde: 90. ARP nº. 17/2020 - IDPROMO COMERCIAL EIRELI - CNPJ: 17.791.755/0001-54; Item 17 - Valor unitário: R\$ 1,40 - Qtde: 315. ARP nº. 18/2020 - PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO DE PAPEL LTDA - CNPJ: 02.176.635/0001-70; Item 22 - Valor unitário: R\$ 0,11 - Qtde: 11430. ARP nº. 19/2020 - VERGÊ COMÉRCIO LTDA-EPP - CNPJ: 03.513.380/0001-56; Item 24 - Valor unitário: R\$ 7,78 - Qtde: 795. ARP nº. 20/2020 - UNIMAX TRADING LTDA - EPP - CNPJ: 19.055.322/0001-66; Item 26 - Valor unitário: R\$ 119,63 - Qtde: 30. ARP nº. 21/2020 - POLY COMERCIAL E SERVICOS LTDA - CNPJ: 21.971.979/0001-15; Item 27 - Valor unitário: R\$ 21,99 - Qtde: 645; Item 37 - Valor unitário: R\$ 0,47 - Qtde: 7605; Item 42 - Valor unitário: R\$ 1,64 - Qtde: 900; Item 50 - Valor unitário: R\$ 8,07 - Qtde: 150; Item 51 - Valor unitário: R\$ 0,14 - Qtde: 4005. ARP nº. 22/2020 - HUMAITÁ COMÉRCIO DE PAPEIS E ALIMENTOS EIRELE - CNPJ: 36.214.108/0001-24; Item 29 - Valor unitário: R\$ 0,26 - Qtde: 585; Item 39 - Valor unitário: R\$ 6,48 - Qtde: 600. ARP nº. 23/2020 - FAMAH COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA - CNPJ: 07.734.851/0001-07; Item 32 - Valor unitário: R\$ 3,20 - Qtde: 165; Item 33 - Valor unitário: R\$ 1,40 - Qtde: 165. ARP nº. 24/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 25/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 26/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 27/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 28/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 29/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 30/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 31/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 32/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 33/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 34/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 35/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 36/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 37/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 38/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 39/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 40/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 41/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 42/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 43/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 44/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 45/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 46/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 47/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 48/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 49/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 50/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 51/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 52/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 53/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 54/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 55/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 56/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 57/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 58/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 59/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 60/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 61/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 62/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 63/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 64/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 65/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 66/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 67/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 68/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 69/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 70/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 71/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 72/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 73/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 74/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 75/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 76/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 77/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 78/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 79/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 80/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 81/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 82/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 83/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 84/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 85/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 86/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 87/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 88/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 89/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 90/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 91/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 92/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 93/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 94/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 95/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 96/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 97/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 98/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 99/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 100/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 101/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 102/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 103/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 104/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 105/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 106/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 107/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 108/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 109/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 110/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 111/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 112/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 113/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 114/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 115/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 116/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 117/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 118/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 119/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 120/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 121/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 122/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 123/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 124/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 125/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 126/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 127/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 128/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 129/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 130/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 131/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 132/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 133/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 134/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 135/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 136/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 137/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 138/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 139/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 140/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 141/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 142/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 143/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 144/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 145/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 146/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 147/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 148/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 149/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 150/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 151/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 152/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 153/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 154/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 155/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 156/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 157/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 158/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 159/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 160/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 161/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 162/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 163/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 164/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 165/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 166/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 167/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 168/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 169/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 170/2020 - TUR - CNPJ: 01.642.51 - Qtde: 165. ARP nº. 171/2



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 074577/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 05/05/2020 14:46:24</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 5 de Maio de 2020.



À
SEÇÃO DE CONTRATOS

Para providenciar a assinatura do Contrato, bem como dar andamento aos demais procedimentos.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 074581/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 05/05/2020 14:48:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--


O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Zimbra**emily@tre-ce.jus.br**

Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

De : secon@tre-ce.jus.br

Ter, 05 de Mai de 2020 22:26

Assunto : Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE 1 anexo**Para :** michael souza <michael.souza@localiza.com>

Prezados,

Encaminhamos para a assinatura do representante legal o Contrato 10/2020, a ser celebrado com o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista.


Solicitamos que o Contrato seja devolvido, preferencialmente, com assinatura digital. Caso não seja possível, solicitamos que a representante o assine fisicamente e, em seguida, o encaminhe digitalizado por e-mail, tendo em vista a atual conjuntura nacional decorrente da pandemia do coronavírus.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att.,

Emily Cintra

Seção de Contratos - TRE/CE

 **Ct. 10_2020.pdf**
127 KB



Fortaleza, 21 de Maio de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Para publicar Portaria 289/2020 contida no doc. 63.218/2020.

ANNE EMILY CINTRA MARQUES
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 085158/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANNE EMILY CINTRA MARQUES <i>Assinado eletronicamente em 21/05/2020 21:42:07</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Editais	16
044ª Zona Eleitoral	18
Despachos	18
063ª Zona Eleitoral	21
Editais	21
072ª Zona Eleitoral	23
Editais	23
078ª Zona Eleitoral	23
Despachos	23
096ª Zona Eleitoral	24
Despachos	24
104ª Zona Eleitoral	25
Editais	25
105ª Zona Eleitoral	27
Editais	27
116ª Zona Eleitoral	27
Despachos	27
Editais	28

PRESIDÊNCIA

Atos da Presidência

Portarias

Portaria 323

PORTARIA N.º 323/2020 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 23, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o artigo 12 da Resolução TRE/CE n.º 488/2012, **RESOLVE** designar, a partir de 18.5.2020, a **Dra. FABRÍCIA FERREIRA DE FREITAS**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Pacatuba, para responder pela 57ª Zona Eleitoral, sediada nesse município, durante férias do titular, Dr. Giancarlo Antoniazzi Achutti, CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 19 de maio de 2020.

Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL

Atos do Diretor Geral

Avisos

AVISO DE LICITACAO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 43/2020. Objeto: contratação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, conforme as especificações do edital e seus anexos. Edital disponível a partir do dia 26/05/2020. Entrega das propostas a partir de 26/05/2020. Abertura das propostas: 10/06/2020, às 14:00h, horário de Brasília. Local: sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. Fortaleza, 25/05/2020.

Portarias

PORTARIA N.º 289/2020

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso VI, do Regulamento da Secretaria deste Regional, **RESOLVE** designar os servidores JOÃO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS, como gestor, e ANTÔNIO RONALDO DE ALMEIDA FARIAS, como suplente, na gestão do Contrato n.º 10/2020, celebrado com a empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no DOU. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 15 de abril de 2020. HUGO PEREIRA FILHO, DIRETOR-GERAL DO TRE/CE

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL DO TRE-CE.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 26/05/2020 11:19:48
Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA

PORTARIA N.º 286/2020

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso VI, do Regulamento da Secretaria deste Regional, Resolve nomear o Chefe da Seção URNAS, como gestor, e seu Assistente, como Suplente, do Contrato nº 16/2020, celebrado com a empresa UNICOBIA INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA S.A., que tem como objeto a aquisição de 9.593 baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital de Licitação TSE nº 5/2020 e seus Anexos. O Contrato tem vigência de 12 (doze) meses contada da publicação de seu extrato no DOU. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 14 de abril de 2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE

PORTARIA N.º 326/2020

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso VI, do Regulamento da Secretaria deste Regional, RESOLVE designar a Chefe da Seção de Almoxarifado, como gestora do Contrato nº 26/2020, celebrado com a empresa EXATA EVOLUTION COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, cujo objeto é a aquisição de 13.000 (treze mil) cabinas de votação, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital de Licitação TSE nº 14/2020 e seus Anexos, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no DOU. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 22 de maio de 2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE

Atos Diversos**EXTRATO DE TERMO ADITIVO****TERMO ADITIVO**

8º Termo Aditivo ao Contrato N.º 324/2018 celebrado com a empresa REALIZA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ: 21.587.512/0001-76. Este termo aditivo visa a prorrogar o Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 24 de outubro de 2020. Fundamento: no art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, combinado com Cláusula Décima Segunda do Contrato 324/2018 e na autorização do Diretor-Geral contida no PAD n.º 10.185/2020. Assina, pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Antônio Renato Magalhães Filho. DATA: 21/05/2020

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2020**

Pregão Eletrônico n.º 29/2020. Processo n.º 20.096/2019. Objeto: é a contratação de serviço de recolhimento das urnas eletrônicas (UEs) nas Eleições de 2020 na Capital, com exceção das urnas da 94ª ZE, no dia seguinte ao pleito, tanto no 1º Turno, quanto no 2º Turno, se houver. O objeto foi adjudicado à empresa A. CENTRAL TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 03.849.500/0001-90. Valor: R\$ 37.400,00. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data: 21/05/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO**TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato N.º 325/2018 celebrado com a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. objeto: Este termo aditivo visa a prorrogar o Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 30 de outubro de 2020. Fica assegurado à Contratada o direito à repactuação de valores ainda não adimplidos, não concedidos e/ou pendentes de solicitação em razão da não homologação de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo, bem como aqueles advindos no decorrer da vigência a ser prorrogada, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços e da legislação pertinente. Fundamento: no art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, combinado com Cláusula Décima Primeira do Contrato 325/2018 e na autorização do Diretor-Geral contida no PAD n.º 10.094/2020. Assinam: pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Willian Lopes Aguiar. DATA: 21/05/2020

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

APOSTILA_ABONO DE PERMANÊNCIA**PAD n.º 6.604/2020****APOSTILA_ABONO DE PERMANÊNCIA**

SÍLVIA HELENA VASCONCELOS BENEVIDES CORDEIRO, servidora do Judiciário, Classe C-13, Área de Atividade Administrativa, Matrícula TRE nº 10.000.000.000, em nome próprio, requer a homologação da permanência, pelo preenchimento das condições do artigo 3º da Emenda Cor

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 26/05/2020 11:19:48

Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA

TRE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 087470/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 26/05/2020 11:19:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 26 de Maio de 2020.



À
SEÇÃO DE CONTRATOS

Providenciada publicação da Portaria N.º 289/2020.
Para as demais providências.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 087514/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:


	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 26/05/2020 11:51:17</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Zimbra

emily@tre-ce.jus.br

Re: RES: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

De : SEÇÃO DE CONTRATOS - TRE/CE <emily@tre-ce.jus.br> Sex, 12 de Jun de 2020 09:29**Assunto :** Re: RES: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE 1 anexo**Para :** Michael Souza <michael.souza@localiza.com>

Michael,

Agradeço pelo retorno. Ficamos no aguardo.

Att.,

Emily Cintra

Seção de Contratos - TRE/CE

De: "Michael Souza" <michael.souza@localiza.com>**Para:** "SEÇÃO DE CONTRATOS - TRE/CE" <emily@tre-ce.jus.br>**Cc:** "Lucas Fernandes" <lucas.fernandes@localiza.com>**Enviadas:** Sexta-feira, 12 de junho de 2020 9:25:49**Assunto:** RES: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

Boa tarde prezada Sra. Emily!

Busquei no histórico e observei que o e-mail anterior foi para o spam. Pedimos desculpas pela falha.

Confirmo o recebimento e, na oportunidade, copio o Lucas, que é o responsável pela tratativa contratual e já iniciará o fluxo para assinatura em tempo hábil.

Em tempo, caso necessário, o telefone direto dele é [\(31\) 3247-9614](tel:(31)3247-9614)

Será um prazer atendê-los mais uma vez.

Michael Souza

Michael Souza

Gerência Segmento Setor Público

+55 (31) 3247-7866

localizahertz.com

-----Mensagem original-----

De: SEÇÃO DE CONTRATOS - TRE/CE [mailto:emily@tre-ce.jus.br]

Enviada em: quinta-feira, 11 de junho de 2020 19:07

Para: Michael Souza <michael.souza@localiza.com>

Assunto: Fwd: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

Prezados,

Reiteramos e-mail encaminhado em 05/05/2020 solicitando a assinatura do Contrato 10/2020.

Por favor, confirmar recebimento.

Att.,

Emily Cintra

Seção de Contratos - TRE/CE

----- Mensagem encaminhada -----

De: secon@tre-ce.jus.br

Para: "michael souza" <michael.souza@localiza.com>

Enviadas: Terça-feira, 5 de maio de 2020 22:26:12

Assunto: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

Prezados,

Encaminhamos para a assinatura do representante legal o Contrato 10/2020, a ser celebrado com o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista.

Solicitamos que o Contrato seja devolvido, preferencialmente, com assinatura digital. Caso não seja possível, solicitamos que a representante o assine fisicamente e, em seguida, o encaminhe digitalizado por e-mail, tendo em vista a atual conjuntura nacional decorrente da pandemia do coronavírus.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att.,

Emily Cintra

Seção de Contratos - TRE/CE

Atenção: Este e-mail possui origem externa. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e/ou tenha certeza que o conteúdo é confiável. Em caso de dúvidas, acione a equipe de Segurança da informação no email: seguranca.informacao@localiza.com

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos.

This message and its attachments may contain confidential or privileged information and can not be forwarded without previous authorization of the sender. If you are not the recipient or an authorized person to receive it, we inform that its use, disclosure, copying or storage is prohibited.

Este mensaje, incluyendo sus adjuntos, puede contener información privilegiada y/o de carácter confidencial, no pudiendo ser retransmitido sin la autorización del remitente. En el caso que Usted no sea el destinatario o la persona autorizada para recibirlo, informamos que está prohibido su uso, divulgación, fotocopia o archivo.



image001.png

6 KB

De : Michael Souza <michael.souza@localiza.com>

Sex, 12 de Jun de 2020 09:25

Assunto : RES: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

2 anexos

Para : SEÇÃO DE CONTRATOS - TRE/CE <emily@tre-ce.jus.br>**Cc :** Lucas Fernandes <lucas.fernandes@localiza.com>

Boa tarde prezada Sra. Emily!

Busquei no histórico e observei que o e-mail anterior foi para o spam. Pedimos desculpas pela falha.

Confirmo o recebimento e, na oportunidade, copio o Lucas, que é o responsável pela tratativa contratual e já iniciará o fluxo para assinatura em tempo hábil.

Em tempo, caso necessário, o telefone direto dele é [\(31\) 3247-9614](tel:(31) 3247-9614)

Será um prazer atendê-los mais uma vez.

Michael Souza

Michael Souza

Gerência Segmento Setor Público

+55 (31) 3247-7866

localizahertz.com

-----Mensagem original-----

De: SEÇÃO DE CONTRATOS - TRE/CE [mailto:emily@tre-ce.jus.br]

Enviada em: quinta-feira, 11 de junho de 2020 19:07

Para: Michael Souza <michael.souza@localiza.com>

Assunto: Fwd: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

Prezados,

Reiteramos e-mail encaminhado em 05/05/2020 solicitando a assinatura do Contrato 10/2020.

Por favor, confirmar recebimento.

Att.,

Emily Cintra
Seção de Contratos - TRE/CE

----- Mensagem encaminhada -----

De: secon@tre-ce.jus.br

Para: "michael souza" <michael.souza@localiza.com>

Enviadas: Terça-feira, 5 de maio de 2020 22:26:12

Assunto: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

Prezados,

Encaminhamos para a assinatura do representante legal o Contrato 10/2020, a ser celebrado com o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista.

Solicitamos que o Contrato seja devolvido, preferencialmente, com assinatura digital. Caso não seja possível, solicitamos que a representante o assine fisicamente e, em seguida, o encaminhe digitalizado por e-mail, tendo em vista a atual conjuntura nacional decorrente da pandemia do coronavírus.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att.,

Emily Cintra
Seção de Contratos - TRE/CE

Atenção: Este e-mail possui origem externa. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e/ou tenha certeza que o conteúdo é confiável. Em caso de dúvidas, acione a equipe de Segurança da informação no email: seguranca.informacao@localiza.com


Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos.

This message and its attachments may contain confidential or privileged information and can not be forwarded without previous authorization of the sender. If you are not the recipient or an authorized person to receive it, we inform that its use, disclosure, copying or storage is prohibited.

Este mensaje, incluyendo sus adjuntos, puede contener información privilegiada y/o de carácter confidencial, no pudiendo ser retransmitido sin la autorización del remitente. En el caso que Usted no sea el destinatario o la persona autorizada para recibirlo, informamos que está prohibido su uso, divulgación, fotocopia o archivo.



image001.png
6 KB

 **Ct. 10_2020.pdf**

127 KB

De : SEÇÃO DE CONTRATOS - TRE/CE <emily@tre-ce.jus.br> Qui, 11 de Jun de 2020 19:06
Assunto : Fwd: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE 1 anexo
Para : michael souza <michael.souza@localiza.com>

Prezados,

Reiteramos e-mail encaminhado em 05/05/2020 solicitando a assinatura do Contrato 10/2020.

Por favor, confirmar recebimento.

Att.,

Emily Cintra
Seção de Contratos - TRE/CE

----- Mensagem encaminhada -----

De: secon@tre-ce.jus.br
Para: "michael souza" <michael.souza@localiza.com>
Enviadas: Terça-feira, 5 de maio de 2020 22:26:12
Assunto: Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE

Prezados,


Encaminhamos para a assinatura do representante legal o Contrato 10/2020, a ser celebrado com o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista.

Solicitamos que o Contrato seja devolvido, preferencialmente, com assinatura digital. Caso não seja possível, solicitamos que a representante o assine fisicamente e, em seguida, o encaminhe digitalizado por e-mail, tendo em vista a atual conjuntura nacional decorrente da pandemia do coronavírus.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att.,

Emily Cintra
Seção de Contratos - TRE/CE

 **Ct. 10_2020.pdf**
127 KB

De : secon@tre-ce.jus.br Ter, 05 de Mai de 2020 22:26
Assunto : Assinatura Ct. 10/2020 TRE/CE 1 anexo
Para : michael souza <michael.souza@localiza.com>

Prezados,

Encaminhamos para a assinatura do representante legal o Contrato 10/2020, a ser celebrado com o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista.

Solicitamos que o Contrato seja devolvido, preferencialmente, com assinatura digital. Caso não seja possível, solicitamos que a representante o assine fisicamente e, em seguida, o encaminhe digitalizado por e-mail, tendo em vista a atual conjuntura nacional decorrente da pandemia do coronavírus.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att.,

Emily Cintra
Seção de Contratos - TRE/CE



Ct. 10_2020.pdf
127 KB



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Pregão Eletrônico n.º 12/2020
Processo TRE/CE n.º 23.631/2019

CONTRATO N.º 010/2020

Contrato de prestação de serviços de locação de veículo, sem motorista, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa **LOCALIZA RENT A CAR S/A**

Pelo presente Instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hugo Pereira Filho, no uso da competência atribuída pela Portaria n.º 169/2019, e a empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, inscrita no CNPJ sob n.º 16.670.085/0001-55, estabelecida na Avenida Bernardo Vasconcelos, n.º 377, Bairro Cachoeirinha, CEP: 31.150-900, em Belo Horizonte/MG, Telefone (31) 3247-7866, E-mail: michael.souza@localiza.com, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor Marcelo Araripe Dantas, portador do RG n.º 858.110.253, SSP/BA e CPF n.º 008.863.065-07, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

- 1.1 O presente Contrato fundamenta-se:
- a) No Pregão Eletrônico n.º 12/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º 10.024/2019;
 - b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - constem no processo administrativo n.º 23.631/2019;
 - não contrariem o interesse público;
 - a) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
 - b) Nos preceitos do Direito Público;
 - c) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Instrumento é a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista**, conforme as especificações do Edital do P.E. Nº 12/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1. Pela contratação do serviço, objeto deste Instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de **R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)**, conforme discriminado a seguir e na proposta de preços anexa.

ITEM	Descrição	Un.	Qtde. Estimada de Diárias	Valor Unitário da Diária	Valor Total Estimado
1	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	1089	R\$ 129,91 (cento e vinte e nove reais e noventa e um centavos)	R\$ 141.471,99 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos)
2	Veículo tipo sedan compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática , movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.	Diária	218	R\$ 145,02 (cento e quarenta e cinco reais e dois centavos)	R\$ 31.614,36 (trinta e um mil, seiscentos e catorze reais e trinta e seis centavos)
TOTAL GERAL		R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)			

3.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

3.3. O valor estipulado no item 3.1 é irrevogável.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Após verificado que os serviços se encontram de acordo com as exigências contidas neste Contrato e no Termo de Referência anexo, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

4.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

4.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012

4.4. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

4.5. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

4.6. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 4.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

4.7. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e da Certidão Negativa expedidas pelas Receitas Estadual e Municipal, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista

4.8. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 4.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = I x N x VP, Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365}$ $I = \frac{(6/100)}{365}$ **I** = 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA está obrigada a:

- a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o Contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;
- b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- c) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93;
- f) não veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O CONTRATANTE compromete-se a:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com preço e condições estipulados na proposta de preços da CONTRATADA;
- b) promover, através de seu representante (gestor do Contrato), o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato;
- d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;
- e) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

7.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

7.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

7.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

8.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

8.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

8.3 O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Contrato.

8.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. Este Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato.

9.2. O Contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho: 167864, no Elemento de Despesa: 339033, no Subitem: 03 -LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE.

10.2. Foi emitida em 17/4/2020, a Nota de Empenho do tipo Estimativo, identificada pelo número 2020NE000355, no valor **R\$ 173.086,35 (cento e setenta e três mil, oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)**, visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 10.024/2019 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Contrato e no Termo de Referência anexo;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Contrato e no Termo de Referência anexo;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos no Termo de Referência anexo, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

11.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4 As sanções estabelecidas nos itens 11.2.a, 11.2.d, 11.2.e e 11.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquela prevista no item 11.2.b, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

11.5 As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e os eventuais prejuízos sofridos pela Administração, observado o devido contraditório.

11.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

11.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira (Das Penalidades).

12.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

- a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;
- b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do Contrato;
- c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;
- d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;
- e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
- f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;
- g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;

h) for utilizado este Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.

12.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

12.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

a) modificar o Contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;

b) extinguir o Contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;

c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

14.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste Instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 12/2020;

b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante no documento n.º 33.651/2020, do Processo n.º 23.631/2019;

c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de

de 2020.



Hugo Pereira Filho
Diretor-Geral do TRE-CE
CONTRATANTE

Marcelo Araripe Dantas
LOCALIZA RENT A CAR S/A
CONTRATADA

ANEXO I DO CONTRATO Nº 10/2020 - TRE-CE

TERMO DE REFERÊNCIA

(Anexo III do Pregão Eletrônico n.º 12/2020 - TRE/CE)

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, conforme condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

1.2 Os veículos serão dispostos em 2 (dois) itens, a saber:

1.2.1 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.2.2 Veículo tipo **sedan** compacto: possuir, no mínimo, motor 1.0, transmissão automática, movidos a gasolina ou bicomcombustível, capacidade de lotação para 5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista), ar condicionado, 4 (quatro) portas, película de proteção solar nos vidros, ano fabricação 2019 ou superior.

1.3 Será permitida a sublocação de até 50% (cinquenta por cento) da demanda de veículos prevista neste Termo de Referência.

1.4 CATSER: 4014

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Este TRE/CE não dispõe, em seu patrimônio, da quantidade suficiente de veículos para prestar o devido suporte às atividades relacionadas às eleições. Nesse caso, caracterizado pelo deslocamento simultâneo de vários servidores aos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, a fim de prestar o auxílio necessário ao desenvolvimento dos procedimentos eleitorais.

2.2 A presente aquisição compõe o Planejamento Integrado das Eleições 2020.

3. QUANTIDADES ESTIMADAS

3.1 Quantidades estimadas para o item 1:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
VISTORIAS TÉCNICAS SAD	VIGÊNCIA CONTRATUAL	1	50

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
SUPOORTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE)	VIGÊNCIA CONTRATUAL	6	300

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	14	100
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	14	153
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	28	476
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 1	1.089 DIÁRIAS
------------------------------	----------------------

3.2 Quantidades estimadas para o item 2:

ATIVIDADE	PERÍODO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
NAT - VIAGEM 1	JULHO/2020	4	28
NAT - VIAGEM 2	AGOSTO/2020 E SETEMBRO/2020	4	44
NAT - VIAGEM 3	SETEMBRO/2020 E OUTUBRO/2020	8	136
NAT - VIAGEM 4	OUTUBRO/2020	1	10

TOTAL ESTIMADO ITEM 2	218 DIÁRIAS
------------------------------	--------------------

3.3 As quantidades de diárias indicadas acima meramente estimativas, apenas para previsão orçamentária, podendo ser alteradas de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-CE.

3.4 A execução das diárias relativas ao evento NAT - VIAGEM 4 está condicionada à ocorrência do segundo turno das eleições 2020.

4. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA os veículos, informando a quantidade, as datas de entrega e devolução (esta poderá ser antecipada ou estendida) e a relação dos servidores designados pela Administração para conduzi-los.

4.1.1 As requisições de veículos serão atendidas respeitando-se os seguintes prazos:

Prazo para Entrega	Quantidade de Veículos
12 (doze) horas	de 1 a 5
24 (doze) horas	de 6 a 10
48 (quarenta e oito) horas	de 11 a 20
72 (setenta e duas) horas	de 21 a 50

4.1.2 O prazo terá início na hora da solicitação.

4.1.3 Quando a quantidade de veículos solicitada pelo TRE-CE for superior à disponibilidade da CONTRATADA, esta disponibilizará veículos similares ou superiores aos descritos para atender à demanda, sem alteração do valor da diária. Caberá ao gestor do contrato a análise da situação.

4.2 A CONTRATADA enviará, a cada solicitação, ao gestor do contrato, a relação dos veículos que serão disponibilizados contendo: marca, modelo, ano, motorização, cor, combustível, capacidade do tanque e placas.

4.3 A manutenção dos veículos será responsabilidade da CONTRATADA, independente do local onde se encontre o veículo.

4.3.1 As ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, que informará o procedimento a ser adotado (indicação de oficina ou substituição do veículo).

4.3.2 Quando não for possível o deslocamento do veículo, as despesas com guincho, independente do procedimento adotado, correrão por conta da CONTRATADA.

4.3.3 A CONTRATADA providenciará a imediata substituição do veículo, por defeito de qualquer ordem, por outro similar, na hipótese de a manutenção corretiva perdurar por mais de 6 (seis) horas, segundo avaliação dos responsáveis indicados pela locadora para o conserto ou reparo, conforme tabela de horários:

Localização do Veículo	Prazo para Substituição
Até 200 km de Fortaleza	6 (seis) horas
De 201 a 350 km de Fortaleza	9 (nove) horas
Acima de 350 km de Fortaleza	12 (doze) horas

4.3.3.1 Os prazos em horas iniciarão a partir da solicitação de substituição pelo gestor do contrato.

4.3.3.2 Quando o prazo encerrar-se após as 18 horas, este ficará automaticamente estendido até as 8 (oito) horas do dia subsequente, ainda que recaia em sábado, domingo ou feriado.

4.4 Os veículos deverão possuir SEGURO TOTAL, com os seguintes valores mínimos de cobertura:

Responsabilidade civil facultativa – Danos materiais	R\$ 30.000,00
Responsabilidade civil facultativa – Danos corporais	R\$ 30.000,00

4.4.1 Em caso de danos, as franquias máximas a serem pagas pelo TRE-CE serão:

Sinistros (colisão, incêndio etc)	R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Vidros dianteiro e traseiro	R\$ 100,00 (cem reais)
Vidros laterais, faróis, lanternas e retrovisores	R\$ 60,00 (sessenta reais)

4.5 A CONTRATADA deverá entregar os veículos limpos, com a documentação devidamente regularizada e com tanque cheio aos servidores designados pelo TRE-CE.

4.5.1 A CONTRATADA verificará, previamente, se os veículos disponibilizados estão em perfeitas condições de uso e providenciará, quando necessários, os reparos devidos.

4.5.2 Os veículos serão devolvidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE com o tanque cheio.

4.5.3 A CONTRATADA deverá estar disponível para entregar e/ou receber veículos nos finais de semana (sábado e domingo) e nos feriados.

4.5.3.1 Quando for necessário atendimento nos domingos e feriados, será acertado horário específico para os atendimentos das solicitações da CONTRATANTE.

4.6 No ato da entrega do veículo ao servidor designado pelo TRE-CE, a CONTRATADA emitirá termo de vistoria.

4.6.1 No termo de vistoria conterà o *check-list* do veículo, a quilometragem inicial e final, a data da entrega e da devolução e a assinatura do condutor.

4.6.2 O termo será emitido em 2 (duas) vias, 1 (uma) para CONTRATADA e 1 (uma) para o condutor.

4.6.3 Serão adotados os mesmos critérios de verificação nas vistorias de entrega e de devolução dos veículos.

4.7 Haverá tolerância de até 2 (duas) horas na devolução do veículo. Ultrapassando este período poderá ser cobrado no máximo 1/10 da diária a cada hora ou fração excedente, até o limite de 1 (uma) diária.

4.8 Os veículos serão locados com quilometragem livre.

4.9 Havendo infrações de trânsito, a CONTRATADA deve entregar à CONTRATANTE a respectiva Notificação de Autuação no prazo máximo de (02) dois dias úteis após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.10 Os pedidos de pagamento em razão de avarias que, porventura, decorram da utilização dos veículos pela CONTRATANTE deverão ser acompanhados, no mínimo, por 3 (três) orçamentos, contendo a descrição detalhada dos serviços e peças com os respectivos valores.

4.10.1 O valor a ser pago será o do menor orçamento.

4.10.2 Para fins de ressarcimento dos danos, a CONTRATADA apresentará nota fiscal dos serviços executados e/ou peças adquiridas, ressaltando a necessidade de identificação da placa do veículo.

5. JULGAMENTO

5.1 Será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor valor da diária para cada item (1.2.1 e 1.2.2 supra).

5.2 No valor da diária deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 A CONTRATANTE deverá:

- I. acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação do serviço, pelo servidor Gestor do Contrato ou outro designado pela autoridade competente;
- II. assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Gestor do Contrato;
- III. documentar as ocorrências havidas;
- IV. aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;
- V. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;
- VI. efetuar os pagamentos devidos.

6.2 A CONTRATADA deverá:

- I. manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas Termo de Referência, sob pena de multa e rescisão contratual;
- II. prestar os serviços objetos da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;
- III. indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a CONTRATADA, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- IV. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados;
- V. apresentar Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, detalhando o valor total dos serviços prestados no período;

7. PAGAMENTO

7.1 Após verificado que os veículos se encontram de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, **no prazo máxima de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.**

7.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

7.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

8. PENALIDADES

8.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

8.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da diária de cada carro, por hora corrida de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos neste Termo de Referência, limitado ao valor de 1 (uma) diária;
- e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2(dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

8.4 As sanções estabelecidas nos itens 8.2.a, 8.2.d, 8.2.e e 8.2.f poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquela previstas no item 8.2.b, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União;

8.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

8.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9. VIGÊNCIA E PREÇO

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

9.2 O preço contratado será fixo e irreajustável. Define-se como preço o valor unitário da diária.

10. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, especialmente o servidor designado para ser o Gestor do Contrato.

10.1.1 Os servidores **João Rafael Souto dos Santos** e **Antônio Ronaldo de Almeida Farias** serão, respectivamente, Gestor e Suplente do Contrato.

10.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus gestores.

10.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste Termo de Referência.

10.4 Quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

Fortaleza, 23 de dezembro 2019

JOÃO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS
Chefe da Seção de Transporte

Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretário de Administração



Fortaleza, 29 de Junho de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Para publicar inteiro teor. Em seguida, encaminhar ao gestor (João Rafael -SETRA) para ciência e arquivamento.

ANNE EMILY CINTRA MARQUES
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 109865/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANNE EMILY CINTRA MARQUES <i>Assinado eletronicamente em 29/06/2020 17:55:09</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 29 de Junho de 2020.



À
SEÇÃO DE TRANSPORTES

Para ciência e providências.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 109997/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 29/06/2020 19:07:30</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.